

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN

**PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS
SOBRE DROGAS - PLAMIPED
BLUMENAU - SC**

Editora



BLUMENAU/SC

2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN

Dra. Maria Roseli Rossi Avila

(Responsável Técnica)

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS
SOBRE DROGAS – PLAMIPED
BLUMENAU - SC

Editora



BLUMENAU/SC

2023

@ 2023 – Cruz Azul no Brasil. Todos os direitos reservados.

AUTORA

Maria Roseli Rossi Avila

ORGANIZAÇÃO

André Aliatar Dutra

Cleiton de Souza

Egon Schlüter

Erenice de Souza de Carvalho

Luis Carlos Avila

Rolf Hartmann

Vivian Laps da Silva de Lima

RESPONSÁVEL TÉCNICA

Maria Roseli Rossi Avila

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Luis Carlos Avila Júnior

COLABORAÇÃO

Egon Schlüter

André Aliatar Dutra

Eduardo Dal Molin Cristo

Luis Carlos Avila

Cleiton de Souza

Marlei Teresinha da Silva de Moraes

(Estagiária FURB)

Thayná Duarte de Souza (Estagiária FURB)

Josiane Onesko (Estagiária UNIASSELVI)

Beatriz Domingues Oliveira Resende

(Estagiária Cruzeiro Educacional)

COLABORAÇÃO VOLUNTÁRIA

Rolf Hartmann

Luis Carlos Avila Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Blumenau (SC). Prefeitura. Secretaria de
Desenvolvimento Social. Conselho Municipal de
Políticas Sobre Drogas
Plano municipal intersetorial de políticas sobre
drogas - PLAMIPED : Blumenau - SC / Prefeitura do
município de Blumenau ; [responsável técnica Maria
Roseli Rossi Avila]. -- 1. ed. -- Blumenau, SC :
Cruz Azul no Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88560-25-9

1. Blumenau (SC) - Aspectos sociais
2. Diagnósticos 3. Drogas - Abuso - Aspectos
sociais 4. Drogas - Abuso - Prevenção 5. Drogas -
Abuso - Tratamento 6. Políticas públicas
7. Políticas públicas - Planejamento I. Avila,
Maria Roseli Rossi. II. Título.

23-174806

CDD-362.1098164

Índices para catálogo sistemático:

1. Blumenau : Santa Catarina : Drogas : Abuso :
Problemas sociais : Saúde pública
362.1098164

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editora: **Cruz Azul no Brasil**

Rua São Paulo, 3424. Itoupava Seca

89.030-000 – Blumenau – SC

Fone: (47) 3035-8400

E-mail: cruzazul@cruzazul.org.br

Site: www.cruzazul.org.br

PREFEITURA MUNICIPAL

Mário Hildebrandt – Prefeito Municipal

Maria Regina de Souza Soar – Vice-Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMUDES

Patrícia Morastoni Sasse – Secretária Municipal

DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Fábio Morástico Ramos – Diretor

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (COMEN) – MESA DIRETORA

Sérgio Luis Santos – Presidente

Fábio Morástico Ramos – Vice-Presidente

Osni Luiz Bahr – 1º Secretário

Mauro José Quintino – 2º Secretário

Flavio Roberto da Silva – 1º Tesoureiro

Leandro Guarienti – 2º Tesoureiro

Representantes Governamentais*SEMUDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*

Titular: Marli Olinda Tomelin Karpen

Suplente: Ednéia Alessandra Marchetti

Titular: Fábio Morástico Ramos

Suplente: Mauro José Quintino

SEMUS – Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Jaéte Catarina Eismans Panoch

Suplente: Renate Chaves Dietzold

Titular: Deisi Maria Sedrez Theiss

Suplente: Lenice Inês Koltermann

GAPREF – Gabinete do Prefeito

Titular: Volmar Capistrano

Suplente: Allan Cristian Buettgen

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

Titular: Josiane Schulenburg Lemoni

Suplente: Sabrina Bernardes

Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais

Titular: Araci Cristina França de Carvalho

Suplente: Regina Cardoso da Silva

Pró – Família – Secretaria da Família

Titular: Leandro Guarienti

Suplente: Caio Marcel de Souza

Secretaria Municipal de Esportes

Titular: Sandra Cristina Ziegler

Suplente: Milton Carvalho Filho

Representantes da Sociedade Civil

ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau

Titular: Rolf Hartmann

Suplente: Jorge Martins Bublitz

Cruz Azul no Brasil

Titular: Egon Schluter

Suplente: Cleiton de Souza

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau

Titular: Ricardo Wippel

Suplente: Tiago Marciano Miranda

CERENE – Centro de Recuperação Nova Esperança

Titular: André Felipe Hoch

Suplente: Marcos Edwin Mey

CTV – Centro Terapêutico Vida

Titular: Flávio Roberto da Silva

Suplente: Eliane Stopa Siqueira

Representante das Associações de Moradores: Associação de Moradores da São Bernardo – AMOSABE

Titular: Fabrício César Vieira

Suplente: Cleber José dos Santos

Representante dos Conselhos de Segurança – CONSEGs; CONSEG – Conselho de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região

Titular: Osni Luiz Bahr

Suplente: Antônio José Corrêa

Representante de Instituições Religiosas e entidades de grupo de apoio e/ou mútua ajuda e/ou associação de usuários. Ordem dos Ministros Evangélicos de Blumenau (OMEBLU)

Titular: Sérgio Luis Santos

Suplente: Osmar Gonçalves

Representantes Governamentais vinculados à Esfera Estadual no Município de Blumenau

Polícia Militar

Titular: Marlos Henrique Pereira

Suplente: Paulo Henrique de Almeida

Polícia Civil

Titular: Rui Godinho da Mota

Suplente: Vacância

Gerência Regional de Saúde

Titular: Raquel Ritter

Suplente: Kalinca Schwarz

Gerência Regional de Educação

Titular: Joucemara Reck

Suplente: Rodrigo Pires Ferreira

COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS INTEGRADAS SOBRE DROGAS – PLAMIPED

Diretoria de Políticas Públicas sobre Drogas

Fábio Morástico Ramos – Coordenador

Conselho Municipal de Políticas sobre drogas – COMEN

Mauro José Quintino – Titular

Juliana Ludwig Quintani – Suplente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

Fábio Morástico Ramos – Titular

Leize Fraga Moritz – Suplente

Assessoria de Gabinete – Gabinete Prefeito – GAPREF

Volmar Capistrano – Titular

Allan Cristian Buettgen – Suplente

Secretaria da Família – PRÓ-FAMÍLIA

Tamires dos Santos – Titular

Gustavo Lúcio Gomes da Rocha – Suplente

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Josiane Schulenberg Lemoni – Titular

Sabrina Bernardes – Suplente

Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS

Deisi Maria Sedrez Theiss – Titular

Lenice Inês Koltermann – Suplente

Secretaria Municipal de Esportes – SME

Sandra Cristina Ziegler – Titular

Milton Carvalho Filho – Titular

Secretaria Municipal de Defesa Civil – SEDECI

Shaiane Honório – Titular

Márcio José Correa – Suplente

Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC

Walter Salvador – Titular

Araci Cristina França de Carvalho – Suplente

Lista de Figuras

Figura 1 – Estrutura de Coordenação e Integração da PNAD	22
Figura 2 – Atores da Política Nacional sobre Drogas no Governo Federal	22
Figura 3 – Possíveis funções dos COMAD's ou Comen's.....	29
Figura 4 – Organograma do Conselho Municipal de Entorpecentes.....	31
Figura 5 – Atores Sociais envolvidos no processo de construção Plamiped.....	41
Figura 6 – Localização de Blumenau no Estado de Santa Catarina	52
Figura 7 – Estrutura do processo de construção do Planad	55
Figura 8 – Estrutura do processo construção do Plamiped.....	56
Figura 9 – Eixos-Estratégicos do Plano.....	57
Figura 10 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Prevenção	71
Figura 11 – Síntese Eixo Prevenção	76
Figura 12 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Tratamento	84
Figura 13 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Cuidado	87
Figura 14 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Reinserção Social	90
Figura 15 – Síntese Eixo Tratamento	94
Figura 16 – Síntese Eixo Cuidado	95
Figura 17 – Síntese Eixo Reinserção Social.....	96
Figura 18 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Redução da Oferta.....	101
Figura 19 – Síntese Eixo Redução da Oferta.....	107
Figura 20 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Pesquisa e Avaliação.....	111
Figura 21 – Síntese Eixo Pesquisa e Avaliação.....	115
Figura 22 – Diferença entre Governança e Gestão.....	117
Figura 23 – Mapas densidade populacional e renda média blumenauenses.....	120
Figura 24 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Governança.....	122
Figura 25 – Dimensão Estratégica Tática e Operacional Eixo Gestão.....	123
Figura 26 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Integração	126
Figura 27 – Síntese Eixo Governança	129
Figura 28 – Síntese Eixo Gestão	130
Figura 29 – Síntese Eixo Integração.....	131
Figura 30 – Propostas Plamiped para encaminhamento.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos.
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Blumenau
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
AMMVI	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
AMOSABE	Associação de Moradores São Bernado
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEREDEQ	Centro de Referência em Dependência Química
CERENE	Centro de recuperação nova esperança
CF	Constituição Federal
CICAD	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
CID	Classificação Internacional de Doenças
COMAD	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas
COMEN	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas
CONEN	Conselho Estadual de Entorpecentes
CONSEG	Conselho de Segurança
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTV	Centro Terapêutico Vida
DQ	Dependência Química
DSPD	Diretoria de Serviço de Processamento de Dados
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENDES	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa de SC
FIA	Fundo da infância e Adolescência
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FREMAD	Fundo Municipal para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
FUNAD	Fundo Nacional Antidroga
GA	Grupo de Apoio
GAPREF	Gabinete do Prefeito
GSIPR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPAD	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de
Álcool e Outras Drogas	
IOM	Institute of Medicine
LOA	Lei Orçamentaria Anual
MASP	Método de Análise e Solução de Problemas
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MJ	Ministério da Justiça
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MPF	Ministério Público Federal
NA	Narcóticos Anônimos

NIS	Número de identificação social
OAB	Ordem dos Advogados Do Brasil
OBID	Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OMEBLU	Ordem dos Ministros Evangélicos de Blumenau
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONDCP	Office of National Drug Control Policy
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PLANAD	Plano Nacional de Políticas sobre Drogas
PGR	Procuradoria Geral da República
PNAD	Política Nacional Sobre Drogas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PLAMIPED	Plano Municipal Intersectorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau
PPA	Plano Plurianual
PROMAD	Programa Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas
RAPS	Rede de Atendimento Psicossocial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SEDECI	Secretaria Municipal de Defesa de Civil
SEGG	Secretaria de Gestão Governamental
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
SEMUDES	Secretaria de desenvolvimento Social
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
SISMAD	Sistema Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
SIEVAP	Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional
SINAP	Sistema Nacional de prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas
SMC	Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais
SME	Secretaria Municipal de Esportes
SNC	Sistema Nervoso Central
SPA	Substâncias Psicoativas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SRT	Serviços Residenciais Terapêuticos

SUMÁRIO

1	
APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO	13
2.1 HISTÓRICO E PARÂMETROS LEGAIS	13
2.1.1 Iniciativas e Compromissos Internacionais	16
2.1.2 O Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad)	18
2.1.3 A Política Nacional sobre Drogas (PNAD)	20
2.1.3.1 Iniciativas, Compromissos Nacionais e os Atores Sociais	21
2.1.4 O Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas	24
2.1.4.1 A Política e o Conselho Estadual Sobre Drogas	24
2.1.4.2 Iniciativas, Compromissos e os atores sociais	26
2.1.5 O Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (Sismad)	26
2.1.5.1 A Política Municipal sobre Drogas	27
2.1.5.2 O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen)	28
2.1.5.3 O Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas (FREMAD)	32
2.1.5.4 Iniciativas, Compromissos e os atores sociais	34
2.1.6 Diagnósticos Setoriais: diagnóstico técnico, comunitário e institucional	36
2.1.7 Iniciativas e compromissos	40
REFERÊNCIAS	42
3 A PROBLEMÁTICA E SEU CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL: O MUNICÍPIO DE BLUMENAU	46
3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO DAS DROGAS	46
3.1.1 Em nível global	47
3.1.2 Em nível de território nacional e regional	47
3.1.3 No contexto municipal	48
3.2 O CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO	50
REFERÊNCIAS	53
4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	55
3.3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	58
3.3.1 Justificativa	58
3.3.2 Objetivos	59
3.3.2.1 Objetivo Geral	59
3.3.2.2 Objetivos Específicos	59
3.4 PROPOSTA METODOLÓGICA	60
3.4.1 Coleta de dados para pesquisa empírica	61
3.4.2 Análise Coletiva dos Dados	62
REFERÊNCIAS	64
4 PLAMIPED – PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O PERÍODO 2023 A 2028	65

4.1	EIXO I – PREVENÇÃO	65
4.1.1	Árvore dos Problemas e Soluções.....	70
4.1.2	Objetivos Estratégicos Eixo I – Prevenção	71
4.1.3	Síntese	75
4.2	EIXO II - TRATAMENTO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL	77
4.2.1	Árvore dos Problemas e Soluções.....	81
4.2.2	Objetivos Estratégicos Eixo II - Tratamento, Cuidado e Reinserção Social.....	84
5.2.2.3	Síntese	93
5.3	EIXO III – REDUÇÃO DA OFERTA.....	97
5.3.2	Árvore dos Problemas e Soluções.....	99
5.3.3	Estratégicos Eixo III – Redução da Oferta.....	101
5.3.4	Síntese	105
5.4	EIXO DA PESQUISA E AVALIAÇÃO	108
5.4.2	Árvore dos Problemas e Soluções.....	110
5.4.3	Objetivos Estratégicos Eixo IV – Pesquisa e Avaliação	111
5.4.4	Síntese	114
5.5	EIXO DA GOVERNANÇA, GESTÃO E INTEGRAÇÃO	116
5.5.2	Árvore dos Problemas e Soluções.....	119
5.5.3	Objetivos Estratégicos Eixo V – Governança, Gestão e Integração	122
5.5.4	Síntese	128
	REFERÊNCIAS	132
7	EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	136
7.1	SUGESTÃO ENCAMINHAMENTO	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139

APRESENTAÇÃO

Um Plano Municipal sobre drogas deve ser pautado na complexidade, transversalidade e transdisciplinaridade de suas ações, visto que “exige mobilização de diversos serviços públicos de maneira integrada, como os de saúde, assistência social, segurança pública, justiça, educação, trabalho, dentre outros” (MJSP, *s/d, online*), além de garantir a ampla participação social e comunitária em todo o processo de sua formulação, implementação e avaliação/monitoramento.

O município de Blumenau possui um Conselho Municipal sobre drogas ativo, bem como uma política pública na área já implantada.

Destarte, evidencia-se a necessidade da existência de um Plano Municipal que identifique, mapeie e integre os serviços relacionados à política sobre drogas em toda a rede pública e privada do município e aponte as necessidades da população, bem como elenque proposições que tenham por finalidade nortear a política pública municipal no curto, médio e longo prazos, com foco na interdisciplinaridade, intersetorialidade, transversalidade e complementaridade no território.

Assim, o governo municipal apresenta, à população, o Plano Municipal que busca alinhar e/ou realinhar as ações, serviços, políticas municipais às diretrizes da Política Nacional sobre Drogas aprovada em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto nº 9.761.

Maria Roseli Rossi Avila
Responsável Técnica - Cruz Azul no Brasil

2 INTRODUÇÃO

A necessidade da construção de um Plano municipal procede da promulgação da Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que estabelece critérios para o estabelecimento de “um Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas – Planad, no intuito de promover a interdisciplinaridade e integração de ações e projetos de órgãos e entidades públicas e privadas, com uma duração de 05 (cinco) anos a contar da data de sua aprovação” (Conad, 2021, p. 10). As mesmas prerrogativas de elaboração de um Plano Nacional se estendem aos outros níveis de gestão, quais sejam: o nível estadual e o nível municipal.

Um Plano Municipal Sobre Drogas tem por objetivo subsidiar e nortear a Política Pública sobre drogas de um município em específico. Reflete as necessidades, as dificuldades (problemas), os desafios e as intenções que se expressam por meio de seus objetivos, ações e metas para o período proposto para sua execução.

Da mesma forma, um Plano municipal expressa o compromisso do governo e dos diversos segmentos sociais do município para com a política pública a que se refere sendo, neste caso em específico, a Política municipal sobre drogas do município de Blumenau, SC.

2.1 HISTÓRICO E PARÂMETROS LEGAIS

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu bojo, a preocupação com a questão das drogas no Brasil. O Art. 5º da Constituição traz em seu caput que todos os brasileiros tem “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e cita uma lista de termos que sustentam esse direito fundamental (Brasil, 1988, Art. 5º, Caput). O Artigo 5º, trata, também, dos crimes inafiançáveis e insuscetíveis citando, entre eles, “o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins” (Brasil, 1988, Art. 5º, inciso XLIII). Conforme o texto, a lei considera “crime inafiançável e insuscetível de graça [...] por eles respondendo, os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem” (Brasil, 1988, Art. 5º, inciso XLIII).

No mesmo artigo, no inciso LI o texto do parâmetro legal coloca que, “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei” (Brasil, 1988, Art. 5º, inciso LI). Significa que “o envolvimento no

tráfico de drogas é previsto como causa de extradição do brasileiro naturalizado” (Conad, 2021), reforçando a relevância do legislador com o trato da questão por ocasião da construção do texto da Constituição do país.

O Art. 200 da Constituição determina, ainda, que a competência “do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos” é do Sistema Único de Saúde (Brasil, 1988, Art. 200, inciso VII). Essa demanda é destinada como competência do Sistema Único de Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

No que tange “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Brasil, 1988, Art. 220), a Constituição determina que, “A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso” (Brasil, 1988, Art. 220, § 4º). Constata-se a visão ampliada do legislador para a problemática e percepção da influência da propaganda sobre o aumento do consumo de substâncias psicoativas lícitas.

Em seu Art. 223 o parâmetro legal trata, também, da reversão dos ganhos e produtos do tráfico de drogas em favor da sociedade. Conforme o Artigo 243 da Constituição Federal, serão expropriadas as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de psicotrópicos e a sua destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular. Conforme o texto, o proprietário não será indenizado e não estará isento de outras sanções previstas em lei. Segundo o Conad (2021, p. 19), o Parágrafo Único do Art. 243, bens de valores econômicos apreendidos por tráfico ilícito de drogas e exploração de trabalho escravo será confiscado e revertido ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad). Reitera-se que este fundo tem papel central na sustentabilidade da Política Nacional sobre drogas no país.

O Art. 144 da Constituição Federal trata, ainda, da Segurança Pública e lista as polícias que fazem cumprir a legislação, tanto em nível federal como em nível estadual: “I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; V – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI – polícias penais federal, estaduais e distrital” (Brasil, 1988, Art. 144). Conforme o Conad (2021) a Polícia Federal tem a atribuição de prevenir, investigar e reprimir o tráfico ilícito, o contrabando, em nível nacional e transnacional, respeitando as competências de outros órgãos públicos. No que tange ao “combate ao tráfico de drogas por meio do patrulhamento ostensivo das rodovias brasileiras, às polícias militares o mesmo por meio de ações de policiamento ostensivo e da preservação da

ordem pública; e às polícias civis o mesmo por meio de ações de polícia judiciária” (Conad, 2021, p. 19). Já a Receita Federal atua no controle aduaneiro e repressão aos crimes transfronteiriços com destaque para o gerenciamento de risco e vigilância de cargas importadas e exportadas em todo o território nacional.

No que diz respeito à redução da demanda (tratamento, cuidado e reinserção etc.), a Constituição, em seu Art. 6º dispõe sobre os direitos sociais. A Carta cita “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, Art. 6º). O artigo foi alterado pela Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015 (Brasil, 2015, Art. 6º). Conforme consta na Emenda Constitucional de alteração do referido artigo, a Carta Magna considera “[...] direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2015, Art. 6º). O Parágrafo Único foi incluído na Emenda Constitucional nº 114 de 2021, com a mesma redação da Carta Magna e reitera que todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade social terão direito “a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Brasil, 1988, Art. 6º, Parágrafo Único).

O texto Constitucional, em seu Art. 227, refere o cuidado à criança, ao adolescente e ao jovem. A nova redação do artigo, dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, coloca que, a família, a sociedade e o Estado tem o dever de “assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, bem como enfatizam que é dever destas mesmas instituições “realizá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) coloca que tanto a criança como o adolescente têm direito a “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial” e “inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras¹ e toxicômanos²” (Brasil, 1993, Art. 101, inciso V e VI).

¹ Alcoólicos.

² Usuários de outras substâncias psíquicas (lícitas e ilícitas).

O texto da Constituição (Brasil, 1988), conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, também garante a promoção de “programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas”. Cabe ao Estado prover esses programas, obedecendo diversos preceitos que dizem respeito a aplicação de percentual de recursos da saúde na assistência materno-infantil e na “criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental”. Há, ainda, que se atuar para a “integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência” oferecendo “treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação” (Brasil, 1988, Art. 227, inciso 1º).

A Constituição também dispõe sobre os instrumentos de controle e redução de consumo de substâncias psicoativas lícitas como o álcool, o tabaco e os medicamentos (Brasil, 1988). O texto discorre sobre a propaganda comercial dessas substâncias determinando que estão sujeitas a restrições legais e que cabe à lei federal definir como se dará a comunicação desses produtos e, sempre que necessário, advertir sobre os malefícios que decorrem de seu uso (Brasil, 1988; Conad, 2021). As substâncias psicoativas são classificadas por seus efeitos ou pelo tipo de alteração fisiológica que exercem sobre o Sistema Nervoso Central (SNC) do ser humano.

2.1.1 Iniciativas e Compromissos Internacionais

Em nível internacional o Brasil firmou compromissos, conforme publicado na Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil (2021, p. 60), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de três principais tratados: a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988; e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 19 de abril de 2016 (Conad, 2021).

Acordos internacionais criaram o Plano de Ação Hemisférico sobre Drogas 2016-2020. O Plano é um “guia de apoio para que se dê continuidade à implementação das diretrizes estabelecidas na Estratégia Hemisférica sobre Drogas (2010) e aos compromissos assumidos pelos Estados membros na Declaração de Antigua, Guatemala” (Conad, 2022, p. 63).

O Plano acolhe a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e observa que os esforços envidados para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a abordagem eficaz do problema mundial das drogas são complementares e se reforçam mutuamente” (Conad, 2022, p. 63).

Conforme o Conad (2022, p. 64), 34 Estados compõem o rol de Estados-Membros deste Plano de Ação que traz a pauta da transversalidade para o âmbito das Políticas Públicas sobre drogas, pois “incorpora uma perspectiva transversal de direitos humanos, o enfoque de gênero e o desenvolvimento com inclusão social, levando em conta critérios de pertinência de cultura e grupo etário” (Conad, 2022, p. 64). É dessa forma que o Plano cria uma sinergia entre as agendas nacionais e a agenda hemisférica desenvolvida pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

O Plano Hemisférico de Ação sobre Drogas 2021 – 2025 possui cinco eixos temáticos: fortalecimento institucional; redução da demanda; redução da oferta; pesquisa, informação, monitoramento e avaliação; cooperação internacional (Conad, 2022, p. 64).

O Brasil é signatário desses acordos e compromissos internacionais e seu envolvimento em nível de hemisfério também se replica nos acordos e compromissos no próprio país.

Um diagnóstico referente a uma política pública, nos três níveis de gestão (federal, estadual e municipal), conforme orientações do CONAD (Guia, 2020) deve ser construído a partir de três dimensões: 1) estratégica; 2) tática; e 3) operacional. Conforme o Conad (2020), um dos principais documentos de orientação estratégica é a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES). Conforme o Ministério da Economia (*s/d, online*), o Endes é organizado em cinco eixos: Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social. Se baseia nos objetivos fundamentais da Constituição Federal e preconiza a intervenção governamental em forma de eixos, diretrizes e orientações para o período de 2020 a 2031. No Brasil, esses eixos foram construídos a partir dos problemas a solucionados por meio de políticas públicas pelo Estado brasileiro (Ministério Da Economia, *s/d*).

Os acordos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no enfrentamento dos problemas relacionados às drogas, contribuem na construção e no fortalecimento dos objetivos e ações do Sisnad – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

2.1.2 O Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad)

O Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad) foi instituído pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Brasil, 2006d) e, recentemente atualizada pela Lei nº 13.840 (Brasil, 2019c) que trouxe mudanças substanciais para a área. As modificações trazidas pela Lei nº 13.840, de 2019, vieram “para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas” Conad (2021, p. 12). No entanto, o Sisnad foi criado em agosto de 2006 pela Lei nº 11.343. A legislação que instituiu o Sisnad foi regulamentada pelo Decreto nº 5.912 de 27 de setembro de 2006. À época, o decreto também nomeou os órgãos integrantes do Sisnad (Brasil, 2006b).

A Lei nº 13.840 inseriu o parágrafo 1º no artigo 3º da Lei de Drogas, acrescentando que “o Sisnad tem por finalidade fazer a articulação, integração, organização e coordenação das atividades relacionadas com “a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas” e “a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas (Brasil, 2006b, Art. 3º). O Sisnad, conforme consta em seu Art. 5º, tem como objetivo primário “contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados”. Busca também, “promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país”, bem como, “promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios”. Visa, ainda, “assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º” da Lei 13.840 (Brasil, 2006b, Art. 5º).

Conforme o Art. 5º citado, tem-se como foco mitigar ou dirimir a vulnerabilidade do usuário, a promoção e produção do conhecimento e a interlocução/integração entre as políticas. A Lei nº 11.343 (Brasil, 2006b) foi alterada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 (Brasil, 2019c) com o fim de “dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas” (Brasil, 2019, Ementa).

Conforme o Art. 2º da Lei nº 13.840, compreende-se o Sisnad como sendo “o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas”. Inclui-se, aqui, “por adesão, os

Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios” (Brasil, 2019, Art. 2º, § 1º). Conforme o Conad (2021, p. 10), o Sisnad, “foi construído com a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, além da repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas”.

O sistema garante a orientação central e descentralizada das atividades relacionadas ao disposto na lei em todos os âmbitos de gestão (Conad, 2021). O sistema de governança é efetivado pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). O Sisnad faz articulação com o “Sistema Único de Saúde – SUS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Sistema Único de Segurança Pública – Susp, entre outros” (Brasil, 2019, Art. 3º, § 2º). O Susp foi instituído pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Brasil, 2018) e atende aos princípios do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, à diversidade e especificidades populacionais, à promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania, à promoção de consensos e à participação social, à promoção da responsabilidade compartilhada entre os níveis de gestão, ao reconhecimento da intersetorialidade, integração de estratégias de prevenção nos níveis nacional e internacional, a articulação entre os órgãos que atuam em cooperação nas atividades do sistema, na abordagem multidisciplinar e na complementariedade das ações de prevenção, atenção, reinserção social e repressão visando a estabilidade e o bem-estar social da população brasileira (Conad, 2022, p. 10).

Os objetivos do Sisnad, após a alteração efetuada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, continuam os mesmos. No entanto, a Lei, definiu competências à União no que tange às atividades relacionadas à questão das drogas. Conforme a Análise executiva da questão das drogas no Brasil são competências centrais da União: formular e coordenar a execução da PNAD; elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade; coordenar o próprio sistema; estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento do sistema e suas normas de referência; elaborar objetivos, ações estratégicas, metas, prioridades, indicadores e definir formas de financiamento e gestão das políticas sobre drogas (Conad, 2022).

O Sisnad prevê, ainda, a promoção e a garantia da articulação e integração entre os diversos órgãos que o compõem e os serviços relacionados. E delega ao Estado a promoção e a garantia a articulação e integração das intervenções para tratamento, recuperação, reinserção social. Para tanto, o sistema se utiliza da integração das ações das Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial, Unidades de Acolhimento, Comunidades Terapêuticas, Hospitais Gerais, Hospitais Psiquiátricos, Hospitais Dia, Serviços de

Emergências, Corpo de Bombeiros, Clínicas Especializadas, Casas de Apoio e Convivência, Moradias Assistidas, Grupos de Apoio e Mútua Ajuda, com o Sisnad, o SUS, o SUAS, o Susp e outros sistemas relacionados para o usuário e seus familiares (Conad, 2021, p. 54).

O artigo 4º, inciso VI da Lei de Drogas declara que são princípios do Sisnad “o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito” (Brasil, 2006b, Art. 4º). Faz parte do Sisnad o Sistema Nacional de prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas (SINAP) que tem como função, “descentralizar ações e fazer o mapeamento nacional e internacional de programas de prevenção ao uso de drogas com a melhor adequação ao cenário brasileiro, além de selecionar e adaptar metodologias para disseminação das ações no Brasil” (Unodc, 2022, *online*). Outra finalidade do Sinap é conectar as instituições que compõem a Rede de Apoio Psicossocial (RAPS). Essa conexão, prevista nos princípios do Sisnad, exige “um esforço significativo de articulação intersetorial entre os órgãos e instituições vinculados à questão das drogas” (Conad, 2021, p. 13). Esta integração e articulação são premissas para a intersetorialidade das ações em todos os níveis de gestão. Bem como, para a promoção da participação social nos processos decisórios no âmbito da política sobre drogas. Para tanto a importância da integração setorial e do estímulo à participação comunitária nos Conselhos afins, como o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que compõem o Sisnad.

2.1.3 A Política Nacional sobre Drogas (PNAD)

Em 2019, o Brasil instituiu a atual Política Nacional sobre Drogas (PNAD), por meio do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. No entanto, a primeira política nacional foi instituída em 2002, mais precisamente a partir do Decreto Presidencial nº 4.345, de 26 de agosto de 2002. Ao todo existiram três PNAD.

A primeira política foi denominada, conforme o Coplanar (2022), de Política Nacional Antidrogas, sendo esta política a “pioneira na consolidação das diretrizes de governo para as ações voltadas à solução dos problemas relacionados à questão das drogas” (Coplanar, 2022, *s/p*). “A segunda PNAD foi instituída em 27 de outubro de 2005, por meio da Resolução nº 03/GSIPR/CH/CONAD” e excluiu o prefixo “antidrogas” de seu título inserindo em seu lugar, o termo “sobre drogas”. “Também apresentou foco na cooperação mútua entre os atores envolvidos e deu atenção especial à temática de redução de danos” (Coplanar, 2022, *sp*). A terceira PNAD foi definida pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Segundo o Coplanar

(2022, s/p), a terceira política enfatiza a integração e articulação entre governo e sociedade civil. No que tange ao *status* a nova Política tem o “pressuposto de que a política sobre drogas seja tratada como política de Estado e que sejam garantidos, de forma contínua, recursos orçamentários, humanos, administrativos, científicos e de governança para o desenvolvimento de suas ações” (Coplanar, 2022, s/p).

O sistema de governança do Sisnad ocorre “por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), órgão superior permanente, normativo e deliberativo coletivo da política sobre drogas” (Conad, 2021, p. 10).

O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas é órgão superior permanente, normativo e deliberativo coletivo da política sobre drogas. O Conad teve sua estrutura regulamentada pelo Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019. O Decreto teve como orientação específica “apresentar a nova composição do Conad, seus órgãos de apoio (Grupo Consultivo e Comissão Bipartite) suas competências” (Conad, 2021, p. 10).

Também compõe o Sisnad, o Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad foi instituído pela Lei nº 7.560 de 1986, conhecida como Lei do Fundo Nacional Antidrogas – Funad. A Lei apresenta os principais aspectos do Funad, financiamento e aplicação dos recursos. Conforme o Conad (2022, p. 41), “O Funad foi criado no intuito de conferir sustentabilidade à política sobre drogas, garantindo a reserva de recursos para aplicação em atividades e projetos de redução da oferta e da demanda por drogas”.

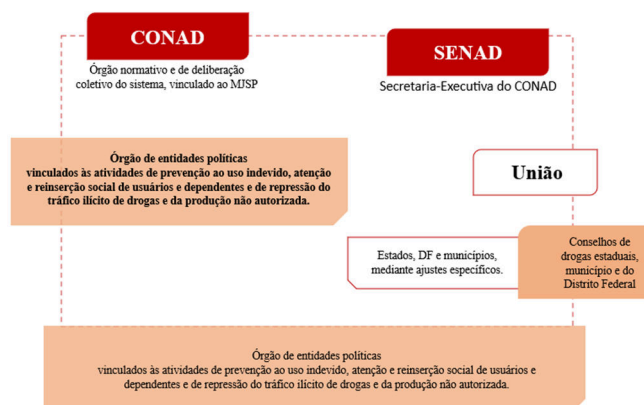
2.1.3.1 Iniciativas, Compromissos Nacionais e os Atores Sociais

O problema das drogas exige que diferentes políticas públicas precisem atuar de forma coordenada e integrada, articulando-se mutuamente para o enfrentamento da questão. O Coplanar (2022, s/p) cita, principalmente, a articulação da política sobre drogas como os “demais sistemas de políticas públicas existentes, como o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública”.

O texto da Lei das Drogas (Brasil, 2006) cita os órgãos e as entidades públicas do Poder Judiciário como atores sociais de destaque no que tange articulação e integração. No entanto, conforme o Coplanar (2022), o Poder Judiciário e o Ministério Público também são essenciais no que diz respeito à política sobre drogas, principalmente no que se trata às questões relacionadas à gestão de ativos do crime.

Segundo o Coplanar (2022), apesar de que o Poder Legislativo Federal não ser executor de política pública, influi fortemente sobre ela, posto que é ele quem define as linhas gerais de atuação do país sobre a questão das drogas por meio das leis. A figura seguinte explicita a coordenação coordenada e integrada da política sobre drogas com os demais atores sociais.

Figura 1 – Estrutura de Coordenação e Integração da PNAD



Fonte: Coplanar (2022, s/p)

Em nível nacional, vários órgãos ou atores sociais atuam de forma direta para a execução da Política Nacional sobre Drogas e integram o Sisnad. A figura a seguir, explicita a principal composição do Sistema em âmbito federal.

Figura 2 – Atores da Política Nacional sobre Drogas no Governo Federal



Fonte: MJSP (2021)

Cada ator tem diferentes funções dentro da Política sobre drogas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem como funções fazer a articulação da política sobre drogas com as outras políticas setoriais, bem como atuar na Redução da oferta e no combate ao tráfico de drogas e crimes correlacionados. Faz, ainda, a Gestão dos bens apreendidos em razão do tráfico e outros crimes correlatos. É o responsável, ainda, pela capacitação e pesquisas (MJSP, 2021). No Ministério da Cidadania encontra-se o OBID e todos os serviços relacionados à Prevenção, Reinserção Social e Cuidado. Também se encontram alocadas neste Ministério as Comunidades Terapêuticas. (MJSP, 2021).

O Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos tem como função dentro da Política sobre drogas o Fomento e prevenção ao uso de entorpecentes e drogas afins por crianças e adolescentes. Atua na ressocialização e proteção de dependentes químicos e na coordenação da política nacional de atendimento socioeducativo.

O Ministério da Saúde tem como função promover o tratamento para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso e dependência de drogas, bem como intervir por meio dos serviços de consultórios de rua no País, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – em consonância com a política de Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA's).

No que tange à Anvisa, esta atua regulamenta, registra, autoriza e monitora o uso de medicamentos controlados e estabelece a lista de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial.

Ainda existem os Órgãos de Segurança Pública que atuam em investigações policiais, apreensão de drogas, apreensão de bens oriundos do tráfico e no controle de substâncias precursoras (PF).

As informações acima descritas foram retiradas do site do Ministério de Justiça e Segurança Pública (2021, *online*) em março de 2023 e se encontram aqui explicitadas com pequenas alterações na redação. Segundo o MJSP (2021, *online*), “cada um dos órgãos representados acima é responsável por um sistema de políticas públicas, que possui vínculos com a PNAD, e que possui extensões em âmbitos estaduais e municipais”.

A construção da política nacional sobre drogas, é fruto do envolvimento e trabalho realizado pelos vários atores sociais que integram o Sisnad, sistema que norteia e tece diretrizes para as políticas públicas dos estados federados.

2.1.4 O Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas

Em nível estadual há escassez de legislação e informações específicas sobre a política estadual sobre drogas. Os parâmetros legais que construíram a política estadual encontrados na pesquisa bibliográfica em sites e outros documentos constam a seguir.

2.1.4.1 A Política e o Conselho Estadual Sobre Drogas

Em 1982, foi instituído o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e criado o Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen, através do Decreto nº 18.505, de 26 de novembro de 1982 (Decreto, 1982). Após, foi criada a Lei nº 12.629, de 04 de julho de 2003, que autoriza o poder executivo a criar o Programa Falando a verdade sobre drogas (Alesc, 2003). O programa, tem por objetivo (Alesc, 2003, Art. 1º), “evitar que as crianças, jovens e adolescentes entrem no mundo das drogas e do tráfico” por meio do desenvolvimento de um programa permanente de prevenção às crianças, jovens e adolescentes.

Em 2005, foi implantada a Lei nº 13.641, de 27 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização, e Repressão de Entorpecentes (Decreto, 2005). Em 2008, foi instituído o Decreto nº 1888, de 21 de novembro, regulamentando o Sistema e o Fundo Especial Antidrogas, previstos na Lei nº 13.641, de 27 de dezembro de 2005 (Santa Catarina, 2008).

Em 2013 ocorreram avanços efetivos em termos de ação desenvolvida de forma específica e concreta no atendimento direto de pessoas dependentes de substâncias psicoativas e seus familiares, com a criação da Rede Estadual de Atenção a Dependentes Químicos. Também foi criado o projeto Reviver/Inovação na Atenção aos Dependentes de Substâncias Psicoativas no Estado de Santa Catarina, pelo governo estadual e pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Através do programa Reviver, o Governo do Estado de SC, através de edital público, firmou convênio com as Comunidades Terapêuticas de SC para acolhimento, tratamento de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, que foi desenvolvido pela FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa de SC), que firmou convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), que ficou responsável pela gestão do programa (Fapesc 2015).

No ano de 2022, foi aprovada a Lei nº 18.337, de 6 de janeiro de 2022, que “Dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública” (Santa Catarina, 2022, Ementa). O artigo 4 estabelece que toda a pessoa tem o direito de obter os serviços de saúde competente e estabelece ainda de forma expressa a atenção específica no que se refere a dependência de drogas.

A importância de legislação estadual específica na questão das drogas, com objetivo de resguardar os direitos do usuário ou dependente, inclusive os cuidados necessários a fim de que a prestação estatal atinja sua finalidade no tratamento, para atender a demanda da política sobre drogas.

O Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) foi criado pelo Decreto 18.505 de 26 de novembro de 1982 que instituiu o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização, e Repressão de Entorpecentes e posteriormente reestruturado pela Lei nº 13.641, de 27 de dezembro de 2005. O art. 3º da Lei 13.641/2005 o estabelece como órgão central, em seu inciso I o Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen; bem como, relaciona as Secretarias integrantes do referido Sistema, declarando a Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa do Cidadão como órgão gestor.

As Secretarias de Estado e da Educação, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado e Saúde, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e a Secretaria de Estado da Administração também compreendem o referido Sistema. (Santa Catarina, 2005, Art. 3º). Integram ainda o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repressão de Entorpecentes todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que exerçam atividades vinculadas ou correlatas à prevenção, ao tratamento, à recuperação, à reabilitação, à reinserção social e ao combate ao tráfico de entorpecentes. (Santa Catarina, 2005, Art. 3, Parágrafo Único).

Trata-se de um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e de execução da política pública sobre drogas, integrante do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repressão de Entorpecentes.

A Lei nº 13.641/2005 também criou o Fundo Especial Antidrogas, previsto no Art. 17, este Fundo Especial Antidrogas é vinculado ao Conselho Estadual de Entorpecentes, destina-se a captar, controlar, e aplicar recursos financeiros a fim de garantir a execução das ações prevista na referida Lei (Santa Catarina, 2005, Art. 17). A estrutura organizacional do Conselho Estadual de Entorpecentes foi estabelecida através do Decreto Lei nº 4.386, de 7 de junho de 2006 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Estadual de Entorpecentes.

2.1.4.2 Iniciativas, Compromissos e os atores sociais

A atuação integrada e articulada da política sobre drogas com as demais políticas públicas possibilita identificar os desafios para seu fortalecimento e melhoria de sua atuação no enfrentamento da problemática das drogas.

Em nível estadual, uma das redes de atores sociais relevantes é composta pelos segmentos que estão representados junto ao Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN). Com base na Lei 13.641, de 27 de dezembro de 2005, segue a lista destes segmentos: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda; Polícia Militar Estadual; Polícia Federal; Sociedade Civil.

2.1.5 O Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (Sismad)

A Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 “dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - Sismad, e dá outras providências” (Blumenau, 2012, ementa).

O artigo 2º da Lei compreende o Sismad como sendo o conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, objetivando a redução da demanda de drogas” (Blumenau, 2012, Art. 2º).

O Sismad é um instrumento de “articulação, integração e coordenação das atividades relacionadas com: I – prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; II – repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas” (Blumenau, 2012, Art. 3º).

Conforme o texto da Lei, considera-se a Redução da Demanda como sendo “o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido ou abusivo de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido ou abusivo de drogas” (Blumenau, 2012, Art. 4º, inciso I).

Na Lei, o termo droga é entendido como sendo qualquer substância natural ou sintética (produto químico) “que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando

mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química” (Blumenau, 2012, Art. 4º, inciso II).

O Parágrafo Único da Lei classifica as drogas em lícitas e ilícitas e as especifica. São consideradas drogas lícitas: álcool, tabaco, medicamentos, outras não classificadas como ilícitas. E são consideradas drogas ilícitas “aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, além de outras relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informadas à Secretaria Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas – SENAD e ao Ministério da Justiça – MJ” (Blumenau, 2012, Art. 4º, Parágrafo Único).

O Sismad, conforme o Art. 5º do parâmetro legal, é composto por:

- I – Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – Comen;
- II – Fórum Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas;
- III – Fundo Municipal para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas – Fremad;
- IV – Programa Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – Promad.

Segundo o texto do Art. 6º da Lei, integram ainda o Sismad, todas as “Secretarias, Fundações e Autarquias da Administração Municipal, com participação no desenvolvimento de atividades preventivas, educativas, tratamento e reinserção social de pessoas dependentes de substâncias psicoativas e estratégias de repressão às drogas”. O texto também acrescenta, que “Os programas, projetos, serviços e ações desenvolvidos para alcance dos objetivos da Política Pública Municipal Sobre Drogas serão constituídos e normatizados por meio de Resoluções” (Blumenau, 2012, Art. 7º).

2.1.5.1 A Política Municipal sobre Drogas

No que tange à Política Municipal Sobre Drogas, esta está fundamentada nas diretrizes elencadas para o Sismad por meio da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012. Segundo o texto da Lei, em seu Art. 8º, estas diretrizes têm como preceitos:

- I – articular a rede de assistência pública e privada e intersetorial, visando a integração de esforços e a promoção dos resultados favoráveis, para reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido ou abusivo de drogas à pessoa, à comunidade e para a sociedade;
- II – buscar assegurar o combate ao tráfico de drogas e aos crimes conexos por meio do desenvolvimento e implementação de programas socioeducativos que busquem a promoção da saúde e a reparação dos danos causados à sociedade;

III – promover a aplicação de metodologia específica e rigorosa às atividades de redução da demanda e da oferta, através de promoção de levantamentos e pesquisas sistemáticas, mediante parceria com a comunidade científica;

IV – buscar e promover a realização de estudos e pesquisas, fundamentando o desenvolvimento de programas e intervenções dirigidas à redução de demanda, resguardando-se o sigilo e a confidencialidade, obedecidos os procedimentos éticos de pesquisa e armazenamento de dados;

V – propor a celebração de convênios com comunidades terapêuticas, instituições e entidades atuantes na prevenção, capacitação, apoio e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas, priorizando as estabelecidas no Município, e/ou acionar o Poder Público Municipal para realiza-los, visando o tratamento e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas (Blumenau, 2012, Art. 8º).

O texto da Lei Complementar também especifica objetivos para o Sismad e esses regem todas as ações em nível de município na área da Política Municipal:

I – educar, informar, capacitar e divulgar as ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas com a finalidade de ampliar a abrangência e eficácia da redução de demanda e dos condicionantes de riscos;

II – conscientizar a sociedade sobre as implicações e prejuízos resultantes do uso indevido de drogas;

III – sistematizar e divulgar as iniciativas, ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas;

IV – implementar a integração de uma rede operativa com a finalidade de sistematizar as iniciativas que busquem a promoção da saúde e a reparação dos danos causados à sociedade;

V – fomentar o combate ao tráfico de drogas e difundir o conhecimento sobre crimes, delitos e infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, prevenindo e coibindo por meio de programas socioeducativos específicos, multilaterais, que promovam a saúde e a reparação dos danos causados à sociedade;

VI – manter e atualizar os dados de programas e intervenções dirigidos à redução de demanda, mediante ações de prevenção, tratamento e reinserção psicossocial, resguardados os procedimentos éticos, o sigilo e a confidencialidade da pesquisa e do armazenamento dos dados;

VII – propor a instituição, em âmbito intersetorial municipal, do sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde;

VIII – buscar o efetivo controle social sobre os gastos e as ações preconizados nesta política, em todas as fases de sua implementação, incentivando a participação de toda a sociedade (Blumenau, 2012, Art. 9º).

O texto da Lei Complementar ainda apresenta as finalidades de cada eixo temático proposto para o Sismad, conforme veremos adiante.

2.1.5.2 O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (Comen)

Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas, “também conhecidos como Conselhos Municipais Antidrogas (COMADs) ou Conselhos Municipais de Entorpecentes

(Comen's), [...] são os responsáveis por elaborar, acompanhar e fiscalizar as políticas municipais sobre drogas” (MPSC, 2014, *online*).

Estes conselhos “podem ser formados por representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Associações de escolas, Conselho Tutelar e Conselhos Comunitários, dentre outros órgãos” (MPSC, 2014, *online*). A criação destes conselhos “é feita através de lei ou decreto municipal. Os conselhos antidrogas podem desenvolver atividades articuladas com grupos comunitários, escolas, universidades, instituições religiosas, empresas, instituições ligadas à saúde e meios de comunicação, além de buscar uma ação integrada com os demais conselhos do Estado” (MPSC, 2014, *online*). Conforme o MPSC, os Conselhos Municipais podem desenvolver inúmeras ações.

Figura 3 – Possíveis funções dos COMAD's ou Comen's

POSSÍVEIS AÇÕES a serem desenvolvidas pelos conselhos municipais antidrogas:	
▪ Coordenar e acompanhar os programas e ações de prevenção ao uso e abuso de drogas no município;	▪ Mobilizar os recursos para apoio aos programas de prevenção, tratamento e ressocialização;
▪ Envolver os órgãos locais de aplicação da lei com todas as questões e aspectos relacionados com a prevenção às drogas;	▪ Estimular estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos e científicos referentes ao uso de substâncias psicoativas;
▪ Promover debate e discussões de forma aberta e abrangente.	▪ Encaminhamentos de pessoas para tratamento .

Fonte: MJSC (2014, *online*).

°O Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – Comen foi criado em 29 de junho de 1990, por meio da Lei Municipal nº 3.793 denominado “Conselho Municipal de Entorpecentes” e, posteriormente através da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, passou a ser chamado “Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas” atual nomenclatura deste órgão colegiado, integrante do Sistema Municipal sobre Drogas (Sismad), este originado da referida Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 (BlumenaU, 1990).

Em 29 de agosto de 2013 foi aprovado o Regimento Interno do Comen através do Decreto nº 10.089 (Blumenau, 2013). O Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, disciplina e organiza o referido órgão, traçando as diretrizes e competências organizacionais, bem como sua estrutura e atribuições legais (Blumenau, 2013). Em 25 de outubro de 2022, entrou em vigor a Lei nº 14.162 que altera e revoga dispositivos do regimento interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Comen, que constitui o anexo único do decreto nº 10.089, de 29 de agosto de 2013 (Blumenau, 2013).

O artigo 3º do Decreto nº 10.089 de 2013, estabelece que o Comen “é órgão colegiado deliberativo, normatizador e controlador da Política Municipal sobre Drogas e das ações em todos os níveis”. O Comen é constituído paritariamente por representantes de organizações da Sociedade Civil e do Poder Público Municipal, assegurada a participação de outros órgãos vinculados à esfera estadual (Blumenau, 2013, Art. 3º).

Suas atribuições como órgão colegiado são aquelas em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, aproveitando assim as experiências diferenciadas de cada membro. Em relação a ser um órgão normatizador, sendo o Conselho vinculado ao Poder Executivo Municipal, sua função é de expedir resoluções, definindo e disciplinando a Política Municipal sobre Drogas e suas ações conforme determinação legal expressa no § 2º do artigo 3º do Decreto nº 10.089 de 2013 (Blumenau, 2013, Art. 3º, par. 2º).

E como órgão controlador ele acompanha a execução da Política Municipal sobre Drogas e suas respectivas ações, conforme expressa o § 3º do artigo 3º do Regime Interno, ou seja, exerce o controle social da Política afins (Blumenau, 2013, Art. 3º, par. 3º). Já como órgão Deliberativo, tem autoridade para decidir, após consulta ou reflexão através de votação (Blumenau, 2013, Art. 3, Parágrafo 1º).

O Comen tem ainda como objetivos: organizar, articular, integrar e coordenar atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, dentre outras determinações expressas de forma taxativa em rol nos incisos do artigo 4º do referido Regimento Interno (Blumenau, 2013, Art. 4º).

Em relação às competências do referido órgão o artigo 5º do Regimento Interno traz um rol taxativo contendo vinte e três atribuições, dentre elas: aprovar e controlar as Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Município em seu inciso I; bem como em seu inciso II – participar da formulação e da articulação de ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município; Já o inciso XX que estabelece que é de competência do Comen: - instituir Comissões Técnicas Especializadas e nomear seus membros (Blumenau, 2013, Art. 5º).

O Comen, conforme previsão legal expressa do artigo 18º é composto por 22 (vinte e dois) membros titulares e respectivos suplentes, sendo

09 (nove) representantes de Órgãos Governamentais Municipais, com direito a voto, a saber:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Semudes, com 02 (duas) vagas;
- b) Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – Semus, com 02 (duas) vagas;
- c) Gabinete do Prefeito – Gapref;
- d) Secretaria Municipal de Educação – Semed;

- e) Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC;
- f) Secretaria Municipal da Família – Pró-Família;
- g) Secretaria Municipal do Esporte – SME;

- 09 (nove) representantes de Entidades Não-Governamentais, com direito a voto, a saber:

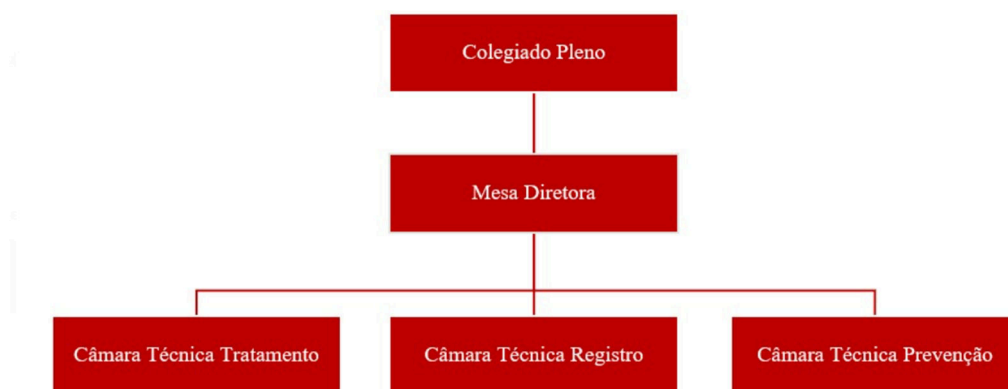
- a) Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB;
- b) Cruz Azul no Brasil;
- c) Representante de Organização da Sociedade Civil: grupo de apoio e/ou mútua ajuda e/ou associação de usuários;
- d) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC – Subseção de Blumenau;
- e) Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene;
- f) Centro Terapêutico Vida – CTV;
- g) Representante das Associações de Moradores;
- h) Representante dos Conselhos de Segurança – Conseg's;
- i) Representante de Instituições Religiosas.

04 (quatro) representantes de Órgãos Governamentais vinculados à esfera estadual, estabelecidos no Município, com direito a voz, a saber:

- a) Polícia Militar;
- b) Polícia Civil no Município;
- c) Política Estadual de Educação;
- d) Política Estadual de Saúde.

O Prefeito Municipal é membro nato do Conselho Municipal de Política sobre Drogas como expressa o Art. 10 do Regimento Interno. A estrutura organizacional do Conselho é estabelecida pelo art. 21 e é composta de: “I – **Colegiado Pleno**; II – **Mesa Diretora**, composta por: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º e 2º Secretários; d) 1º e 2º Tesoureiros. III – **Câmaras Técnicas Especializadas**; IV – **Programa de Política Pública Municipal sobre Drogas – PROMAD**” (Blumenau, 2013, Art. 21). Na Figura a seguir o organograma do Comen:

Figura 4 – Organograma do Conselho Municipal de Entorpecentes



Fonte: Bilek (2023)

O Comen de Blumenau também é formado por Câmaras Técnicas. Essas Câmaras Técnicas Especializadas estão previstas no art. 53 e são compostas por partes delegadas,

auxiliares da plenária, a elas compete discutir e emitir pareceres sobre as matérias que lhe forem submetidas (Folder Blumenau, 2023).

O Art. 53 estabelece que “As Câmaras Técnicas Especializadas são instâncias de articulação do Comen, com os objetivos de promover e propor consensos, estratégias e metodologias relativos às áreas de que trata as Políticas Públicas Sobre Drogas” (Blumenau, 2013, Art. 53). O Parágrafo Único coloca que “As Câmaras Técnicas terão natureza permanente e autonomia de funcionamento, atendendo as normas deste Regimento Interno e em consonância com as demais legislações vigentes” (Blumenau, 2013, Art. 53).

As Câmaras Técnicas poderão ser: “**Permanentes**, sendo: Câmara Técnica Especializada de Tratamento, Recuperação e Reinserção Social; Câmara Técnica Especializada de Registro e Inscrição; Câmara Técnica Especializada de Prevenção, Estudos, Pesquisas e Avaliações” (Folder Blumenau, 2023, *s/p*) e/ou “**Temporárias**, criadas para apreciar determinado assunto, de relevância ou urgência, sendo extinta após a conclusão” (Folder Blumenau, 2023, *s/p*).

O Programa de Políticas Públicas Municipal Sobre Drogas – PROMAD, com previsão legal expressa no artigo 25 da Lei nº 8562/12, será criado mediante ato do Executivo Municipal conforme estabelece o artigo nº 68 do Regimento Interno, ressaltando que as diretrizes e metodologias serão definidas através de Resolução do Comen (Blumenau, 2013, Art. 68).

2.1.5.3 O Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas (FREMAD)

Já o financiamento das políticas pública advém do Fundo de *Recurso Municipal para ações da política pública sobre drogas* – FREMAD

O Fundo de Recurso Municipal para Ações de Política Públicas sobre Drogas – FREMAD destina-se a captar e aplicar recursos financeiros a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do COMEN, conforme estabelece o artigo 63 do Regimento Interno

Parágrafo Único – O FREMAD está vinculado ao COMEN, submetendo sua estrutura de execução e controles contábeis ao Poder Executivo Municipal, através do órgão competente, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei (Blumenau, 2013, Art. 63 e Parágrafo Único).

O Fremad é um instrumento de captação e aplicação de recursos para os financiamentos de ações específicas da Política sobre drogas (Folder Blumenau, 2023).

Em relação a estrutura para funcionamento do Comen, o mesmo conta com o assessoramento técnico especializado e administrativo fornecido pelo Poder Público Municipal através do órgão gestor vinculado, no caso GAC/SEMUDES, em conformidade com o estabelecido no Art. 76 do Regimento Interno.

O artigo 77 do Decreto estabelece as competências para as Assessorias Técnicas e Administrativas,

- I – fornecer subsídios e informações para o COMEN, no sentido de tornar efetivos princípios e diretrizes estabelecidas nas Políticas Municipais Sobre Drogas;
- II – coordenar, supervisionar e executar atividades de apoio necessárias ao cumprimento das finalidades do COMEN;
- III – preparar, controlar e providenciar a publicação das resoluções e demais atos do COMEN, conforme decisão do Plenário e das Câmaras Técnicas Especializadas;
- IV – manter atualizados os dados sobre leis, decretos, portarias e demais normativas pertinentes às Políticas Municipais Sobre Drogas;
- V – emitir parecer quando solicitado pelo COMEN e pelas Câmaras Técnicas Especializadas;
- VI – efetuar a inscrição e o registro dos programas desenvolvidos por organizações não governamentais e não governamentais;
- VII – informar aos conselheiros sobre as reuniões ordinárias e extraordinárias, quando convocados;
- VIII – planejar e organizar as reuniões, lavrar Atas e promover medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Plenário e Câmaras Técnicas;
- IX – registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinadas pelo Plenário, Mesa Diretora e Câmaras Técnicas;
- X – manter sob sua guarda livros e documentos do COMEN;
- XI – desenvolver atividades administrativas necessárias ao funcionamento do COMEN;
- XII – coordenar a assembleia de eleição dos integrantes da Mesa Diretora;
- XIII – orientar, informar e atender a Comunidade, quando necessário;
- XIV – pesquisar legislações e normativas pertinentes às competências do COMEN;
- XV – organizar espaços físicos e materiais necessários para as ações dos Conselhos;
- XVI – manter sob sua guarda a biblioteca e os arquivos, bem como, monitorar a saída e a entrada e atualizar o registro das publicações;
- XVII – organizar, quando necessário, estrutura para a participação de Conselheiros em Capacitações e demais ações;
- XVIII – acompanhar e ou realizar visitas às Organizações inscritas ou em processo de inscrição, bem como, de registrar e/ou elaborar relatórios para os órgãos competentes;
- XXI – organizar a distribuição de correspondências e demais materiais pertinentes ao COMEN, bem como, dar cumprimento de despachos do mesmo;
- XX – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo COMEN (Blumenau, 2013, Art. 77)

Importante salientar a participação de vários setores da sociedade em sua composição, tanto de entidades governamentais, como de entidades não governamentais, garantindo assim maior transparência, eficiência, articulação e integração com outros entes em todas as suas ações.

Portanto, o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas tem relevante papel no contexto social da população, bem como suas ações implicam diretamente no cotidiano dos

usuários, uma vez que controlam e traçam diretrizes em relação às políticas municipais sobre drogas.

2.1.5.4 Iniciativas, Compromissos e os atores sociais

Em nível nacional o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Fundação Oswaldo Cruz criou o Projeto Redes em sistema de parceria. Conforme a Senad (2016), o Projeto Redes é um projeto “Articulação de Rede Intersetorial de Base Territorial para Atenção às Pessoas em Sofrimento Decorrente do Uso de Crack, Álcool e Outras Drogas em Municípios que aderiram ao Programa Crack é Possível Vencer”. O governo federal estabeleceu “parceria com a FIOCRUZ para atender os municípios que aderiram ao Programa para a construção de redes intersetoriais, de base territorial e de cuidado aos que fazem uso abusivo de crack e outras drogas” (Senad, 2016, *online*).

Conforme (Stanchack, 2018) no ano de 2012 o Governo do Estado de Santa Catarina assinou Termo de Adesão ao Programa Crack é Possível Vencer, sendo que o município de Blumenau aderiu ao Programa em 2013.

O município instituiu o Comitê Gestor de Políticas Públicas sobre Drogas do Programa Crack é Possível Vencer de Blumenau, através da Portaria Municipal 16.658 de 13 de fevereiro de 2013, na época o intuito era de elaborar o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. O objetivo foi de estabelecer parcerias de forma a incrementar os serviços já existentes, bem como estruturar os programas faltantes mediante ação plena e efetiva nos eixos da prevenção, cuidado e autoridade. O programa primou a intersetorialidade das ações entre a rede municipal e órgãos afins na estruturação de unidades de acolhimento, tratamento, monitoramento e reinserção social de usuários de drogas e apoio a suas famílias.

Após a adesão ao Programa Crack é Possível Vencer, o município de Blumenau recebeu em 2014, através do Ministério da Justiça, uma base móvel de videomonitoramento (micro ônibus) com 20 câmeras, duas viaturas (automóveis), duas motocicletas, 50 armas de condutividade elétrica (armas de choque) e 150 sprays de pimenta, que ficaram à disposição da Polícia Militar (Blumenau, 2014).

Para o município de Blumenau, a adesão ao programa possibilitou a obtenção de recursos federais que foram aplicados na segurança pública (redução da oferta de drogas), capacitação da rede de serviços, bem como impulsionaram o início da construção do Plamiped,

com a criação Comitê Gestor de Políticas Públicas sobre Drogas do Programa Crack é Possível Vencer de Blumenau e diversos outros atores sociais.

Atores sociais são, conforme Barreira (2010, 152)) “sujeitos coletivos”, “um coletivo simbolicamente instituído”, designado de “povo em movimento”. Como no município as ações acontecem, em especial, junto ao público alvo da política sobre drogas, há vários atores sociais envolvidos, onde podemos destacar atores sociais, que direta e indiretamente atuam na mesma.

As organizações da sociedade civil são e continuam sendo um diferencial, sendo inclusive uma característica do município de Blumenau, a participação efetiva das organizações da sociedade civil – OSC’s na execução de serviços de interesse público. Ou seja, conforme Costa (1994, p. 44), é “a sociedade civil, com seu conjunto de associações voluntárias, independentes do sistema econômico e político-administrativo, absorve, condensa e conduz de maneira amplificada para a esfera pública os problemas emergentes nas esferas privadas, no mundo da vida”.

Em Blumenau temos uma rede de grupos de apoio e mútua ajuda, como os conhecidos grupos de apoio AA – Alcoólicos Anônimos, NA – Narcóticos Anônimos, Pastoral da Sobriedade e Cruz Azul, que são considerados um grupo de pessoas e de instituições que se envolvem voluntária e diretamente no atendimento das pessoas e famílias afetadas pelas SPA’s.

Também de atuação relevante, são as Comunidades Terapêuticas, como o CERENE – Centro de Recuperação Nova Esperança, Centro Terapêutico Vida – CTV e Centro de Reabilitação Jovens Livres, que acolhem e tratam pessoas dependentes de SPA’s e suas famílias, há mais de 30 anos.

E mais recentemente, com foco na reinserção de pessoas dependentes, o Instituto Família Feliz, que oferece moradia provisória assistida para pessoas com vínculo social e moradia fragilizados ou rompidos. Bem como a própria Cruz Azul no Brasil, com uma diversidade maior de serviços na área da política sobre drogas, na área da prevenção às drogas, educação continuada, assessoramento e defesa de direitos, atendimento ambulatorial (psicológico).

Conselhos profissionais, como a OAB-Blumenau, também tem profissionais do seu quadro de associados, que atuam no atendimento e orientação de pessoas afetadas pelo consumo de SPA’s, como por exemplo o projeto “OAB por Elas”, que reúne mulheres para uma roda de conversa sobre violência contra a mulher, que vivem, em sua maioria, num contexto familiar com a presença do consumo, uso e dependência de SPA’s.

As universidades, como por exemplo a FURB – Fundação Universidade de Blumenau, tem contribuído com pesquisas, capacitações, formações e realização de eventos, voltados para os profissionais e voluntários que atuam direta e indiretamente na política sobre drogas.

Também na área jurídica, da justiça, tanto o Ministério Público, como a Defensoria Pública e Varas da Família, contribuem no suporte na defesa, proteção de pessoas e famílias que são afetadas pelo uso, abuso e dependência de SPA's.

2.1.6 Diagnósticos Setoriais: diagnóstico técnico, comunitário e institucional

O uso e o abuso de drogas têm se intensificado de forma gradativa no mundo todo, apontam estudos na área. No entanto, o debate sobre a questão está focalizado no uso e abuso de drogas ilícitas (por exemplo, a maconha e a cocaína), sendo que as drogas ilícitas (como o álcool, tabaco e medicamentos) evidenciam um problema de saúde pública tão ou mais grave.

“Motivações diversas impulsionaram a humanidade a se relacionar com substâncias capazes de alterar os estados ordinários de consciência: a busca do prazer, o alívio de preocupações e tensões, o controle do humor, a expansão da consciência” (Gomes-Medeiros, 2019, p. 02). O consumo de algum tipo de substância psicoativa é um fenômeno antigo, contínuo e persistente, segundo Gomes-Medeiros *et al.* (2019). Os autores consideram que não existem grupos sociais no mundo que possam referir jamais terem feito uso de alguma substância, em diferentes épocas e lugares.

A Organização Mundial da Saúde apontou, por meio de dados resultantes de pesquisas que, em 2015, das pessoas que, de alguma forma, entraram em contato com substâncias psicoativas, em torno de 250 milhões fizeram uso de alguma droga. A prevalência do uso se encontra na faixa-etária de 18 a 25 anos, evidenciando um público muito jovem fazendo uso de substâncias psicoativas no mundo.

A realidade exposta aponta para um problema de saúde pública (Lopes-Frias, 2001; Aertgeerts e Buntix, 2002; Soldera *et al.*, 2004; Macgeer, 2004; Silva *et al.*, 2006) posto que das pessoas que fizeram uso de algum tipo de droga, em torno de 11% tem forte potencial para desenvolver um padrão “de uso arriscado ao ponto de desenvolver dependência – ou seja, quadro nosológico de origem biomédica que se traduz no uso repetitivo, em geral associado ao uso nocivo e à dificuldade de controlar o consumo e necessitar de tratamento clínico” (Gomes-Medeiros *et al.* (2019, p. 02).

Estudiosos consideram o uso de álcool e outras drogas um fenômeno mundial (Unodc, 2018) e concordam que a problemática “urge a atenção específica das políticas sociais existentes, bem como a construção de políticas públicas efetivas que garantam a instituição e o funcionamento de uma rede de atendimento, em nível global e local” (Avila, 2022, p. 112).

No que tange ao enfrentamento da questão, em nível de país existem diretrizes nacionais previstas no Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional sobre Drogas no país. Quer dizer que as preocupações em nível de país já encontram dispostas no texto introdutório da Política que aponta “um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso de drogas sendo este dado o recorte de apenas uma das consequências do problema” (Brasil, 2019, *s/p*). Conforme dados do próprio texto da política, esse aumento tão drástico de mortes ocorreu num período de apenas 15 anos entre os anos 2000 e 2015, o que justifica a preocupação com a questão pois, é muito pouco tempo para um aumento tão substancial.

O texto introdutório do Decreto também traz alguns resultados da Pesquisa Nacional de Levantamento Domiciliar, realizada em 2012 no Brasil pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD) da UNIFESP (Laranjeira, 2014). Os resultados da pesquisa que investigou o consumo de drogas no país apontaram que a maconha é a droga ilícita mais consumida, seguida da cocaína e do *crack* (II Lenad, 2012; Unodc, 2018; Brasil, 2019). No entanto, os resultados desta pesquisa podem ser parciais, posto que a pesquisa foi domiciliar pois não considerou a população de rua, apesar de que os números permanecem iguais em 2019 conforme o III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira – III LNUD (Fiocruz, 2019). Os resultados apresentados trazem dados sobre as drogas ilícitas. Sobre as drogas lícitas os resultados apontam o alto consumo de álcool e tabaco.

O *Disability-Adjusted Life Year* *Disability Adjusted Life Year (DALY)* aponta o álcool como um dos propulsores da carga global de doenças e o tabaco o “7º fator de risco no mundo para anos de vida perdidos e o 1º para o [...] *DALY*” (Brasil, 2019, *s/p*). O índice *DALY* se refere “a soma dos anos potenciais de vida perdidos, devido à mortalidade prematura e os anos de vida produtiva perdidos devido à deficiência” (Brasil, 2019, *s/p*). Para melhor compreensão, “Um *DALY* representa a perda do equivalente a um ano de saúde plena” (Gho, 2021, *online*).

Identificou-se, ainda, conforme Brasil (2019, *online*) “que 5% da população brasileira já realizou alguma tentativa de suicídio, destas 24% associadas ao consumo de álcool, o que remete à necessidade de atuar diretamente sobre tal realidade”. No que tange aos índices de mortalidade por uso de drogas, a pesquisa aponta que houve um aumento do número de mortes

entre a população maior de 50 anos num período de 15 anos entre os anos 2000 e 2015. Conforme os dados, em 2000, das mortes ocorridas entre a população maior de 50 anos, 27% ocorreram em decorrência direta do uso de drogas. Em 2015 esse percentual foi de 39%, representando um aumento substancial de 12% em 15 anos (Unodc, 2018; Brasil, 2019).

“Apesar de o consumo de psicoativos ser uma prática constatada desde tempos remotos, foi somente ao longo do século XX que o uso de algumas dessas substâncias se consolidou como um campo de atenção, debate e preocupação social e de Estado” (Gomes-Medeiros *et al.*; 2019, *s/p*). A partir do momento em que este campo se consolidou “o uso de drogas passou a ser objeto de debate público e uma questão social que movimenta interesses múltiplos e diversas políticas, embora o seu reconhecimento como problema social” seja bem recente (Gomes-Medeiros *et al.*, 2019, *s/p*). A preocupação possui dois enfoques direcionais: 1) as políticas de atenção e cuidado à saúde das pessoas que fazem uso problemático³ de drogas; e 2) as políticas de combate ao tráfico.

Os danos e prejuízos causado pelo uso, “abuso e a dependência de drogas ameaça os valores políticos, econômicos e sociais. Além de contribuir para o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar, eleva os índices de acidente de trânsito, de violência urbana e de mortes prematuras (Silva *et al.*, 2005, p. 281).

Posto esta introdução, importante citar a importância deste Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Blumenau e que o processo de construção do Plano partiu dos cinco eixos-estratégicos elencados pelo Planad (Guia, 2020): Eixo I – Prevenção; Eixo II – Tratamento, Cuidado e Reinserção Social; Eixo III – Redução da oferta; Eixo IV – Pesquisa e Avaliação e Eixo V – Governança, Gestão e Integração.

Para tanto foram realizadas pesquisas empíricas no município de Blumenau no período de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023 no setor técnico, comunitário (02 a 07/2023) e institucional (07/2022 a 01/2023) que resultaram em quatro produtos distintos:

Produto 1 – Diagnóstico Técnico: documento técnico com panorama situacional do atendimento dos serviços relacionados a política sobre drogas no município de Blumenau, SC. Um diagnóstico técnico busca conhecer a percepção dos técnicos dos serviços referentes a

³ Torna-se importante explicar que o “termo uso problemático compreende o consumo de psicoativos associado a risco social ou sanitário ao usuário ou a terceiros. Tal definição extrapola, mas inclui definições mais biomédicas, como a dependência, e acolhe também padrões de uso que embora possam ser episódicos geram problemas sociais e de saúde (por exemplo, dirigir sob o uso de substâncias, fazer uso endovenoso de drogas etc.)” (Gomes-Medeiros *et al.*, 2019, *s/p*).

política citada nos cinco Eixos- Estratégicos do Planad: 1) prevenção; 2) tratamento, cuidado e reinserção social; 3) redução da oferta; 4) pesquisa e avaliação; e 5) governança, gestão e integração. Seus resultados poderão contribuir com subsídios para ampliar a compreensão da articulação de políticas nas áreas citadas, considerando-se a sua diversidade, transversalidade, intersectorialidade e disciplinaridade. Destaca-se a temática em relação à produção do conhecimento científico sobre a questão no município, bem como a descrição da metodologia da pesquisa empírica e documental realizada e a análise dos dados coletados. Bem como, apresenta as propostas elencadas nos referidos eixos para o município e se caracteriza como uma forma de realizar a devolutiva do processo de construção do Plamiped à população do município.

Produto 2 – Levantamento/Inventário dos serviços relacionados à política sobre drogas no município: documento com levantamento e inventário dos serviços relacionados a política sobre drogas do município de Blumenau. O inventário apresenta os programas, serviços, instituições e órgãos que atuam de forma direta com a população-alvo da referida política. São consideradas instituições de atendimento direto aquelas que constam da RAPS – Rede de Atendimento Psicossocial do município, além de serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS), serviços de Segurança Pública e da Sociedade Civil Organizada, entre outros. A finalidade deste levantamento é conhecer e caracterizar a rede de atendimento e apoio (programas, projetos e ações) na área específica da política sobre drogas do município.

Produto 3 – Diagnóstico Comunitário: documento com resultados de levantamento comunitário (realizado em 2017 e 2022) para fins de diagnóstico situacional da política sobre drogas no município e de implantação e implementação de estratégias e propostas de mudança na referida política, SC. O diagnóstico comunitário, fundamentado bibliograficamente, apresenta, ainda, os objetivos e a metodologia aplicada na pesquisa empírica, explicitando o processo de escuta da população sobre os serviços, ações, programas e projetos na área afim disponibilizados no município para a população.

Produto 4 – Análise Executiva da Questão das Drogas em Blumenau: A análise é resultado dos três produtos acima citados. Constitui-se de um documento com um panorama situacional da política sobre drogas no município desenvolvido a partir dos diagnósticos técnico, comunitário e dos serviços relacionados a referida política. A análise Executiva da questão das drogas em Blumenau tem o intuito de promover a interdisciplinaridade e integração dos

serviços, programas, projetos e ações de órgãos e entidades públicas e privadas, com uma duração de 5 (cinco) anos a contar da data de sua aprovação.

A pesquisa realizada que resultou na elaboração dos produtos descritos teve com preocupação realizar um mapeamento dos problemas relacionados a cada eixo proposto e pensar, como município em sugestões ou propostas que busquem dirimir ou mitigar os problemas elencados.

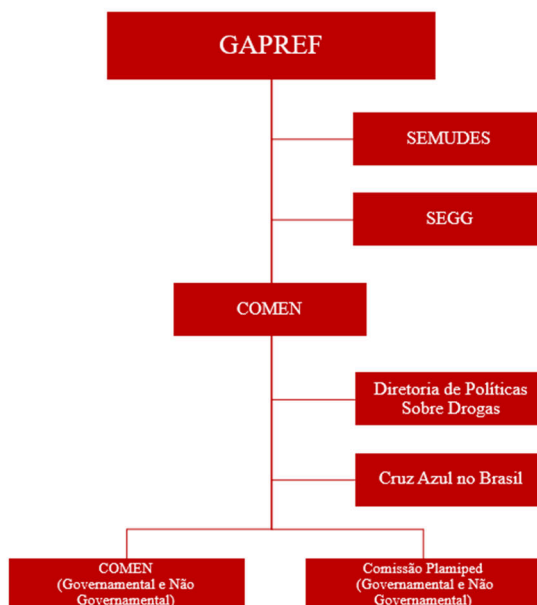
Num primeiro plano os problemas, no outro os objetivos estratégicos, metas e ações para o município, organizados em cinco eixos da política sobre drogas (Guia, 2020). Conforme o documento intitulado *Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil* produzido pelo Conad, em 2021, estes eixos-estratégicos são “o elo entre a Política Nacional sobre Drogas e o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas” (Guia, 2021, p. 50).

A construção desses produtos deu-se a partir da voz da comunidade e dos trabalhadores dos serviços relacionados à política sobre drogas. Neste sentido, os resultados trouxeram uma releitura explicativa, analítica e propositiva da gestão e da política sobre drogas no município a partir dessa construção coletiva entre Executivo Municipal, Conselho, Comissão Intersetorial e comunidade (usuários e técnicos dos serviços relacionados à política sobre drogas).

2.1.7 Iniciativas e compromissos

Um Plano Municipal de Políticas Públicas não se constrói sozinho. Neste sentido o envolvimento, o compromisso e a participação de um universo de atores sociais neste processo. A seguir o organograma representativo do processo de construção do Plamiped no município.

Figura 5 – Atores Sociais envolvidos no processo de construção Plamiped



Fonte: Elaboração própria (2023). André Aliatar Dutra.

GAPREF – Gabinete do Prefeito;

(**SEMUDES** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

SEGG – Secretaria de Gestão Governamental).

Para realizar o serviço executivo, de levantamento e sistematização das informações, de promover os encontros, reuniões, consolidar os conteúdos, análise, elaboração dos produtos (resultados) da construção do Plamiped, e outros serviços, foi contratada pelo poder público municipal a Cruz Azul no Brasil, entidade sem fins lucrativos, com sede em Blumenau/SC.

A Cruz Azul atua diretamente na política sobre o álcool e outras drogas, com foco de atuação nas áreas da prevenção, da educação continuada, de grupos de apoio e mútua ajuda, de atendimento ambulatorial (psicológico), de assessoramento e defesa de direitos e de edições de conteúdo. Por esta atuação, a instituição possui o reconhecimento pelo Governo Federal como Centro de Referência em Dependência Química – CEREDeq, através do Ministério da Cidadania, hoje Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, além de ser credenciada junto a este mesmo ministério.

REFERÊNCIAS

ALESC. ASSEMBLEIA ESTADUAL DE SANTA CATARINA. **LEI Nº 12.629, DE 04 DE JULHO DE 2003**. Florianópolis: ALESC, 2003. Disponível em: Lei Ordinária 12629 2003 de Santa Catarina SC (leisestaduais.com.br) Acesso em: 01 abr. 2023.

AVILA, M. R. R. **PLAMAD**. Plano Municipal de Políticas sobre Drogas (PLAMAD). Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD). Gaspar, junho de 2022.

AVILA, M. R. R. **Diagnóstico Comunitário Revisado e Atualizado e Análise Executiva da questão das drogas em Blumenau**, SC. Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMEN). Blumenau, SC, 2023. Não publicado.

BARREIRA, I. A. F. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Ver. Bras. Ci. Soc.** 25 (72) • Fev 2010 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>

BLUMENAU. **LEI COMPLEMENTAR Nº 856, DE 26 DE ABRIL DE 2012**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas-SISMAD, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Blumenau, em 26 de abril de 2012. Disponível em: [Lei Complementar 856 2012 de Blumenau SC \(leismunicipais.com.br\)](#) Acesso: 30 jul. 2023.

BLUMENAU. **Lei Ordinária nº 3739 de 29 de junho de 1990**. Cria Conselho Municipal de Entorpecentes e dá outras providências, Blumenau, SC: Câmara Municipal de Vereadores, 1990 *online*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/1990/374/3739/lei-ordinaria-n-3739-1990-cria-conselho-municipal-de-entorpecentes-e-da-outras-providencias>. Acesso em 23.03.2023. Acesso em 23 mar. 2023.

BLUMENAU. **Lei Complementar nº 856 de 26 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – Sismad, e dá outras providências. Blumenau, SC: Câmara Municipal de Vereadores, 2012, *online*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2012/86/856/lei-complementar-n-856-2012-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-politicas-publicas-sobre-drogas-sismad-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BLUMENAU. **Decreto 10.089 de 29 de agosto de 2013**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – Comen. Blumenau, SC: Câmara Municipal de Vereadores, 2013, *online*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/decreto/2013/1008/10089/decreto-n-10089-2013-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-politicas-publicas-sobre-drogas-comen>. Acesso em 23 mar. 2023

BLUMENAU. **Programa Crack é Possível Vencer**. 2014. Disponível em : <https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-defesa-do-cidadao/sedeci/blumenau-recebe-viaturas-para-o-programa-crack-e-possivel-vencer39>. Acesso 06/04/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 11.275, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006. Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 08 de fevereiro de 2006^a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11275.htm Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. EMENTA CONSTITUCIONAL Nº 90, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal para introduzir o transporte como direito social. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: 16 set. 2015. Disponível em: [Emenda Constitucional nº 90 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça/Gabinete do Ministro. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2018. Aprova as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas – PNAD, programas, projetos e ações dela decorrentes sob responsabilidade e gestão da União Federal. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas. Publicada em: **Diário Oficial da União**, de 13/03/2018 | Edição: 49 | Seção: 1 | Página: 79. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-9-de-%20marco-de-2018-6285971>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 13.840, de 05 de junho de 2019. Altera as Leis para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 06 de junho de 2019b, – Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20altera%20a,drogas%20e%20d%C3%A1%20outras%20a%20rovid%C3%Aancia. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2006-2020: tabagismo e consumo abusivo de álcool. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de tabagismo e consumo abusivo de álcool nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2020** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 64 p.

CONAD. Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas. **Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil**. Gustavo Camilo Baptista Hugo Torres do Val Yana de Faria (Orgs). Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Brasília, DF: 2021.

CONAD. **Plano Nacional de Políticas sobre drogas 2022-2027**. SISNAD, Brasília, DF, 2022. 81 p.

COPLANAR. **CoPlanar** – Capacitação de Gestores para Elaboração de Planos Municipais e Estaduais sobre Drogas. Manual do Estudante. UFSC. Florianópolis, SC: 2022.

COSTA, S. 1994. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 38, p. 38-52.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira Documentação Complementar II** – Versão Janeiro de 2019.

Francisco Inácio Bastos Investigador Principal. Laboratório de Informação em Saúde (LIS) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2019. Ministério da Saúde.

GHODDOSI, S. M.; FRANK, B. Caracterização ecológica de áreas de mata ciliar na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. In: **As múltiplas dimensões das áreas de preservação permanente**/Sandra Irene Momm Schult. Noemia Bohn (orgs) – Blumenau: Edifurb, 2014.

GOMES-MEDEIROS, D.; FARIA, P. H. de; CAMPOS, G. W. de S.; TÓFOLI, L. F. T.. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. **Cad. Saúde Pública**, 2019; 35(7): DOI: 10.1590/0102-311X00242618

GUIA metodológico: **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025**: diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação / organização Hugo Torres do Val ... [et al.] – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, 2020. 56 p.

BRASIL. Decreto nº 11.343, de 26 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 24 de agosto de 2006b, *online*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75 Acesso em: 03 out. 2022.

LARANJEIRA, R. **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012**. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014

LOPEZ-FRIAS, M.; FERNANDEZ, M. D. L. F.; PLANELLS, E.; MIRANDA, M.T.; MATAIX, J.; LLOPIS, J. Alcohol consumption and academic performance in a population of Spanish high school students. *J. Stud Alcohol*. 62(6), pp. 741-744. 2001.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes)**. Ministério da Economia, Planejamento e Orçamento. Brasília, DF: *s/d*, *online*. Disponível em: [Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social \(Endes\)](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/estrategia-nacional-de-desenvolvimento-economico-e-social) — Português (Brasil) (www.gov.br) Acesso em: 29 set. 2022.

MJSP. A Política Nacional Sobre Drogas: quando tudo começou. Governo Federal. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas#:~:text=Quando%20tudo%20come%C3%A7ou&text=Assim%2C%20%20primeira%20norma%20legal,foi%20alterado%20pela%20Lei%20n.> Acesso em: 03 out. 2022.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J. C. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. **Ciênc. Saúde coletiva**, 4 (1), 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100012>

PAIVA, L. G. M. Panorama Internacional das Políticas sobre Drogas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, nº 18, dez., 2018.

PMSC / **REDE DE VIZINHOS**, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, *s/d, online*. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-de-vizinhos>. Acesso em 27abr. 2023.

REINHOLD, M.; O perfil dos moradores de rua em Blumenau e a dependência química. “**Revista Cruz Azul online**” Blumenau SC, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18CpVvk3WyE_3HP6xVKB3QO7wcqNIAGoEy/view. Acesso em: 05 abril 2023.

SANTA CATARINA, Lei Estadual 13.641 de 27 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Sistema de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repressão de Entorpecentes, o Conselho Estadual de Entorpecentes, o Fundo Especial Antidrogas e estabelece outras providências. Florianópolis, SC **Assembleia Legislativa Estadual** 2005. *Online*. Disponível em: [Lei Ordinária 13641 2005 de Santa Catarina SC \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br) acesso em 23 mar. 2023.

SANTA CATARINA, Decreto nº. 1888 de 21 de novembro de 2008. Regulamenta o Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repressão de Entorpecentes e o Fundo Especial Antidrogas, previstos na Lei nº 13.641, de 27 de dezembro de 2005. Florianópolis, SC **Assembleia Legislativa Estadual** 2008. *Online* Disponível em: [Decreto 1888 2008 de Santa Catarina SC \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br) Acesso em 23 mar. 2023

SANTA CATARINA, Decreto n.º 18.337 de 06 de janeiro de 2022. Dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública e adota outras providências. Florianópolis, SC **Assembleia Legislativa Estadual**, 2022. *Online*. Disponível em: [LEI Nº 18.337, DE 6 DE JANEIRO DE 2022 \(ale.sc.gov.br\)](http://ale.sc.gov.br) . Acesso em 30 abril 2023;

SANTANA, C.; Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua, **Cartas**, Cad. Saúde Pública 30 (8) Ago 2014 <https://doi.org/10.1590/0102-311XCA010814>

STANCHACK, M. Plano Municipal Intersetorial de Política sobre Drogas: **Diagnóstico Comunitário**. Plano Municipal Intersetorial. Relatório de Participação. Lançamento Oficial Plamiped. Oficina Técnica de alinhamento. Oficinas Regionais Comunitárias. Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI. Conselho Municipal de Política Pública sobre drogas. Blumenau, Blumenau, 2018. 78 p.

UNODC. *United Nations Office and Drugs and Crime*. Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o problema global das drogas. In: **Drogas: marco legal**. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. UNODC, *s/d, online*. Disponível em: [Drogas: marco legal \(unodc.org\)](http://unodc.org) Acesso em 30 set. 2022.

3 A PROBLEMÁTICA E SEU CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL: O MUNICÍPIO DE BLUMENAU

3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO DAS DROGAS

Em nível mundial o problema das drogas é preocupante e exige esforços conjuntos para o seu enfrentamento. Em 1993 a Organização Mundial da Saúde (OMS) conceituou o termo droga⁴ como “toda substância natural ou sintética, que, introduzida no organismo vivo, modifica uma ou mais das suas funções, independentemente de ser lícita ou ilícita” (Brasil, 2022, p. 9).

Para a OMS, “o uso prejudicial e a dependência de drogas lícitas ou ilícitas é um problema de saúde pública de ordem internacional que preocupa o mundo inteiro, uma vez que afeta valores culturais, sociais, econômicos e políticos” (Brasil, 2022, p. 9).

Dada a importância, o tema vem sendo destaque nas agendas da OMS há anos. Em 2015, o tema foi inserido na pauta da Agenda 2030⁵. A Agenda 2030 é um plano adotado por 193 países membros das Nações Unidas durante a Assembleia Geral da ONU de 2015” (Brasil, 2022, p. 9). A Agenda 2030 tem, entre outras, a meta de reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias psicoativas. Inclui-se, aqui, “o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool e a redução significativa dos fluxos financeiros e de armas ilegais, bem como o reforço da recuperação e devolução de recursos roubados, e o combate a todas as formas de crime organizado” (Brasil, 2022, p. 09) em todo o mundo.

⁴ Para evitar ambigüidades, a comunidade científica costuma, ao invés de “drogas”, que constitui uma palavra com muitas acepções, utilizar outros termos, tais como: “drogas de abuso”, “substâncias psicoativas”, “drogas psicoativas”, “psicotrópicos” (do grego tropo, que significa “desvio”), “drogas psicotrópicas” ou ainda “substâncias psicotrópicas”. Doravante, para se evitar confusões, o termo “droga” referir-se-á apenas às substâncias vinculadas à Política Nacional de Drogas tal como previsto no Decreto 9.761, de 11 de abril de 2019. Neste sentido, são incluídos neste plano: a) as drogas proscritas nos termos da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 (normativo da ANVISA que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e que relaciona todas as drogas ilícitas e os medicamentos de uso controlado), b) o álcool, e c) o tabaco. Por conseguinte, o termo “droga” no âmbito do Planad se refere a este conjunto de substâncias. Ele, todavia, não inclui as chamadas substâncias precursoras, isto é, produtos e insumos químicos sujeitos a controle da Polícia Federal nos termos da Lei nº 10.357 de 27 de dezembro de 2001, do Decreto nº 4.262 de 10 de junho de 2002 e da Portaria MJSP nº 240, de 12 de março de 2019, e que são insumos para a elaboração de drogas (Brasil, 2022, p. 09).

⁵ A Agenda 2030 é um plano de ação que busca fortalecer a paz universal, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta (Brasil, 2022, p. 09).

3.1.1 Em nível global

No que tange às preocupações com o uso de substâncias psicoativas no mundo, a Comissão de Xangai foi o primeiro encontro internacional a abordar o uso de ópio, que se encontrava disseminado em vários países no início daquele século. Até o ano de 1910, conforme Fonseca e Bastos (2012), existiam dois tratados de abrangência regional: 1) a Comissão Filipina do Ópio (1903); e 2) a Comissão de Xangai (1909).

O encontro em Xangai foi organizado pelos Estados Unidos e teve como objetivos “propor estratégias internacionais de controle do ópio” (Araújo, 2012, p. 58). Esse encontro, conforme Araújo (2012), marcou o primeiro passo em direção à política internacional de proibição das drogas. Essa política entrou em vigor a partir do século XXI.

Três anos depois, aconteceu mais um encontro em Haia, Holanda, denominado de Conferência Internacional do Ópio. Com a disseminação do uso de drogas, a Conferência resultou no primeiro acordo multilateral destinado a restringir a circulação internacional de drogas no mundo (Paiva, 2018, p. 99-100). Nesta Conferência, “os países signatários comprometeram-se a impedir a exportação de ópio para países em que a substância fosse proibida, bem como controlar a produção, a importação, o comércio, a distribuição e a exportação de morfina, cocaína e os respectivos sais” (Paiva, 2018, p. 99-100). O relatório desta Conferência é “o primeiro documento internacional a incentivar os países a enfrentar o abuso de drogas em seus territórios. O documento somente entrou em vigor em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, incorporado ao Tratado de Versalhes e ao sistema da recém-criada Liga das Nações” (Paiva, 2018, p. 99-100).

A Conferência de Haia foi o marco histórico inicial da luta para o enfrentamento da questão das drogas no mundo.

3.1.2 Em nível de território nacional e regional

No que tange à problemática das drogas no Brasil, num artigo de 1999 intitulado O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil, Noto e Galduróz (1999) colocam que é essencial conhecer as peculiaridades de um território ou país para subsidiar as políticas públicas. E salientam que a dimensão do uso de drogas no país é pouco conhecida, assim como os

problemas decorrentes do uso. Conforme os autores (1999, p. 146) isso ocorre, “especialmente devido à carência de estudos nessa área, o que se acentua diante das dificuldades relacionadas à clandestinidade que envolve o uso de drogas ilícitas”.

Importante salientar que Noto e Galduróz têm realizado estudos na área e publicado amiúde, no entanto, constata-se essa ausência de estudos epidemiológicos, realidade que não se modificou ao longo desses mais de 20 anos.

Os autores citam os estudos do Centro Brasileiro de Informações sobre drogas Psicotrópicas realizados entre estudantes de dez capitais brasileiras, nos anos de 1987, 1989, 1993 e 1997, os quais indicam o álcool e o tabaco, como os psicotrópicos mais consumidos” (Noto; Galduróz, 1999, p. 146).

Quanto às drogas ilícitas os autores colocam que na pesquisa de 1997 23,7% dos estudantes entrevistados já haviam feito uso de drogas e entre elas “Os inalantes (solventes) foram os psicotrópicos mais citados (13,8%), seguidos pela maconha (7,6%), pelos medicamentos ansiolíticos (5,8%), anfetamínicos (4,4%) e pela cocaína (2%)” (Noto; Galduróz, 1999, p. 146).

Em seu artigo Noto e Galduróz (1999) citam inúmeras pesquisas realizadas antes de 1999, sobre as especificidades no que diz respeito à relação com o uso de drogas. Incluímos esses dados neste documento para explicitar mudanças ocorridas ao longo do tempo na questão do uso, abuso e dependência de drogas no Brasil.

Resultados destas pesquisas se encontram nos Diagnósticos que compõem o compêndio de produtos deste Plano.

3.1.3 No contexto municipal

A questão das drogas em Blumenau também é latente. Num artigo denominado *O perfil dos usuários do capsad-blumenau e as políticas públicas em saúde mental*, publicado em 2009, Faria e Schneider, entre outras questões, também abordaram a necessidade de dados epidemiológicos sobre as drogas em Blumenau.

Num artigo denominado *O perfil dos moradores de rua em Blumenau e a dependência química* Reinhold (2019) aborda aspectos da problemática do uso de drogas no cotidiano das pessoas que vivem em situação de rua. O estudo é resultado de pesquisa empírica com usuários do Amblu e do Centro Pop no município. Para Reinhold (2019) o uso de substâncias

psicoativas, a exemplo do álcool, é um agravante na situação dos moradores de rua, posto o uso dessa substância é frequente por esta população em Blumenau.

Para Santana (2014) “A vulnerabilidade na população em situação de rua, é expressa por pouca longevidade, escassez de acesso aos recursos privados e públicos, e carência de educação básica (Santana, 2014, p. 1798). Conforme Santana (2014), a vulnerabilidade entre a população de na rua, é de pouca longevidade. Além de viverem menos, moradores de na rua não acessam os recursos públicos tampouco os privados e possuem carência de educação básica conforme citado.

A problemática da questão das drogas é visível em Blumenau nas apreensões ocorridas na região e evidencia-se nas notícias veiculadas nos meios de comunicação locais no recorte da década de 1990 até os dias atuais e explicitados no Produto 1 – Diagnóstico Técnico Atualizado e Revisado (Avila, 2023b, p. 111) realizado para fins da construção do Plano Municipal.

Conforme o CONAD, inúmeros esforços são aplicados na luta contra o tráfico de drogas em todo o mundo e em diferentes níveis (Guia, 2013 p. 7).

No que tange aos danos e prejuízos causados pelo uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no município, na pesquisa empírica realizada de fevereiro a julho de 2022 em Blumenau a gestão do Hospital Santo Antônio apresentou dados de atendimento que tratam das CID relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. Conforme relato:

Ansiedade generalizada – relação com SPA, citou-se 1.514 casos de 1 de janeiro de 2020 até junho de 2022.

Droga Psico, citou-se 231 casos – aqui se refere, especificamente, às tentativas de suicídios.

Episódio depressivo – 178 casos;

Alta voluntária por álcool – 127 (em 2 anos);

Esquizofrenia paranoica – 47 casos;

Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos – 34 (aqui se refere, especificamente, a automutilação);

Enfermidade generalizada de emergência – 2 pacientes;

Emergência – 2 (código vermelho – significa risco de vida);

Ansiedade generalizada – 101 casos (Avila, 2023b, p. 267).

Conforme informações fornecidas pela gestão por ocasião da pesquisa empírica, “No caso de tentativas de suicídio, o maior índice é de tentativa de suicídio medicamentoso, concomitante ao uso de bebida alcoólica” (Avila, 2023b, p. 267).

Ratifica-se o maior índice de tentativa de suicídio medicamentoso e por meio do uso de bebidas alcoólicas por meio das informações enviadas em 10 de maio de 2023 pelo Serviço de Vigilância Epidemiológica de Blumenau/SC – SEMUS de Blumenau.

Conforme dados notificados por serviços de saúde do município e extraídos do SinanNet/TabWin/SVE referente ao período de 2018 a 2022, depreende-se

Intoxicação Exógena (Tentativa de Suicídio)

- Faixa etária expressiva dos 30 anos de idade ou mais, já com números ascendentes que apontam para a realidade atual entre 20 e 29 anos de idade;
- Predominância do sexo feminino;
- Predominância da raça branca;
- Escolaridade expressiva identificada com ensino médio completo, no entanto, observa-se linha ascendente desde a segunda fase do ensino fundamental;
- Efetividade da ação enquanto classificação final do caso com grande maioria curado sem sequelas, porém, há registros de óbito pós tentativa;
- Expressividade de agente tóxico da classe de medicamentos dentre os demais;
- Local de maior ocorrência é na residência, com destaque para os bairros: Itoupava Central, Velha, Garcia e Fortaleza (Semus/Epidemiologia, 2023, por e-mail).

Já os dados sobre Violência Interpessoal/Autoprovocada extraídos do SinanNet/TabWin/SVE referente ao mesmo período de 2018 a 2022 apontam que

Violência Interpessoal/Autoprovocada

- Faixa etária expressiva dos 30 anos de idade ou mais, já com números ascendentes que apontam para a realidade atual a partir dos 15 anos de idade;
- Predominância do sexo feminino;
- Predominância da raça branca;
- Escolaridade expressiva identificada com ensino médio completo, no entanto, observa-se linha ascendente desde a segunda fase do ensino fundamental;
- Destaca-se como meio de agressão o envenenamento e objeto perfurocortante;
- Local de maior ocorrência é na residência e via pública, com destaque para os bairros: Itoupava Central, Itoupavazinha, Velha, Garcia e Fortaleza (Semus/Epidemiologia, 2023, por e-mail).

A partir dos dados sobre a questão das drogas em Blumenau, “justificam-se as prerrogativas da Lei no 13.840, de 23 de agosto de 2019 (Brasil, 2019b), que aponta para a necessidade de um Plano Nacional de Políticas sobre Drogas” e da Gestão municipal “em pensar estratégias e ações na área do uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas, via construção de um Plano Municipal de Política Pública Sobre Drogas” para o município de Blumenau (Avila, 2022, p. 22).

3.2 O CONTEXTO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Em se tratando de um diagnóstico socioterritorial de uma política pública explicita-se a necessidade de se conhecer o território e as “dinâmicas dos contextos em que vivem os

cidadãos” que são beneficiados pelas ações realizadas por esta política. Tem-se, aqui, no âmbito da política sobre drogas de Blumenau, a premissa de se conhecer o município a partir de seus vários aspectos, quais sejam: o aspecto demográfico, econômico, social, cultural, ambiental.

Destarte, incluir a perspectiva territorial num diagnóstico que resultará na construção de um plano municipal representa um “desafio tão importante quanto a incorporação desta perspectiva na gestão da própria política (Koga, 2016, p. 08). Conforme Koga (2016), trata-se de inverter a lógica de se olhar para o lugar de intervenção da política pública, tornando o território prioritariamente como ponto de partida e secundariamente como ponto de chegada (Koga, 2016, p. 08).

Compreende-se, aqui, território como “território usado” como dizia Milton Santos (Koga, 2016, p. 09). Ou seja, território habitado, compartilhado, o “cotidiano do território, a escala do lugar”. Segundo o autor, no Lugar, há “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (Santos, 2002, p. 322). E isso se dá porque, conforme Milton Santos, “cada qual exerce ação própria, a vida social se individualiza, e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” (Santos, 2002, p. 322). E cada lugar tem sua história. Neste sentido, a importância de se conhecer o contexto territorial do Plamiped, o município de Blumenau a partir de seus vários aspectos.

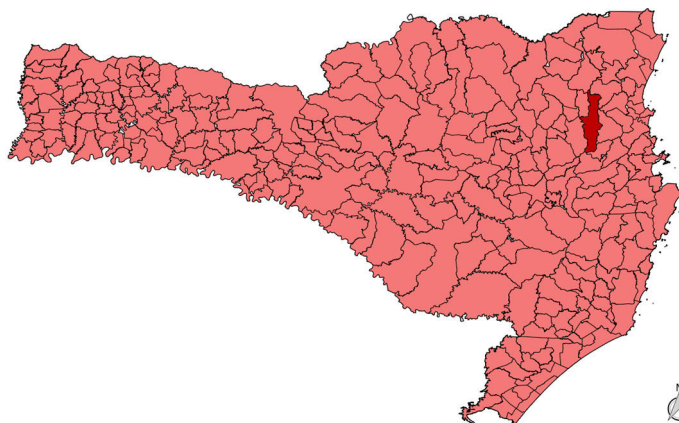
O município de Blumenau, está situado no estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil, localizado na microrregião homônima e na Mesorregião do Vale do Itajaí, território inicialmente habitado pelos povos tradicionais *Carijós*, *Kaigangs*, *Xoklengs* e *Botocudos*, majoritariamente nômades e que transitavam entre o Vale do Itajaí e o litoral catarinense (Peres, 2009). Também há registros de que mesmo antes da fundação da Colônia Blumenau, já existiam famílias estabelecidas na região de Belchior, nas margens do Ribeirão Garcia, bem como do próprio Itajaí-Açu (Blumenau, *s/d. online*).

Em 1850, o imigrante alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, químico farmacêutico, obteve do Governo Provincial de Santa Catarina (Governo do Estado) uma área de terras de duas léguas para estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus (Blumenau, *s/d*).

Assim, em 2 de setembro de 1850, dezessete colonos chegaram ao local onde hoje se ergue a cidade de Blumenau. Muitos outros imigrantes atravessaram o Oceano Atlântico em veleiros de companhias particulares. E assim foi crescendo o número de agricultores, povoadores e cultivadores dos lotes, medidos e demarcados ao longo dos rios e ribeirões que banhavam o território da concessão (Blumenau, *s/d*).

O município tem uma área total de 519,8 Km², sendo, segundo o site da Prefeitura Municipal (Blumenau, *s/d*) 206,8 Km² (39,78%) de área urbana e 313,0 Km² (60,22%) de área rural. Blumenau faz divisa com os municípios de Jaraguá do Sul e Massaranduba (ao Norte), Guabiruba e Botuverá (ao Sul), Luís Alves e Gaspar (ao Leste) e Timbó, Indaial e Pomerode (ao Oeste) (Blumenau, *s/d*).

Figura 6 – Localização de Blumenau no Estado de Santa Catarina



Fonte: Cardoso e Centeno (2015, p. 02)

Em poucos anos, o Dr. Blumenau fez da colônia um grande empreendimento de colonizadores da América do Sul, criando um importante centro agrícola, comercial e industrial influente na economia do País. Hoje, o município é conhecido pelas suas origens europeias, bem como por sua arquitetura, gastronomia e natureza abundante.

Para Machado (2011), o município é, atualmente, interpretado como um espaço cultural, contendo elementos identitários que constituíram a localidade a partir das relações entre imigração, trabalho, raízes e tradições. Ao circular por Blumenau nos dias atuais, ainda são constantes as referências e alusões deixadas e reelaboradas por esta tradição inventada fruto de um processo imigratório marcadamente alemão que é presente, vivo e cultivado pela população, e, portanto, vários são os indícios das tradições alemãs (Machado, 2011).

Blumenau compõe “a Mesorregião do Vale do Itajaí, formada por 53 municípios” e da “Microrregião Homogênea do IBGE de Blumenau (294) formada por 15 municípios” bem como da “Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) formada por 14 municípios” e da “15ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional formada por 5 municípios: Blumenau, Pomerode Gaspar, Ilhota e Luiz Alves” (Blumenau, *s/d, online*).

O Levantamento/inventário dos serviços relacionados à política sobre drogas do município apresenta de forma detalhada uma caracterização do município de Blumenau no que tange aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, educação, de saúde, culturais etc.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. Almanaque das drogas: um guia informal para o debate racional / Tarso Araújo. – São Paulo: Leya, 2012.

ASSOCIAÇÃO IBERO-AMERICANA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS. Guia de boas práticas: luta contra o tráfico de drogas = Guia de buenas prácticas: lucha contra el tráfico de drogas / Associação Ibero-americana de Ministerios Públicos, Cooperación Española. Pág. 7 – Brasília: MPF-PGR, 2013

AVILA, M. R. R. **Diagnóstico Técnico Revisado e Atualizado e Análise Executiva da questão das drogas em Blumenau, SC**. Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMEN). Blumenau, SC, 2023b. Não publicado.

AVILA, M. R. R. **Panorama da situação do uso de álcool e outras drogas no município de Gaspar, SC**: diagnóstico técnico e comunitário. Gaspar, SC: Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMAD, Jun./2022. 350 p

BLUMENAU. **Dados Geográficos**. Prefeitura Municipal de Blumenau. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BLUMENAU. **História do Município**, Prefeitura Municipal de Blumenau, *s/d, online*. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 10.357, DE 20 DE MAIO DE 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República. Publicado em: **Diário Oficial da União** de 21/05/2020 | Edição: 96 | Seção: 1 | Página: 8. Disponível em: DECRETO Nº 10.357, DE 20 DE MAIO DE 2020 – DECRETO Nº 10.357, DE 20 DE MAIO DE 2020 – DOU – Imprensa Nacional (in.gov.br) Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 13.840, de 05 de junho de 2019. Altera as Leis para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 06 de junho de 2019. Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20altera%20a,drogas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 03 out. 2022.

FONSECA, E. M.; BASTOS, F. I. **Os Tratados Internacionais Antidrogas e o Brasil:** políticas, desafios e perspectivas. In: ALARCON, S., and JORGE, MAS., comps. *Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 15-43. ISBN: 978-85- 7541-539-9.
<https://doi.org/10.7476/9788575415399.0002>.

KOGA, D. **Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cadernos IHU ideias, ano 14, nº 243, vol. 14, 2016.

MACHADO, R. A invenção da cidade centralizada: História e Memória na Blumenau contemporânea. (1974 – 2002). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais...** São Paulo, jul. 2011. P 1-11.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J. C. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciênc. Saúde coletiva*, 4 (1), 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100012>

PAIVA, L. G. M. Panorama Internacional das Políticas sobre Drogas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, nº 18, dez., 2018.

PLANAD, Plano Nacional de políticas sobre Drogas 2022-2027, SISNAD, Brasília, DF, 2022. P.09

REINHOLD, M. O perfil dos moradores de rua em Blumenau e a dependência química. “**Revista Cruz Azul online**” Blumenau SC, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18CpVk3WyE_3HP6xVKB3QO7wcqNIAGoEy/view. Acesso em: 05 abri. 2023.

SANTANA. C. Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(8):1798-1800, ago, 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XCA010814>.

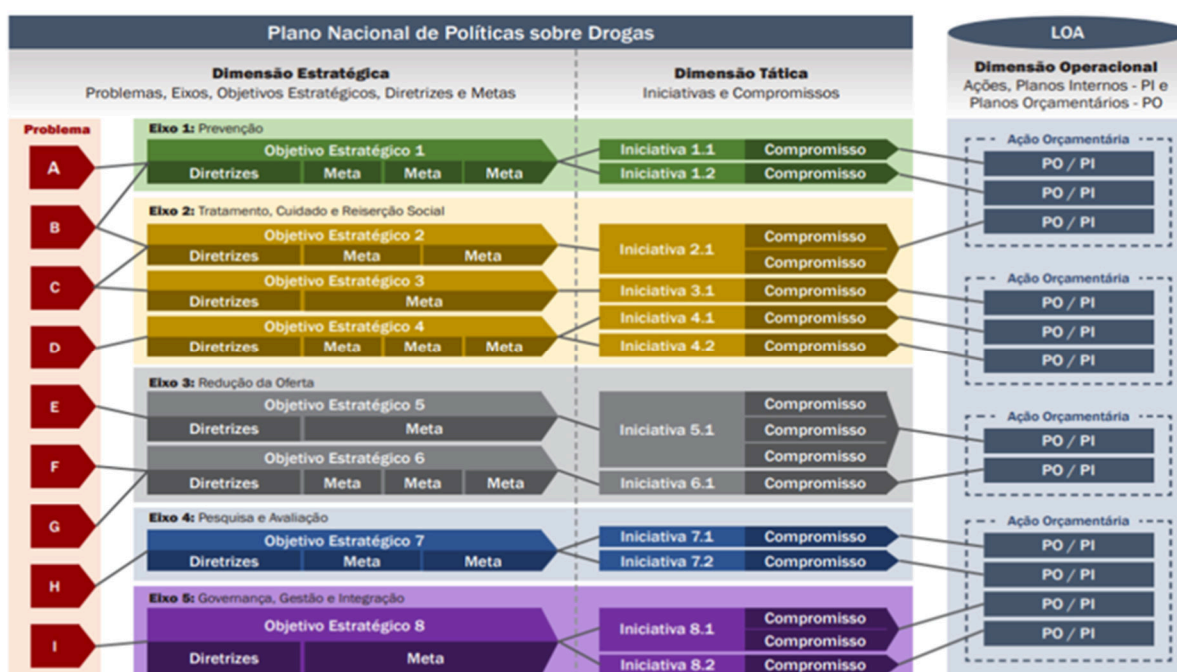
SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias:** cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914). 2009. UFSC. Disponível em:
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92792>. Acesso em: 25 abr. 2023.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Um Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas é uma ferramenta que permite articular, integrar, organizar e coordenar estratégica, tática e operacionalmente o empenho conjunto dos munícipes no intento de solucionar os problemas relacionados à questão das drogas no município, em consonância com as diretrizes das políticas e planos existentes nos demais níveis de gestão. O processo de construção do Planiped segue as orientações do CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre drogas cujo diagrama do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas se encontra abaixo explicitado:

Figura 7 – Estrutura do processo de construção do Planad

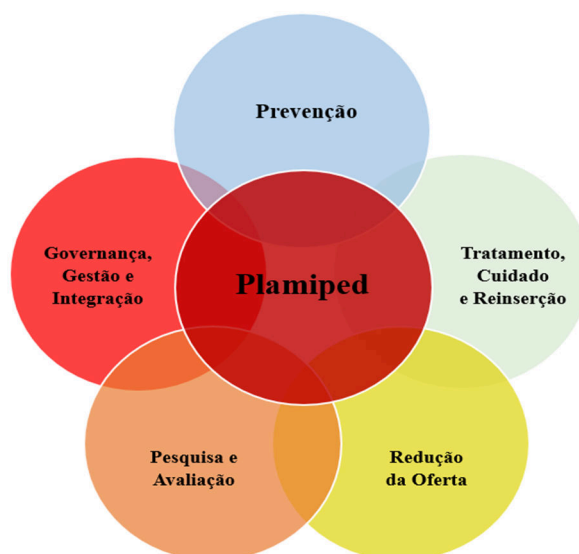


Fonte: Conad (GUIA, 2020, p. 17)

O diagrama anterior apresenta a relação entre as dimensões de planejamento e seus atributos. Este deve ser lido de duas formas, conforme consta no Guia metodológico do CONAD (Guia, 2020, p. 17):

- 1) **Leitura da esquerda para a direita** – reflete a ordem de construção do plano, baseada na solução de problemas;
- 2) **Leitura da direita para a esquerda** – reflete a operacionalização de um modelo lógico; estabelece a ligação entre insumos (fontes de recursos), atividades-chave (iniciativas),

Figura 9 – Eixos-Estratégicos do Plano



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Planad (2020)

Como dito, cada eixo estratégico possui metas e objetivos bem específicos:

Prevenção: envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, promover a abstinência e conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas;

ii) **Tratamento, Cuidado e Reinserção Social:** abrange ações de atenção, cuidado, apoio, mútua ajuda, recuperação, tratamento, proteção, promoção, e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas;

iii) **Redução da Oferta:** consiste em ações de repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, além da regulação de substâncias controladas e ações de desenvolvimento sustentável;

iv) **Pesquisa e Avaliação:** engloba as ações de expansão do conhecimento científico, desenvolvimento de indicadores, estatísticas e avaliação de políticas, programas e projetos;

v) **Governança, Gestão e Integração:** contempla as ações de coordenação e integração, além da promoção da transparência e da realização da prestação de contas da política sobre drogas para a sociedade (Guia, 2020, p. 15).

Os Eixos-Estratégicos definidos pelo Conad (2020) nortearão o foco das intervenções do Plamiped para a busca de solução dos problemas (e suas causas) no que se refere à política

sobre drogas do município. São esses eixos que geram diretrizes/metapas para o Plano, sendo que estas, após o Plano aprovado, geram ações, compromissos e responsabilidades. Conforme Avila (2022, p. 48), “é onde entra a Dimensão Tática que estabelece que tipo de ações são essas e de que órgão ou entidade é a responsabilidade ou o compromisso de executá-las”. É a Dimensão Tática que ‘estabelece para quem será atribuída a função de monitorar a execução das metas e ações definidas no Plano, estabelecendo, ainda, articulação com a Dimensão Operacional que definirá com que recursos essas metas e ações serão executadas” (Avila, 2022, p. 48).

Ao Comen, órgão central do sistema municipal de políticas sobre drogas cabe “o compromisso de dinamizar o esforço de seus “integrantes no monitoramento das ações intersetoriais ofertadas pelas políticas públicas e pelos serviços das instituições não governamentais que prestam acolhimento, prevenção, proteção social e segurança das pessoas que usam álcool e outras drogas no município” (Azevedo; Oliveira, 2020, p. 22).

O Conselho é o órgão articulador da política no município. Conforme Azevedo e Pinho (2016), um Conselho tem como papel principal incentivar a mobilização e participação social no processo de elaboração, monitoramento e avaliação de um Plano Municipal da política a que se refere, direito garantido na CF de 1988.

3.3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A PNAD e o Sisnad preveem a necessidade de construção de planos municipais sobre drogas com a finalidade de organizar e nortear as Políticas Municipais sobre drogas em consonância com as diretrizes da PNAD e do Planad.

3.3.1 Justificativa

A Lei nº 13.840/2019, em seu Art. 8º-E que trata dos conselhos de políticas sobre drogas em todos os níveis de gestão também tece alguns objetivos para a elaboração do Plano Nacional e refere os mesmos para a construção dos planos dos demais entes federados.

A elaboração de um Plano Nacional é uma obrigação da União determinada pela Lei nº 11.343/2006 e ratificada pela Lei nº 13.840/2019, no entanto, no que tange aos municípios, bem como aos Estados e ao Distrito Federal, a Lei incentiva a adesão destes para a construção

de seus respectivos planos. Após adesão, o município tem papel central no que diz respeito a construção do Plano Municipal sobre drogas.

Blumenau aderiu à construção do Plano que agora se materializa neste documento que resulta de quatro outros produtos desenvolvidos a partir de pesquisa empírica no município. Os resultados decorrentes dos produtos que subsidiam este Plano e o próprio Plamiped poderão servir de referência para outros municípios cujos Planos Municipais da Política Sobre Drogas se encontrem em processo de construção.

No que tange à aplicabilidade, os resultados dos diagnósticos poderão vir a subsidiar o debate referente às intervenções na área dos Eixos-Estratégicos propostos pelo Conad (2020), bem como da articulação e integração da Política sobre drogas com as diferentes políticas sociais nos três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Quanto à percepção e prevenção do risco, os diagnósticos e seus resultados possibilitaram conhecer a percepção dos técnicos (trabalhadores) e dos usuários dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias, além de subsidiar a construção de programas e estratégias de articulação de políticas, gestão e do planejamento na resposta política do Estado, bem como na operacionalidade das instituições e serviços pesquisados.

3.3.2 Objetivos

3.3.2.1 Objetivo Geral

Construir o Plano Municipal de Políticas Públicas Intersetoriais sobre Drogas do município de Blumenau, SC

3.3.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Construir Diagnóstico Comunitário da questão das drogas em Blumenau, SC;
- 2) Elaborar Diagnóstico Técnico da questão das drogas no município;
- 3) Efetuar levantamento dos serviços relacionados a questão das drogas no município;
- 4) Realizar Análise Executiva da questão das drogas em Blumenau;
- 5) Desenvolver o Plano Municipal de Políticas sobre Drogas de Blumenau, SC.
- 6) Fazer devolutiva às políticas intersetoriais e comunidade local.

3.4 PROPOSTA METODOLÓGICA

O percurso metodológico de elaboração de um Plano (em todos os níveis de gestão), passa por diversas fases entre as quais se destacam as fases de identificação das necessidades e desafios do território em estudo. Em nível de município essas fases se dividem em: 1) fase de identificação do problema; 2) fase de análise situacional do município; e 3) definição de diretrizes, objetivos e metas ou ações para o município. A primeira trata do levantamento das dificuldades e desafios, a segunda do diagnóstico propriamente dito e a terceira do Plano elaborado.

Desde 2017, o município de Blumenau trabalha na construção de um Plano Municipal Intersetorial sobre drogas com diretrizes, objetivo, metas e ações que visem nortear a Política Municipal sobre drogas para os anos seguintes à sua implantação.

Assim, buscou-se construir um diagnóstico ou levantamento situacional relacionado à Política sobre drogas no município. Conforme Avila (2022, p. 53) “A realização de um diagnóstico municipal sobre drogas visa reunir informações necessárias para apoiar a construção do Plano Municipal”. Ou seja, objetiva-se, via diagnósticos, fundamentar ações transformadoras que promovam o desenvolvimento integral, valorização e a inclusão do público relacionado ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município (Avila, 2022, p. 53). Busca-se, ainda, “o fortalecimento das redes de proteção, apoio e defesa de direitos desse público-alvo, a integração das políticas públicas e serviços e “a cooperação entre diferentes setores governamentais e não governamentais para promover ações locais” (Avila, 2022, p. 53).

A proposta metodológica do Plamiped se caracteriza pela abordagem qualitativa, teórico/empírica, finalidade exploratória, descritiva e explicativa, sendo que se utilizou da pesquisa bibliográfica, documental e do estudo de caso (pesquisa empírica) como estratégia investigativa. Quanto à amplitude, as pesquisas realizadas durante o processo de construção deste Plano alcançaram abrangência na área institucional (diagnóstico institucional – levantamento/inventário dos serviços relacionados à Política sobre drogas), técnica (diagnóstico técnico) e comunitária (diagnóstico comunitário). A amplitude do estudo permitiu produzir uma análise técnica e situacional da referida Política no município de Blumenau resultando num produto denominado Análise Executiva da questão das drogas em Blumenau, Santa Catarina.

3.4.1 Coleta de dados para pesquisa empírica

A pesquisa empírica para o desenvolvimento dos diagnósticos técnico e comunitário e do levantamento dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em Blumenau foi realizada em duas etapas. 1) Pesquisa empírica ou de campo em 2017; e 2) Pesquisa empírica ou de campo em 2021 e 2022.

Ambas utilizaram informações coletadas por meio de pesquisa bibliográfica/documental, bem como, da estratégia do Estudo de Caso por meio da realização de Oficinas de Diálogos/Rodas de Conversa e utilização do instrumento de coleta de dados denominado de Matriz Problema-Solução do Masp. Detalhes da coleta de dados constarão deste documento mais adiante de forma separada por etapas da pesquisa empírica (2017 e 2021 -2022).

Cabe aqui mencionar, que a construção do Plamiped iniciou em 2013 com a pactuação de inúmeros municípios do Brasil com o governo federal por meio do Programa Crack é Possível Vencer. Os municípios que realizaram pactuação instituíram um Comitê Gestor para a elaboração de um Plano municipal sobre drogas (Stanchack, 2018). A construção do Plano Municipal estagnou em 2019 e em 2021 o Executivo Municipal decidiu dar continuidade ao processo.

A partir das parcerias já realizadas com o poder público municipal, de atuação na área da prevenção, educação continuada, atendimento de pessoas dependentes e familiares em grupos de apoio e ambulatorial (psicológico), assessoria e defesa de direito e outros serviços; e após apresentação de proposta, a entidade Cruz Azul no Brasil foi contratada como instituição a efetivar a construção do Plano Municipal. Como dito anteriormente, a Cruz Azul é conhecida por sua atuação em políticas públicas para a área nos três níveis de gestão.

As Oficinas com Rodas de Conversa e a estratégia Problema-Solução, construída com base no *Method of Analysis for Solving Problem (MASP)*⁶, foi a proposta metodológica para a fase de pesquisa empírica tanto em 2017 como em 2021-2022 Trata-se de uma estratégia

⁶ Método de Análise e Solução de Problemas (MASP): “[...] metodologia de análise e solução de problemas (MASP) foi desenvolvida no Japão e introduzida no Brasil em meados dos anos 80. Trata-se de um procedimento que tem por objetivo promover a permanente melhoria na qualidade dos processos internos” e de gestão de uma empresa ou instituição. O MASP, em geral, é aplicado em empresas, é dividido em 8 fases, sendo que todas estão interligadas e visam, prioritariamente, identificar a causa raiz de um problema, planejar uma solução e implementar ações de correção, minimização ou eliminação do problema (MASP, 2018, *online*).

dividida em 08 etapas ordenadas da seguinte forma: 1) identificação; 2) observação; 3) análise; 4) plano de ação; 5) ação; 6) verificação; 7) padronização; 8) conclusão (MASP, 2018).

Importante citar que nem todas as propostas do MASP foram adotadas para a abordagem desta pesquisa empírica, mas tão somente as que se integravam ou que possuíam um elo ou interface que pudesse contribuir com a pesquisa. Para fins desta pesquisa adotou-se 05 etapas:

1ª) a *identificação do problema* ou ações que, na opinião dos sujeitos da instituição, não ocorrem como deveriam ou que merecem maior atenção;

2ª) *caracterizar o problema* para maior compreensão de sua natureza e características;

3ª) a *discussão ou análise do problema* de forma conjunta no intuito de identificar e analisar prováveis causas (possíveis hipóteses), verificar sua prioridade e eixos-temáticos em que se encaixa;

4ª) *elaboração da ação* ou ideia que possa contribuir para eliminar, corrigir ou minimizar o problema elencado e priorizado;

5ª) a *definição e planejamento final da ação* – definir a redação final e a inserção da ação no planejamento futuro (no caso o Plano) por meio deste diagnóstico e da Análise Executiva da questão das drogas no contexto sociocomunitário do município (MASP, 2018).

Os dados foram coletados, como dito, por meio de Oficinas de Rodas de Conversa e foram inseridos na Matriz Problema-Solução por Eixos-Estratégicos, conforme proposto no Guia Metodológico do Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Planad): Diagnóstico, Elaboração, Monitoramento e Avaliação publicado, em 2020, pelo Conselho Nacional Sobre Drogas (CONAD). Após coleta os dados passaram à fase de tratamento e análise.

3.4.2 Análise Coletiva dos Dados

Foi a última fase do Masp adotada, ou seja, a *discussão ou análise do problema* que foi realizada de forma coletiva com a Comissão Intersetorial de acompanhamento do processo de construção do Plampied e teve como intuito identificar e analisar prováveis causas (possíveis hipóteses), verificar sua prioridade e eixos-temáticos (MASP, 2018).

Para fins do Plamiped, conforme consta na Análise Executiva da Questão das Drogas em Blumenau, esta discussão ou análise conjunta ocorreu nos Encontros Ampliados realizados de agosto de 2022 a fevereiro de 2023, totalizando quatro eventos. Os encontros ocorreram em agosto, novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

A metodologia destes encontros seguia os trâmites de uma conferência. Iniciaram com a apresentação das matrizes por Eixo-Estratégico, fazendo-se a abordagem do problema e em seguida discutindo-se as propostas de solução. Após a consolidação dos resultados nos encontros (Reuniões Ampliadas) realizados pela Comissão Intersetorial de Políticas Integradas sobre Drogas do município de Blumenau passou-se à fase de elaboração dos produtos citados anteriormente.

Para fins de análise, posto a grande quantidade de problemas e propostas de enfrentamento, soluções, elencadas pelos usuários e pelos técnicos dos serviços relacionados à política sobre drogas do município decidiu-se trabalhar a partir de categorias de análise. De forma geral o próprio CONAD (Guia, 2020) elencou categorias de análise quando apontou os cinco objetivos-estratégicos para compor o arcabouço teórico para nortear e alinhar o processo de construção de um Plano nacional, estadual ou municipal de políticas sobre drogas.

A partir da definição destes cinco eixos (descritos anteriormente) para o processo de alinhamento estratégico de construção do plano municipal, definiu-se, em cada eixo, categorias de análise que fizessem a relação entre a Dimensão Estratégica e a Dimensão Tática do Plano Municipal de Políticas Sobre drogas do município de Blumenau.

A **Dimensão Estratégica** envolve o universo de pesquisa empírica por meio de Oficinas de Rodas de Conversa tanto no Setor Comunitário (usuários serviços) no Setor Técnico (trabalhadores serviços). Se refere aos objetivos, ações, metas e indicadores elencados pelos diversos setores para a composição do Plamiped.

A **Dimensão Tática** “envolve o desenvolvimento das iniciativas e compromissos do governo a serem executadas com a finalidade de alcançar os objetivos pactuados” (Guia, 2020, p. 32).

As categorias de análise foram elencadas no processo de desenvolvimento da pesquisa empírica por inclusão de um tema novo nas discussões e, após, sua confirmação por repetição nos problemas e propostas elencadas. Cada Eixo possui categorias próprias dadas as especificidades. No entanto, existem categorias que fazem interface com todos os eixos.

REFERÊNCIAS

AVILA, M. R. R. **Panorama da situação do uso de álcool e outras drogas no município de Gaspar, SC: diagnóstico técnico e comunitário.** Gaspar, SC: Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMAD, Junho/2022. 350 p.

AZEVEDO, M.; OLIVEIRA, N. **Guia sobre Política de drogas para municípios: um convite à inclusão em tempos de proibição.** Editora: Disparo Comunicação e Educação – IBCCRIM – PBPD. São Paulo, 2020.

GUIA metodológico: Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação / organização Hugo Torres do Val ... [et al.] – Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, 2020. 56 p.

MASP. Método de Análise e Solução de Problemas. *Siteware*, [1998] 2018, *online*. Disponível em: <https://www.siteware.com.br/metodologias/metodologia-de-analise-e-solucao-de-problemas/>. Acesso em: 23 maio 2023.

STANCHACK, M. Plano Municipal Intersetorial de Política sobre Drogas: **Diagnóstico Comunitário.** Plano Municipal Intersetorial de Política sobre Drogas. Relatório de Participação. Lançamento Oficial Plamiped. Oficina Técnica de alinhamento. Oficinas Regionais Comunitárias. Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI. Conselho Municipal de Política Pública sobre drogas. Blumenau, Blumenau, 2018. 78 p.

4 PLAMIPED – PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O PERÍODO 2023 A 2028

O objetivo de um Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas é apresentar subsídios e nortear a Política Pública sobre drogas de município em específico. O Plano reflete as necessidades, os desafios e as intenções expressas em objetivos, metas e ações a serem buscados e alcançados no período proposto para sua execução. A sua aprovação, bem como sua sanção, aponta para o fato de que o Plano tem força de Lei. Consequentemente, a sua aplicação deve ser respeitada e efetivada pelas gestões que se seguirem, além de que deve ter a participação, o monitoramento e avaliação da sociedade, por meio de instâncias como os Conselhos Municipais da área a que se destina. Neste sentido, um Plano municipal expressa o compromisso do governo e dos diversos segmentos sociais do município para a política pública a que se refere. No caso específico deste documento, expressa o compromisso do governo e dos diversos segmentos sociais do município da Política Pública Sobre Drogas do município de Blumenau, Santa Catarina, como segue.

4.1 EIXO I – PREVENÇÃO

O Eixo da Prevenção trata das ações “de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural” e que “busquem desestimular o uso inicial de substâncias psicoativas” (Avila, 2022, p. 241). Essas ações têm como objetivo promover um estilo de vida sem drogas, estimular a abstinência, “conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas” (Guia, 2020, p. 18).

A política de prevenção às drogas do Brasil encontra respaldo na Lei nº 11.343 de 2006 e, mais recentemente, na Lei nº 13.840 de 2019, já descritas no Diagnóstico Técnico que compõem o compêndio de produtos resultante do processo de construção do Plamiped.

Em nível internacional, até bem pouco tempo, o *Office of National Drug Control Policy* (ONDCP) (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC) não priorizava estratégias educacionais de prevenção, mas tinha como foco a saúde mental dos usuários (Tatmatsu; Siqueira e Del Prette, 2020). Isso, no entanto, mudou.

No Brasil as estratégias de prevenção já se encontram previstas na Lei nº 11.343 (Brasil, 2006). A lei prevê a integração entre as estratégias de prevenção e as estratégias de atenção (cuidado e tratamento) e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Bem como, possui diretrizes de integração entre as políticas de prevenção e as políticas setoriais nos

três níveis de gestão. Ou seja, a lei prevê “A intersetorialidade e a corresponsabilização entre os serviços que ofertam atividades de prevenção e os que atuam com usuários e suas famílias” (Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020, p. 05). A Lei também indica priorizar ações de prevenção em parceria com a rede de educação (estabelecimentos de ensino), com a sociedade e com a família.

Outro ponto importante é que a Lei preconiza a cientificidade nas ações preventivas para fins de evitar o preconceito e a estigmatização. A “desestigmatização das pessoas que usam drogas [...] passa pela capacidade dos municípios de reconfigurar seus territórios, suas relações sociais e comunidades, o que inclui também o reconhecimento das ações de prevenção vigentes” (Azevedo; Oliveira, 2020, p. 11).

Em 2013, o país validou a prevenção e desenvolveu três programas, por iniciativa do UNODC, em parceria com Ministérios afins e da Secretaria Nacional Antidrogas: o jogo Elos, o #Tamojunto e o Famílias Fortes (Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020).

No ano de 2019, ratificou-se a priorização das ações de prevenção prevista na Lei nº 11.343 de 2006 e ratificado na Lei nº 13.840. “A lei também prevê a promoção de ambientes seguros, estímulo de medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas” (Avila, 2022, p. 242). A Lei nº 13.840 descreve as ações de prevenção, bem como a “difusão de boas práticas de prevenção, campanhas de prevenção e a mobilização da comunidade (sociedade civil) para a participação nas ações de prevenção e enfrentamento das drogas” (Avila, 2022, p. 243). Ou seja, “A lei preconiza ainda, a sistematização de dados estatísticos sobre a prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção e a colaboração mútua e parceria com instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais para a efetivação de ações conjuntas” (Avila, 2022, p. 343).

O texto da Análise Executiva nacional trata da efetividade da prevenção no que tange ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas” e que esta “é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal” (Conad, 2021, p. 50). A Análise aponta para a cooperação e parceria entre os entes por meio da responsabilidade compartilhada e “a construção de redes que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde da população” (Conad, 2021, p. 50). Cita a necessidade da “promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas e da conscientização e proteção dos fatores de risco” (Conad, 2021, p. 50).

Ao abordar as especificidades do Plano Nacional da Política sobre Drogas, o CONAD reforça que a execução do Plano no campo da prevenção deve ser realizada em todos os níveis de gestão com apoio dos conselhos de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada. Essa execução deve se adequar “às peculiaridades locais e com a priorização das comunidades mais vulneráveis, identificadas por diagnósticos que considerem estudos técnicos, indicadores sociais e literatura científica” (Conad, 2021, p. 50). Para o UNODC, a prevenção é composta por um conjunto de estratégias que visam a redução do risco e da vulnerabilidade, bem como “para a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção. Nesse processo, o foco deve ser no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, a fim de retardar o início do uso e evitar o abuso de álcool e outras drogas” (Azevedo; Oliveira, 2020, p. 15). Segundo o CONAD, as ações de prevenção devem se pautar “por princípios éticos e de pluralidade cultural” além de serem “orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica, à formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares” (Conad, 2021, p. 50). O CONAD reitera os “fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência” (Conad, 2021, p. 50).

O Conad (2021) orienta que os conselhos sobre drogas devem ser divulgados para que suas ações sejam reconhecidas pela comunidade. Também orienta que as ações de prevenção necessitam de planejamento e direcionamento ao desenvolvimento humano, incentivar a educação para a vida saudável e a qualidade de vida, bem como, buscar fortalecer os mecanismos de proteção do sujeito, o “acesso aos bens culturais, à prática de esportes, ao lazer, ao desenvolvimento da espiritualidade, à promoção e manutenção da abstinência, ao acesso ao conhecimento sobre drogas com embasamento científico, considerada a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações” (Conad, 2021, p. 51).

Quando trata das campanhas, programas e projetos preventivos, o Conselho orienta que estes devem ser claros em suas mensagens, atualizados e baseados em evidências científicas. Reitera que essas ações devem considerar “as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, incluído o uso de tecnologias e ferramentas digitais inovadoras” (Conad, 2021, p. 51).

No que se refere aos horários de funcionamento dos locais de drogas lícitas e da tributação de preços e restrição da publicidade o CONAD orienta que “As políticas e as ações de prevenção devem estimular a regulação do horário e de locais de venda de drogas lícitas e a

tributação de preços como fatores inibidores de consumo, além da restrição da publicidade de tais drogas” (Conad, 2021, p. 50).

O Conad (2021) elencou diversas diretrizes para o eixo-estratégico da prevenção. Uma delas trata da capacitação continuada sobre a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas e afirma a necessidade de se oferecer capacitação sobre prevenção de forma continuada direta ou por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos aos “pais ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não- governamentais, iniciativa privada sem fins lucrativos, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros federais, estaduais, distritais e municipais e outros atores sociais” (Conad, 2021, p. 51). Reforça, ainda, que estas ações devem ocorrer “com vistas ao engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada, inclusive com a utilização de plataformas *online*, à distância e a formalização de parcerias no âmbito do Poder Público e com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos” (Conad, 2021, p. 51).

Outra diretriz que diz respeito as ações de educação preventiva coloca que para estas ações se faz necessário “o foco no indivíduo e em seu contexto sociocultural, a partir da visão holística do ser humano” além de buscar de forma responsável e em conformidade com as especificidades de cada público-alvo: “a) desestimular o uso inicial; b) promover a abstinência; c) conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas” (Conad, 2021, p. 51).

A PNAD também apresenta orientações sobre o planejamento das ações de prevenção, reiterando a participação social nos três níveis de gestão enfatizando a busca do “conhecimento sobre a problemática, o embasamento científico e a multiplicidade das ações” (Avila, 2023, p. 137). A política traz um arcabouço de categorias para as quais aplica orientações a serem implementadas pelo Plano Nacional (Conad, 2022) e pelos planos nos outros níveis de gestão.

Em Blumenau, o SISMAD, por meio da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, coloca que a prevenção tem por finalidade:

I – estimular o comprometimento, cooperação e parceria entre os diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais, fortalecendo a construção de redes sociais que visem ações preventivas para a melhoria da qualidade de vida e a promoção geral da saúde;

II – promover a execução da política pública municipal sobre drogas buscando o apoio do Conselho Federal, dos Conselhos Estaduais e da Sociedade Civil Organizada, adequando-se às peculiaridades locais;

III – fortalecer e divulgar o COMEN, priorizando atividades voltadas para as comunidades mais vulneráveis;

IV – buscar o implemento de campanhas e programas educacionais preventivos, priorizando mensagens claras, atualizadas e especificamente voltadas ao público-alvo, às diversidades culturais locais, à vulnerabilidade e às diferenças de raça, etnia e gênero;

V – incentivar ações direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo à educação para a vida saudável, ao acesso cultural, à prática de esportes, à cultura e ao lazer, ao fomento do protagonismo juvenil e da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações;

VI – promover a implantação e implementação de ações preventivas pautadas na ética, na pluralidade cultural, mediante orientação permanente para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem estar, à integração socioeconômica, à valorização e o fortalecimento das relações familiares respeitando-se seus diferentes modelos;

VII – incentivar a instalação e o desenvolvimento de ações interdisciplinares, de caráter preventivo e educativo nos programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, objetivando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, mediante processo de responsabilidade compartilhada do empregado e empregador;

VIII – assegurar a observância dos preceitos estabelecidos pela Política Nacional sobre Drogas, buscando incentivar a participação de toda sociedade, com ações de articulação e fortalecimento das redes sociais, para a integração de programas de prevenção e saúde em geral.

São três os níveis de prevenção: 1) primária; 2) secundária, e 3) terciária. A primeira é composta por ações ou intervenções antes de a pessoa iniciar no uso de alguma substância psicoativa. Em geral, é realizada para a sociedade em geral. O objetivo é evitar o uso futuro e informar sobre os fatores de risco. A segunda tem como objetivo intervir em caso de identificação de um ou mais fatores que apontem o risco de uso de substâncias psicoativas. Um dos fatores apontado é o estilo de vida, por exemplo. Ou seja, visa identificar a vulnerabilidade e busca dirimir ou mitigar o risco. O terceiro nível de prevenção, a prevenção terciária, visa intervir com populações que estão fazendo uso de alguma substância ou que, em avaliação médica, dela já são considerados dependentes. O objetivo é a reabilitação. Este nível de prevenção, em geral, é realizado individualmente, mesmo que voltado a grupos específicos (Oliveira; Reis, 2012).

No que se refere ao consumo de substâncias psicoativas a prevenção ainda é classificada em três outros níveis pelo *Institute of Medicine* (IOM) e o UNODC: 1) universal; 2) seletiva; e 3) indicada. Esses níveis pressupõem que a prevenção ocorra a partir da avaliação dos fatores de risco e proteção associado ao indivíduo. Segundo o UNODC, a prevenção universal é apropriada para a população em geral, a seletiva é uma estratégia utilizada para grupos que estão em situação de risco e a prevenção indicada é voltada para indivíduos que estão em situação de risco, o que também inclui indivíduos que podem ter iniciado a experimentação e, portanto, se encontram em situação de risco de evolução para transtornos decorrentes do uso.

4.1.1 Árvore dos Problemas e Soluções

Durante o processo de construção do Plamiped, principalmente no que tange à pesquisa empírica para os diagnósticos técnico e comunitário, foram identificados problemas recorrentes em cada eixo estratégico. Denominados aqui de problemas centrais, guardam relação intrínseca com a solução encontrada pelos próprios técnicos e usuários dos serviços relacionados a política sobre drogas do município. Constatou-se que estes problemas também tem relação com os problemas centrais encontrados no processo de construção do Planad (Brasil, 2022).

A partir da análise dos resultados da pesquisa empírica evidenciou-se a questão da necessidade da capilarização das ações de prevenção no território.

A Prevenção na Escola foi elencada por unanimidade em 2017 e em 2022 como um problema e ao mesmo tempo uma das soluções para a efetividade da prevenção no município. Blumenau possui uma rede de Escolas Municipais e Estaduais de Educação como apresentado no Diagnóstico Institucional. Os dados da pesquisa reforçam a capilaridade da rede de educação no território e apontam a Escola como vetor de prevenção primária e secundária no município.

Na pesquisa empírica sobre Espaços Públicos de Lazer no município, em se considerando as praças públicas como espaços democráticos de lazer, também foi constatada a centralização destes territórios em bairros específicos em Blumenau. Distribuídas nestes 35 bairros, Blumenau possui 82 praças. No entanto, conforme a Análise Executiva, ainda existem 11 bairros que não possuem praça no município e quando os bairros possuem espaços democráticos de atividades culturais, artísticas e desportivas, evidencia-se a centralização desses espaços no território. Pelo potencial de capilaridade destes equipamentos, seu fomento e utilização para ações de prevenção é recomendado.

No que diz respeito a Parcerias para ações de prevenção, um dos problemas encontrados é a falta de capilarização da prevenção e, neste sentido, sugeriu-se utilizar os espaços das Associações de Moradores em Blumenau. Conforme a Análise Executiva são as instituições mais capilarizadas no município. Embora ainda existam bairros sem essas instituições, ao todo são 92 Associações de Moradores existentes e ativas em Blumenau. O Comen poderia atuar com pequenas comissões de prevenção em cada bairro por meio delas.

No Eixo da Prevenção os problemas se encontram explicitados na Figura a seguir, relacionados à solução proposta no Plano para a sua possível solução.

4.1.2 Objetivos Estratégicos Eixo I – Prevenção

Figura 10 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Prevenção

Dimensão Estratégica – Prevenção				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Objetivo Estratégico	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Desenvolver Programas de Prevenção para Crianças e Adolescentes no município	1 - Desenvolver e capilarizar programa municipal de prevenção, considerando a intersetorialidade, com ações desportivas, de lazer, arte, lúdicas e culturais, nos bairros monitorados (presença de profissional) permanentes (não pontuais), voltadas para crianças e adolescentes etc.; 2 - Valorizar os espaços já existentes e articular parcerias com OSC's, e associações comunitárias, empresas, universidades e institutos para a presença de profissionais e estagiários para serem espaço e promoção de ações de prevenção; 3 - Incentivar ações de prevenção no contraturno escolar e Escola Aberta – futebol, capoeira, viabilizando a interação entre os participantes; 4 - Ações de comunicação nas mídias das ações desenvolvidas no município: ações de prevenção e cursos profissionalizantes e educativos para a população de baixa renda; 5 – Desenvolver projetos sociais que visem a prevenção e trabalhem habilidades sociais considerando o atual público-alvo.	1 – Número de ações de programas de prevenção com monitoramento por meio de ações desportivas, de lazer, arte, lúdicas e culturais nos bairros realizadas no município; 2 – Parcerias com OSC's, associações comunitárias, empresas, universidades e institutos realizadas; 3 – Realização de ações de prevenção e interação no contraturno escolar das Escolas; 4 – Divulgação de ações de prevenção e de cursos profissionalizantes e educativos por meio da mídia; 5 – Número de projetos desenvolvidos.	2023 a 2028	Semed Pró-Família Secretaria Municipal de Esportes Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais OSC's Semudes- Comen	Plano Interno PPA/LOA
Ampliar Programas de Prevenção na Escola considerando as diretrizes do UNODC, da BNCC potencializando os programas existentes.	1 – Disponibilizar capacitação em prevenção considerando as diretrizes do UNODC, a pós-pandemia, para os todos os profissionais que atuam na rede pública e privada de ensino no município com a produção de material didático em todos os níveis etários, família e comunidade promovendo o estilo de vida sem drogas; 2 – Efetivar a prevenção na escola a partir das diretrizes da BNCC criando um calendário mensal de temas transversais para a Escola; 3 - Inserir profissionais de serviço social e psicologia no quadro de profissionais da educação, conforme projeto de lei aprovado no estado de Santa Catarina; 4 - Fortalecer o vínculo Escola e Família principalmente na fase da adolescência dos estudantes por meio de encontros, rodas de conversas, eventos na escola; 5 - Potencializar o PSE e o Proerd já existentes, a capacitação dos profissionais da Escola de forma contínua, intensificada, permanente e intersetorial; 6 - Monitorar e avaliar os programas e projetos de prevenção existentes na Escola de forma contínua e permanente.	1 - Ações de capacitação da rede realizadas; 1 - Material Didático produzido; 2 - Prevenção a partir diretrizes BNCC efetivada; 2 - Calendário mensal de temas transversais criado; 3 - Plano de inserção de profissionais de Serviço Social e psicologia criado e efetivado; 4 - Número de encontros, rodas de conversas e eventos realizados; 5 - PSE e Proerd acontecendo nas escolas; 5 – Capacitações aos profissionais sendo realizadas; 6 – Plano de Monitoramento e avaliação efetivado;	2023 - 2028	Semudes- Comen Semudes Semed	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica – Prevenção				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Objetivo Estratégico	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Criar Metodologias para Programas de Prevenção no município a partir das diretrizes do UNODC, PNAD e BNCC	1 - Criar metodologias específicas para a prevenção na Escola com a produção de um Guia Metodológico a partir das diretrizes do UNODC, da PNAD, considerando a BNCC, a multidisciplinaridade e o Eixo da Prevenção (técnico e comunitário) do Plamiped mediante capacitação e credenciamento dos programas em órgãos competentes promovendo o estilo de vida sem drogas; 2 - Criar uma comissão no Comen que avalie e padronize os projetos de prevenção aplicados no município; 3 - Fortalecer as campanhas de prevenção no município; 4 - Fomentar parceria com universidades para estágio na área da prevenção no município.	1 – Plano de definição de metodologias para a prevenção criado; 1 – Número de capacitações realizadas; 1 – Sistema de credenciamento dos programas efetivado; 2 – Comissão de avaliação e padronização dos projetos de prevenção do município criada; 3 - Ações de fortalecimento da prevenção no município; 4 – Parcerias com universidades efetivadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen Semudes Semed	Plano Interno PPA/LOA
Dirimir ou diminuir exposição de crianças e adolescentes às drogas (lícitas e ilícitas) no município.	1 - Fiscalizar eventos e espaços privados municipais (alvarás, faixa-etária de participação e responsáveis) 2 - Permitir a exposição de bebidas alcoólicas somente em lugares reservados nos supermercados e lojas de conveniências e com o condicionamento do produto (sacos pardos) após venda; 3 - Intensificar a fiscalização de venda de bebidas alcoólicas e cigarros cumprindo a legislação vigente; 4 - Buscar mecanismos de lei para proibir a propaganda de bebidas alcoólicas em horários inadequados em todas as mídias sociais.	1 – Fiscalização contínua efetivada; 2 – Estabelecimento de critérios de exposição e condicionamento de bebidas alcoólicas nos supermercados e lojas de conveniência no município; 3 – Efetivação de fiscalização contínua nos estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas no município; 4 – Mecanismos de lei municipal que proíba a propaganda em horários inadequados no âmbito do município.	2023 - 2028	Semudes- Comen Semudes Vigilância Sanitária DPSD Praça do Cidadão	Plano Interno
Atuar com efetividade no combate ao tráfico de drogas ilícitas no município	1 – Realizar cuidado preventivo das instalações, ambientes de uso e convívio coletivo, como fator de prevenção; 2 - Parceria entre serviços públicos e sociedade civil no combate ao tráfico em frente às Escolas e outros estabelecimentos frequentados por crianças, adolescentes e jovens.	1 – Ações de cuidado efetivadas; 2 – Número de parcerias efetivadas.	2023 - 2028	Secretaria de Obras DPSD Semed	Plano Interno
Oportunizar para jovens, crianças e adolescentes, espaços de convívio comunitário livres de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas)	1 - Ampliar os espaços existentes de convívio comunitário em parceria com CONSEG's, Associações de Moradores e outras instituições, fortalecendo e empoderando lideranças locais, para ações socioeducativas na área do esporte, lazer, cultura e arte, sem a presença de bebidas alcoólicas; 2 - Desenvolver projetos de prevenção e resgate da cidadania para famílias, crianças, adolescentes e jovens com o desenvolvimento de habilidades sociais e abordagem intersetorial.	1 – Parcerias com Conseg's, A. M. e outras instituições efetivadas; 2 – Criação de um Plano de ampliação dos espaços de convívio comunitário livres de álcool para ações socioeducativas de prevenção na comunidade; 3 – Número de projetos desenvolvidos e efetivados no município;	2023 - 2028	Semudes- Comen Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais SME Conseg's Associação de Moradores DSPD	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica – Prevenção				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Objetivo Estratégico	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Promover Programas de Prevenção e Orientação para a Família e Comunidade em Geral	1 - Fomentar o Projeto de resgate e fortalecimento de vínculos familiares a exemplo do programa Refeição em Família; 2 - Estimular a prevenção precoce por meio de grupos de gestantes do município; 3 - Criar projeto de orientação e conscientização para a prevenção domiciliar via mídias e elaboração de material didático para pais e responsáveis; 4 - Fomentar a criação de grupos para crianças e adolescentes (de apoio e prevenção) provenientes do contexto da dependência química; 5 - Fomentar e ampliar a divulgação dos serviços existentes de promoção da prevenção no município; 6 - Promover eventos de integração de pais e filhos por meio de ações socioeducativas de prevenção às drogas na área de lazer, esporte, cultura e arte considerando as diversas faixas-etárias do público-alvo; 7 – Criar projeto de prevenção itinerante com formação de equipe multidisciplinar e material de suporte e apoio.	1 - Divulgação das ações realizadas; 2 - Número de ações realizadas em grupos de gestantes; 3 - Projeto desenvolvido; 3 - Material didático elaborado; 4 – Número de grupos criados; 5 - Divulgação efetuada; 6 - Número de eventos realizados; 7 - Projeto de prevenção itinerante criado; 7 - Equipe multidisciplinar formada; 7 - Material didático de suporte e apoio desenvolvido.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD SEMUS Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais SEMED OSCs SECOM	Plano Interno PPA/LOA
Desenvolver Programas de Prevenção em toda a Rede Pública e Privada, governamentais e não governamentais de serviços do município	1 - Capacitar a rede de serviços para a prevenção segundo as diretrizes do UNODC; 2 - Divulgar, fomentar, ampliar e descentralizar casos de sucesso (Ações e programas) na área da prevenção; 3 - Monitorar e avaliar os resultados das ações de prevenção no município para fins de continuidade; 4 - Formar uma equipe especializada e multidisciplinar para trabalhar a prevenção nos diversos serviços.	1 - Ações de capacitação realizadas; 2 - Divulgação de cases realizada; 3 - Relatório de monitoramento e avaliação das ações de prevenção no município; 4 – Formação de equipe especializada efetivada.	2023 - 2028	Semudes- Comen Semudes Semed Semus DPSD Secom	Plano Interno PPA/LOA
Divulgar a Prevenção às drogas na mídia em geral	1 - Desenvolver ações de desmitificação (tirar o mito de que é medicinal, não prejudicial) da maconha por meio de programas de conscientização dos malefícios de seu uso, de promoção do conhecimento técnico-científico sobre essa substância e outras drogas; 2 - Ampliar a divulgação das ações de prevenção desenvolvidas no município por meio da rede social; 3 - Divulgar na mídia os serviços de saúde e assistência e orientar a população a não dar esmolas; 4 - Otimizar espaços públicos, como terminais de ônibus, para divulgação e ampliar a divulgação que já existe.	1 - Ações com embasamento científico sobre os malefícios da cannabis efetivadas; 2 – Ações de divulgação realizadas; 3 - Divulgação dos serviços efetivada; 4 - Ações de prevenção em espaços públicos como terminais de ônibus realizadas.	2023 - 2028	Secom Semudes- Comen Semudes Semus Semed DPSD	Plano Interno PPA/LOA
Capacitar os profissionais da rede de serviços do município para a prevenção	1 - Capacitar proprietários, garçons e demais funcionários de estabelecimentos, instituições públicas e privadas, que expõem e vendem bebidas alcoólicas sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas ou tabaco à adolescentes; 2 - Criar lei municipal que proíba o uso aberto de Narguilé e a exposição aberta de bebidas alcoólicas e tabaco nos supermercados e outros comércios e conveniências	1 - Número de ações de capacitação realizadas; 2 - Lei municipal criada e aprovada; 3 - Relatório com número de fiscalizações realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD SEMUDES	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica – Prevenção				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Objetivo Estratégico	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
	onde esses produtos são vendidos e ao mesmo tempo frequentados por crianças e adolescentes; 3 - Fiscalizar efetivamente e com penalidades (multas e outras sanções administrativas) estabelecimentos que não cumprem a lei; 4 - Promover a adesão dos proprietários de lojas de conveniências à não venda de bebidas alcoólicas em seus estabelecimentos. 5 - Capacitar profissionais para atuar na rede/serviços e escolas com prevenção; 6 - Conscientizar empresários para a importância da prevenção e conhecimento da legislação.	4 - Número de adesões efetivadas; 5 - Número de capacitações realizadas; 6 - Número de ações de conscientização de empresários realizadas;		Camarablu Vigilância Sanitária Praça do Empreendedor Semed Semus Acib	
Desenvolver ações transversais de prevenção à problemas de saúde relacionados ao uso de drogas	1 - Criar sistema de coleta de dados em todos os serviços relacionados à política sobre drogas para fins de registrar e disponibilizar dados e informações sobre agravos em função do consumo, dependência de drogas, e sistematizar estas informações; 2 - Incluir nos instrumentos/formulários (exemplo do APOMT) de denúncia de violações, para o registro da presença ou envolvimento do consumo, dependência de drogas (agravo) nos vários serviços.	1 - Sistema desenvolvido; 2 - Inclusão efetuada;	2023 - 2028	DPSD SEMUDES Rede hospitalar Semed	Plano Interno PPA/LOA
Adotar o Programa de Prevenção de Recaída na Reinserção Social do dependente químico	1 – Adotar a Prevenção da Recaída nas ações de reinserção social ao dependente químico.	1 – Programa implantado nos serviços de reinserção social;	2023 - 2028	Semudes- Comen Semus DPSD Semudes	Plano Interno
Criar um canal de orientação permanente por meio de um número telefônico	1 - Criar um canal 24 horas para orientação e apoio (telefônico).	1 – Número de telefone disponibilizado e divulgado.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD	Plano Interno PPA/LOA
Criar Políticas Públicas de Estado	1 - Criar políticas de Estado para o financiamento de ações e programas de prevenção, tratamento, cuidado e reinserção social no município.	1 – Plamiped aprovado; 1 – Plano de Ação.	2023 - 2028	Semudes- Comen Semus Semudes Semed	PPA/LOA
Fomentar a Intersetorialidade	1 - Integrar a rede de serviços relacionados à política sobre drogas do município por meio de ações de articulação setorial e comunitária. 2 - Fomentar fóruns e seminários que promovam a intersetorialidade no município.	1 – Ações de integração e articulação setorial e comunitária efetivadas – fóruns, seminários etc.; 2 – Número de Fóruns e Seminários realizados;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes	Plano Interno PPA/LOA

Fonte: elaboração própria

4.1.3 Síntese

Diante do exposto, ratifica-se a importância da prevenção para o município e de que as ações precisam sair do limbo do passado e inovar-se para fins de alcançar com efetividade o atual público-alvo.

Explicitam-se as sugestões de se utilizar espaços democráticos capilarizados já existentes no município para a prevenção, como as praças e as Associações de Moradores, bem como para a busca da territorialização do Comen no município por meio de pequenas comissões de prevenção nos bairros por meio de parcerias com as lideranças locais.

Propõe-se a inovação nas ações de prevenção. O velho jeito de fazer prevenção por meio de palestras e ações que não estimulem a participação e a integração do público-alvo na própria ação realizada não tem mais sentido diante de um mundo conectado e integrado por meio da tecnologia.

Adaptar-se, inovar, buscar subsídios no conhecimento científico, atuar com o olhar de integralidade, transversalidade a partir de uma visão holística que considere o ser humano em todas suas dimensões e totalidade. Esse é o caminho para fazer o que já fazíamos, agora de uma forma diferente.

A figura abaixo explicita um resumo dos problemas centrais e suas propostas de soluções.

Figura 11 – Síntese Eixo Prevenção

Problema	Solução
1 Insuficiência Prog. Prev. p/ Crianças e Adolescentes	- Intensificar/capilarizar ações - Valorizar espaços existentes - Articular parcerias - Ações Contraturno/Escola Aberta - Ações via mídias - Projetos sociais
2 Poucos Prog. Prev. na Escola conf. diretrizes UNODC e BNCC	- Prev. diretrizes UNODC - Prev. diretrizes BNCC - Calendário mensal de temas - Assistente Social/Psicólogo - Fortalecer vínc. Escola/Família - Capacitar Profissionais - Monitoramento/avaliação
3 Falta metodologia p/ Prev. nas diretrizes UNODC, PNAD e BNCC	- Metodologias específicas - Manual Metodológico - Capacitação e credenciamento - Comissão avaliação e padronização - Campanhas de prev. - Parceria com universidades
4 Exposição crianças/adolescentes às SPA's	- Fiscalização contínua - Regulamentar exposição de bebidas alcoólicas - Condicionamento do produto pós-venda - Proibir propaganda em horários inadequados
5 Tráfico de drogas ilícitas	- Cuidado prev. ambiente convívio coletivo - Parceria serviços públicos/sociedade civil
6 Faltam espaços de convívio comunitário livre de SPA's	- Ampliar espaços existentes - Parceria lideranças comunitárias - Mais espaços - Projetos de prev.
7 Ausência de Prog. Prev. e Orientação p/ Família/Comunidade	- Projetos fortalecimento vínculos - Prev. precoce - gestantes - Prev. via mídias - Material didático p/ pais e responsáveis - Grupos p/ crianças/adolescentes - Divulgação - Prev. itinerante
8 Falta capacitação na RAPS	- Capacitação diretrizes UNODC - Divulgar cases de sucesso - Monitoramento e avaliação - Equipe multidisciplinar
9 Falta prev. na mídia em geral	- Desmitificação cannabis - conscientização malefícios - Conhecimento técnico-científico s/ SPA's - Divulgação ações existentes - Divulgação serviços de atenção - Campanha não-esmola
10 Falta capacitação na rede de serviços	- Capacitação profissionais estabelecimentos venda e consumo - Lei Mun. proibição uso aberto Narguilé - Lei Mun. proibição livre exposição SPA's locais freq. p/ crianças/adolescentes - Fiscalização efetiva e com penalidades - Adesão proprietários conveniências à não venda de bebidas alcoólicas - Capacitação p/ prev. rede/serviços/escolas
11 Faltam ações prev. à problemas de saúde relacionados ao uso de drogas	- Coleta de dados s/ agravos relacionados à SPA's nos serviços da rede - Sistematização e disponibilização dos dados - Possibilidade agravos relacionado às SPA's em denúncia de violências
12 Pouca utilização Prog. Prev. de Recaída na Rede	- Reinserção Social ao DQ na Rede - Progr. Prev. de Recaídas na Rede
13 Inexistência de canal orientação permanente via número telefônico	Canal 24 horas (telefônico)
14 Políticas de Governo	Políticas de Estado
15 Intersetorialidade é frágil	- Integração e articulação da rede - Fóruns/Seminários permanentes

Fonte: elaboração própria

4.2 EIXO II - TRATAMENTO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL

Este Eixo envolve “ações de atenção, cuidado, apoio, mútua ajuda, recuperação, tratamento, proteção, promoção, e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas” (Conad, 2021, p. 15). Ou seja, objetiva-se a responsabilidade ética com “o tratamento, o acolhimento, a recuperação, o apoio, a mútua ajuda e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente pelos órgãos da administração pública na abordagem do uso indevido e da dependência do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas” (Conad, 2021, p. 53). Segundo o Conad (2021, p. 53), estas “ações podem ser executadas diretamente pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, e pelas organizações não-governamentais sem fins lucrativos”. Objetiva-se promover “o aperfeiçoamento do adequado cuidado das pessoas com uso abusivo e dependência de drogas lícitas e ilícitas, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência” (Conad, 2021, p. 53).

O CONAD dá a primazia do Estado no trato das questões ou problemáticas locais que dizem respeito à Política sobre drogas. É um fator importante, já que a lógica do cuidado perpassa a todas as políticas públicas em todos os níveis de gestão.

A Prevenção na Família, na Escola, na Comunidade e nos Serviços de Atendimento devem ocorrer a partir de ações que fortaleçam, segundo Sebenello, Kleba e Keitel (2016), os valores, o protagonismo dos jovens, o espírito de cooperação, o aumento da autoestima e das estratégias de apoio diante de frustrações e situações que impactam negativamente na vida do público-alvo. Buscar, também, fortalecer os laços familiares e comunitários do público em questão e a “participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações” (Conad, 2021, p. 51).

Em termos de Tratamento, são muito importantes os serviços de desintoxicação em nível hospitalar. O Conad (2022, p. 562) cita a “Atenção hospitalar em unidade de referência especializada em hospital geral, ou em hospital psiquiátrico de retaguarda para os demais serviços da rede, para internações breves” e insere também os serviços em nível não hospitalar que fazem parte dos serviços da RAPS – Rede de Atendimento Psicossocial.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é uma rede articulada de Atenção e Cuidado composta por diferentes serviços que visa “cuidar das pessoas com transtornos mentais e com problemas em decorrência do uso de drogas, bem como a seus familiares, nas suas diferentes necessidades (Minsaude, *s/d, online*). “A RAPS integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e

estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas” (Minsaude, *s/d, online*). Compõe a RAPS “os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III) (Minsaude, *s/d, online*).

Também se inserem na RAPS, conforme as três portarias do Ministério da Saúde (MS), os Serviços de Atenção em Regime Residencial, como as Comunidades Terapêuticas, além de outros serviços como os grupos de mútua ajuda (Minsaude, *s/d*). Os grupos de mútua ajuda figuram entre as estratégias ou intervenções terapêuticas citadas por Pratta e Santos (2009) voltadas para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas, bem como de seus familiares. Conforme Reis (2012) são alternativas viáveis e eficazes para situações de sofrimento psíquico geradas por comportamentos compulsivos⁷.

Este eixo preocupa-se com a integração dos serviços e a capacitação continuada da Rede, tanto a governamental como a não governamental. Conforme o Conad (2021, p. 54), a capacitação dos setores envolvidos com tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos usuários, dependentes químicos e seus familiares deve ser garantida, com uso de recursos financeiros da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal” (Conad, 2021 p. 54).

A Política Nacional também criou diretrizes para orientar as Ações de Tratamento, Cuidado e Reinserção social. Reiterou a necessidade de se “desenvolver e disponibilizar banco de dados, com informações científicas atualizadas, para subsidiar o planejamento e a avaliação das práticas de prevenção, tratamento, recuperação, acolhimento, apoio, mútua ajuda e reinserção social” (Conad, 2021, p. 54). Essas informações “serão de abrangência regional, estadual, municipal e distrital ou, se necessário, serão georreferenciadas, com ampla divulgação, fácil acesso e resguardado o sigilo das informações” (Conad, 2021, p. 54).

Também define normas mínimas que regulem como devem funcionar as instituições de tratamento e acolhimento e a necessidade de focar na intersetorialidade, na transversalidade e na multifatorialidade das causas do uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas. Ou seja, é primordial estabelecer “procedimentos de avaliação para as intervenções terapêuticas e de recuperação, com base em parâmetros comuns, de forma a permitir a comparação de resultados entre as diversas formas de intervenção, as suas ações e os serviços ofertados” (Conad, 2021, p. 54).

⁷ O diagnóstico institucional relacionados à política sobre drogas de Blumenau trouxe informações sobre estes serviços.

No que tange à Reinserção Social, conforme colocado, [...] há que se considerar na questão do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, as conexões ou ligações territoriais (relações sociais, de trabalho, familiares, comunitárias etc.) dos indivíduos que se encontram muito “frágeis ou rompidas, em virtude dos transtornos inerentes a dependência química, que é grande a possibilidade de o indivíduo retornar ao comportamento compulsivo e autodestrutivo por absoluta falta de perspectiva” (Alarcon, 2012, p. 141).

Grande parte dessa população usuária de substâncias psicoativas é estigmatizada pela sociedade. Principalmente ao que tange à população de na rua, que além da questão social da falta de um lugar seguro para habitar ainda traz a especificidade do uso de uma substância psicoativa. Estamos falando de “sujeitos submetidos a condições de vulnerabilidades e exclusão social enfrentam constantemente situações de desamparo” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). Nesta situação, “revela-se uma precariedade tanto de recursos materiais como simbólicos para enfrentar situações em que os acontecimentos são muitas vezes da ordem do destrutivo, do traumático, e os recursos para elaboração dos traumas são diminuídos ou dificultados, levando a processos dessubjetivantes” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). Significa que “o sujeito fica colado, identificado com o lugar de resto, de dejetos que o discurso social inscreve sobre ele, e sua dimensão de sujeito de desejo, que tem uma história singular e também coletiva, fica relegada ao apagamento, ao silenciamento” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). São pessoas com “histórias de vida marcadas por muitas perdas, tanto afetivas como materiais” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). Entre elas, crianças e adolescentes que não conhecem “sua história, que circulam por várias famílias ou equipamentos de abrigamento, que sofrem situações de miséria, abandono, violência de várias ordens (familiar, de Estado), que habitam territórios e zonas irregulares e de risco, em moradias precárias” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). Essas pessoas, em geral, “ficam desatendidos em suas necessidades básicas (saneamento, energia, saúde, educação, trabalho)” (Warpechowski; De Conti, 2018, p. 324). Neste sentido, “recomenda-se que a instrumentalização da Política no território deve levar em conta categorias que permitam a possibilidade do direcionamento de ações e recursos em nível local” (Avila, 2022, p. 398).

Neste Eixo, de forma geral, ficou explícita a necessidade da Intersetorialidade. Atuar de forma intersetorial é “abrir mão daquilo que eu planejo isoladamente, pra planejar junto” (Dias *et al.*, 2014, p. 4374). Para que a intersetorialidade seja realidade num município, “é preciso que os setores programem juntos. É pensar a partir da dimensão da integralidade do cuidado. É a contribuição de cada setor articulado com a qualidade de vida do indivíduo e da comunidade, na perspectiva do conceito ampliado de saúde (Dias *et al.*, 2014, p. 4374). A

intersetorialidade pressupõe ações articuladas e integradas e planejamento conjunto “para intervir de maneira efetiva nas situações-problema que afligem as comunidades” (Dias *et al.*, 2014, p. 4374).

A Política Nacional prevê garantir que todos tenham acesso ao tratamento, cuidado e reinserção social. Por isso, destaca a importância em se “desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos dependentes do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, inclusive seus familiares, às características específicas dos diferentes grupos” (Conad, 2021, p. 54). Nestes grupos estão incluídas as “crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, homens, população LGBTI, gestantes, idosos, moradores de rua, pessoas em situação de risco social, portadores de comorbidades, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio de recursos técnicos e financeiros” (Conad, 2021, p. 54). O Conad (2021) também prevê “Estimular e apoiar, inclusive financeiramente, o trabalho de comunidades terapêuticas, de adesão e permanência voluntárias pelo acolhido, de caráter residencial e transitório, inclusive entidades que as congreguem ou as representem” (Conad, 2021, p. 54, grifo nosso).

Em nível municipal o Sismad preconiza para os Eixos do Tratamento, Cuidado e Reinserção Social:

I - buscar a promoção do acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional, garantindo o processo contínuo de esforços disponibilizados para os usuários, dependentes e seus familiares;

II - estimular ações à inclusão da sociedade no tratamento, recuperação e reinserção social, mediante apoio técnico e financeiro, integrando-se, com responsabilidade ética, aos órgãos governamentais, organizações não governamentais e entidades privadas, para desenvolvimento dos mecanismos preventivos e educativos sobre drogas;

III - buscar a viabilização do acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional para usuários, dependentes e seus familiares, em processo contínuo e de forma permanente;

IV - estimular a implementação das diversas modalidades de tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional dos usuários, dependentes e familiares, desenvolvendo as características específicas dos diferentes grupos (crianças e adolescentes; adolescentes em medida socioeducativa; mulheres; gestantes; idosos; pessoas em risco social; portadores de comorbidades; população carcerária e egressos; trabalhadores do sexo; populações indígenas, entre outros);

V - propor a regulamentação do atendimento assistencial em saúde para os transtornos psiquiátricos e/ou por abuso de drogas, com a finalidade de garantir o tratamento tecnicamente adequado, previsto pela Política Nacional de Saúde;

VI - gestionar a celebração de parcerias com Universidades e estabelecimentos de ensino superior, instituições e entidades atuantes na área, para implementação de capacitação continuada, através de pólos permanentes de educação, saúde e assistência social;

VII - articular inter e intra-setorialmente a promoção de intervenção preventiva e de estratégias de redução de demanda, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, em razão das consequências adversas associadas ao uso e abuso do álcool e outras drogas, para a pessoa, para a família e para a sociedade;

VIII - discutir a implementação da divulgação e acompanhamento de iniciativas e estratégias de redução de demanda, em consonância com as políticas públicas de saúde;

IX - promover a inclusão, no ensino formal fundamental, médio e superior, da abordagem de redução de demanda, da promoção da saúde e prevenção, priorizando a elaboração de material educativo e de sensibilização social na área de redução de riscos;

X - assegurar a proteção preconizada pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/1990), para o alcance do direito à saúde e às estratégias de redução da demanda;

XI - propor o apoio à implementação das políticas públicas de geração de trabalho e renda como estimuladores do alcance das políticas municipais sobre drogas;

XII - propor o apoio à divulgação das pesquisas científicas eticamente aprovadas na área de redução da demanda, para o aprimoramento e adequação da política pública municipal sobre drogas e de suas estratégias;

XIII - favorecer o comprometimento dos governos municipal, estadual e federal com o financiamento e implementação de programas e de ações que visem a redução da demanda;

XIV - gestionar e priorizar a destinação de recursos para o treinamento, capacitação e supervisão técnica de trabalhadores e profissionais para atuarem nas atividades do Sismad.

4.2.1 Árvore dos Problemas e Soluções

Neste eixo-estratégico problemas ficaram explícitos. Tratou-se da questão da Rede de Serviços e tanto o setor técnico como o comunitário colocou o problema da fragmentação do tratamento. Parte do tratamento ocorre num lugar, parte no outro e os usuários dos serviços não sabem, muitas vezes, onde buscar ajuda.

Constatou-se, também que os serviços não são divulgados. Não há um mapa específico nos sites da prefeitura com informações e serviços para quem procura ajuda na área da dependência química. A comunidade também não conhece a rede. Evidenciou-se a necessidade de integrar a rede e isso também se refere a Atenção Primária à Saúde.

A distribuição espacial dos serviços de saúde que tem relação com a política sobre drogas, ao mesmo tempo em que apresenta certa capilaridade, caracterizou-se pela centralização dos serviços hospitalares dificultando o acesso direto pela população dos bairros mais distantes da região central. Explicitou-se na Análise Executiva que a grande maioria dos serviços está localizada em 9 bairros de Blumenau evidenciando a centralização da rede de atendimento.

O município também possui uma Rede de equipamentos de Assistência Social que faz interface direta com a política sobre drogas. Esses equipamentos compõem a rede de Serviços do município e constam do diagnóstico institucional. A Análise Executiva apontou que também esses equipamentos se encontram centralizados no território.

Integrando a RAPS e o Eixo do Cuidado se encontra a rede de grupos de apoio do município formada por mais de 20 grupos de apoio. No entanto, inúmeros bairros ainda não possuem grupos de apoio enquanto outros possuem vários deles. Há uma centralização do serviço e a população desconhece a existência e a localização desses grupos.

A centralização dos serviços de atenção e atendimento afeta a questão econômica e de tempo dos usuários no quesito do transporte e tempo dispendido para acessar.

Tanto o setor técnico, como o comunitário trouxe como proposta a criação de um canal de pedido de socorro semelhante ao do Bombeiros, Polícia Militar. Um telefone para onde a população pudesse ligar em caso de pedido de socorro relacionado ao uso de substâncias psicoativas.

Outro problema relatado é a questão das drogas ilícitas e o uso de bebida alcoólica e cigarros por crianças e adolescentes, além de que, conforme relato, muitas vezes, os próprios pais oferecem bebidas alcoólicas e cigarros para as crianças e os adolescentes. Esse dado remete diretamente à questão da Prevenção que precisa ser efetivada no município por meio de Programas e Projetos de Prevenção que contemplem as diretrizes do UNODC (*s/d*) no documento denominado Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas.

No que tange a Reinserção Social o diagnóstico aponta duas problematizações: a Reinserção Social Pós Tratamento (acolhimento) e pós sistema prisional. Os participantes das oficinas relataram Centralização dos Serviços e que a intersetorialidade é frágil. Constataram falta de recursos humanos e financeiros, bem como ausência de capacitação para profissionais que atuam nos serviços.

O excesso de burocracia e a falta de estrutura também foram problematizadas, no que diz respeito a necessidade de mais serviços, acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento.

Os participantes solicitaram a integração dos sistemas, a articulação e fortalecimento de todos os setores da sociedade e serviços.

4.2.2 Objetivos Estratégicos Eixo II - Tratamento, Cuidado e Reinserção Social

Figura 12 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Tratamento

Dimensão Estratégica - Tratamento				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Ampliar serviços de atenção psicossocial à Família	1 - Capacitar a família sobre codependência e sobre as substâncias psicoativas; 2 – Ampliar serviço de atenção psicossocial à família; 3 - Estimular a família à participação em grupos de apoio e mútua ajuda.	1 - Número de capacitações realizadas no município; 2 - Número de novos serviços; 3 - Número de ações/reuniões realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semus Semudes OSC's	Plano Interno PPA/LOA
Articular a Integração da Rede	1 - Implantar no município um sistema integrado de triagem que direciona o atendimento em caso de necessidade de continuidade de equipe multidisciplinar; 2 – Unificar e integrar a rede e o processo com vistas à intersectorialidade; 3 - Implantar um banco de dados com rede integrada no município; 4 - Articular a rede – funcionalidade da referência e a contrarreferência; 5 - Criar um sistema de trabalho em rede das instituições que atuam no acolhimento/tratamento no município – governamentais e não governamentais.	1 - Sistema integrado de triagem implantado; 2 - Sistema unificado instalado; 2 - Número ações de integração realizadas 3 - Banco de dados da rede implantado; 4 - Número de ações em prol da funcionalidade da referência e contrarreferência; 4 - Sistema integrado que possibilite a funcionalidade da referência e contrarreferência; 5 – Sistema de integração da rede de atenção e atendimento ao dependente químico no município.	2023 - 2028	DPSD Semudes Semus OSC's	Plano Interno PPA/LOA
Realizar Capacitação Continuada da Rede de Serviços do município	1 - Capacitar membros das Associações de Moradores, Conseg's e outras instituições sobre dependência química e onde buscar ajuda; 2 - Garantir formação específica na rede para atendimento de casos graves de alcoolismo e outras drogas; 3 - Capacitar em dependência química profissionais que atuam na Rede.	1 - Número de capacitações realizadas; 2 - Número de formações efetivadas; 3 - Número de capacitações efetuadas na Rede.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semus	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica - Tratamento				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Ampliar ações de Tratamento, Cuidado e Reinserção social	1 - Monitorar o atendimento do dependente químico para qualificar e atender a demanda na rede; 2 - Criar, no município, um serviço de apoio e/ou acompanhamento para pacientes que chegam ao serviço sozinhos sem rede, em surto; 3 - Criar um serviço municipal que faz a busca ativa e o acompanhamento específico para o paciente de saúde mental; 4 - Criar um Protocolo de Intoxicação por substâncias psicoativas; 5 - Estabelecer Protocolos de fluxo de atendimento e ampla divulgação das opções de tratamento/acolhimento; 6 - Reconhecer o trabalho e desmitificar a ideia de que Comunidades Terapêuticas não são efetivas; 7 - Realizar atendimento sistêmico em dependência química no município.	- Número de ações de monitoramento efetuadas; 2 - Serviço criado e disponibilizado; 3 - Serviço criado e disponibilizado; 4 - Protocolo de Intoxicação por substâncias psicoativas implantado; 5 - Ações de avaliação e pesquisa; 6 - Número de ações (reuniões, capacitações) de promoção de atendimento sistêmico em DQ.	2023 - 2028	DPSD Semudes Semus	Plano Interno PPA/LOA
Fortalecer a Rede Social de Apoio Grupos de Apoio	1 - Disponibilizar grupos de apoio para crianças, adolescentes e famílias no município e fomentar a participação; 2 - Oferecer follow-up para adolescentes no pós-tratamento; 3 - Oferecer follow-up para adultos no pós-acolhimento. 4 - Fomentar e ampliar os programas como grupo de homens, Rede Catarina, OAB por elas, e outros similares, focado no uso e dependência de SPA; 5 - Fortalecer a rede de suporte, apoio para evitar lapsos e recaídas; 6 - Estimular empresas a integrarem a rede de apoio e inclusão social para o pós-tratamento; 7 - Estimular empresas a criarem programas de suporte/apoio interno (grupos de apoio) para contratados do pós-acolhimento/tratamento; 8 - Criar equipe multidisciplinar do município para atendimento e suporte da rede de inclusão social (pública e privada) no pós-tratamento.	1 - Número de novos grupos de apoio para crianças e adolescentes; 2 - Acompanhamento e inclusão de adolescente em serviços de atenção psicossocial no pós-tratamento; 3 - Acompanhamento e inclusão de adultos em outros serviços de atenção psicossocial no pós-tratamento; 4 - Número de grupos criados; 5 - Número de ações/reuniões realizadas; 6 - Número de reuniões com empresários; 7 - Número de programas criados; 8 - Equipe disponibilizada para suporte da rede.	2023 - 2028	COMEN DPSD OSC's Semus	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica - Tratamento				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Divulgar a Rede de serviços e de apoio social do município	1 - Divulgar os grupos de apoio existentes no município; 2 - Divulgar, via meios disponíveis, a informação correta para que o usuário saiba para onde ir em busca de ajuda; 3 - Colocar informações sobre Saúde Mental no aplicativo a ser acessado pelos usuários; 4 - Divulgar os serviços que atuam na área em Blumenau (por meio aplicativo, mídias sociais); 5 - Divulgar o ECA.	1 - Relatórios de divulgação dos grupos; 2 - Divulgação efetuada por meio de ações mensuráveis; 3 - Inclusão efetuada no aplicativo; 4 - Número de Ações de divulgação; 5 - Número de ações realizadas.	2023 - 2028	SECOM DPSD Semudes Semus	Plano Interno
Criar projetos de Reinserção Social com foco na habitação, emprego e renda	1 - Trabalhar a reinserção social nos serviços municipais (CT's, CAPS...) para que os adolescentes possam voltar para lugares seguros depois do tratamento; 2 - Criar projeto de moradia provisória sob monitoramento e orientação no município.	1 – Número de ações desenvolvidas; 2 – Projeto desenvolvido.	2023 - 2028	DPSD Semudes Semus	Plano Interno PPA/LOA
Criar um canal de atendimento anônimo (número telefônico) com a opção Dependência Química	1 - Número de telefone para escuta e de informação/encaminhamento da rede de serviço (tipo 156 na opção DQ).	1 – Número criado e divulgado.	2023 - 2028	DPSD Semus	Plano Interno PPA/LOA
Propiciar tratamento à usuários de substâncias ilícitas aprendidos com a droga	1 - Informar e sensibilizar autoridades de segurança pública (todas) sobre a rede de serviço para encaminhamento de pessoas em consumo, dependência de drogas.	1 – Relatório ações de sensibilização.	2023 - 2028	Secom DPSD Semus	Plano Interno
Ampliar as políticas de cuidado à população de rua	1 - Ampliar as políticas de cuidado ao morador de rua; 2 - Incluir médicos nas equipes de consultório na rua.	1 - Número e descrição das ações de ampliação realizadas; 2 - Médicos inseridos no programa municipal.	2023 - 2028	DPSD Semus	Plano Interno PPA/LOA
Realizar mapeamento da rede de serviços relacionados à política sobre drogas e disponibilizar à população	1 - Utilizar tecnologias, mídias sociais e meios de comunicação social para divulgar o mapa da rede de serviços relacionados ao álcool e outras drogas no município; 2 - Realizar mapeamento dos serviços relacionados ao uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas no município.	1 - Relatório de ações de divulgação por meio das mídias; 2 - Mapeamento realizado;	2023 - 2028	Secom DPSD Semus	Plano Interno PPA/LOA
Adequar as ações de tratamento, cuidado e reinserção à PNAD	1 - Conscientizar profissionais sobre a importância de atuar conforme a PNAD, com foco em todas as estratégias (redução de riscos e danos sociais e à saúde e promoção da abstinência etc.) numa perspectiva motivacional; 2 - Trabalhar valores, identidade, relações sociais, profissionais, familiares em todos os serviços de atendimento relacionados ao uso, abuso e dependência de drogas no município como previsto na PNAD;	1 - Relatório de ações realizadas com este foco/atividade; 2 - Número de ações de conscientização; 3 - Ações de adequação realizadas.	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno

Dimensão Estratégica - Tratamento				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
	3 - Contemplar e garantir o acesso a espiritualidade nos programas de tratamento/abrigo governamentais, conforme os princípios constitucionais e da PNAD (Art 5, VI e VII da CF).				
Utilizar a Internação involuntária e compulsória conforme prevê a legislação	1 - Garantir a internação involuntária e compulsória, conforme a gravidade, perfil e necessidade da pessoa dependente (pacientes graves que não aceitam tratamento) com risco de morte ou violência contra terceiros; 2 - Definir meta com base na demanda de pessoas em situação de rua e de outras pessoas que procuram o tratamento involuntário. 3 – Desafio: aplicar a legislação que garanta o direito do usuário ao tratamento independente da sua condição física e mental.	1 - Número de ações realizadas em caso de necessidade; 2 - Metas adequadas à demanda; 3 - Número de ações registradas em caso de necessidade.	2023 - 2028	DPSD Semus	Plano Interno PPA/LOA
Criar calendário escolar para tratar de temas específicos como a gravidez precoce, drogas e a saúde mental	1 - Desenvolver projetos permanentes e contínuos de prevenção ao suicídio no município; 2 – Criar um calendário na escola para tratar temas específicos no ano escolar (temas sobre drogas, gravidez precoce, prevenção à saúde mental); 3 - Trabalhar o cuidado com o horizonte de que o usuário de drogas pode ser um potencial suicida.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Calendário temático transversal criado; 2 - Número de ações de prevenção ao suicídio realizadas;	2023 - 2028	DPSD Semed Semus	Plano Interno PPA/LOA
Criar unidades de desintoxicação no município	1 - Criar unidades de desintoxicação no município – especialidade.	1 - Unidade de desintoxicação criada;	2023 - 2028	Semus	Plano Interno PPA/LOA

Fonte: elaboração própria

Figura 13 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Cuidado

Dimensão Estratégica - Cuidado				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Desenvolver Programas e Projetos de Prevenção	1 - Intensificar ações de prevenção terciária no município (com pessoas em uso ou dependentes) não contemplados nos serviços específicos de atenção e cuidado ao usuário.	1 - Relatório de ações de prevenção terciária realizadas.	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica - Cuidado				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Estimular a Reinserção Social pós-tratamento	1 - Estimular empresas a adotarem projetos de inclusão social com vagas para emprego no pós-tratamento.	1 - Relatório de ações motivadoras efetuadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Fomentar e ampliar a Rede Social de Apoio do município	1 - Ampliar a disponibilidade de serviços de atenção e cuidado relacionados à política sobre drogas no município e estimular o encaminhamento dos usuários para a rede de apoio e mútua ajuda existente e vice-versa; 2 - Inserir a família na rede social de apoio durante o processo de tratamento do dependente químico; 3 - Fomentar e ampliar a rede social de apoio no município integrando serviços governamentais, não governamentais, OSC's, instituições religiosas e demais instituições públicas e privadas que possam oferecer suporte e apoio; 4 - Fomentar e ampliar a rede social de apoio para crianças e adolescentes tanto no cuidado como na prevenção.	1 - Número de ações de ampliação realizadas; 2 - Número de ações de inserção realizadas; 3 - Ações de integração da rede efetuadas e mensuradas; 4 - Número de novos grupos de apoio para criança e adolescentes no contexto da dependência química.	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno PPA/LOA
Fomentar e ampliar Políticas de Cuidado à População de na Rua e Egressos Sistema Prisional	1 - Fomentar, ampliar, criar opções de atividades de desenvolvimento das habilidades sociais (conf. redação do Art. 16 da resolução 01/2015/CONAD) nos abrigos e outros serviços de abrigamento com integração e execução em parceria com outros serviços da rede, de forma intersetorial. 2 - Criar condições e estimular a continuidade do estudo, conforme perfil e tempo, para pessoas em abrigamento nos serviços da rede. 3 - Promover acesso ao direito à habitação, geração emprego e renda, transporte, qualificação profissional.	1 - Número de ações realizadas nos abrigos e outros serviços afins; 2 - Número de ações realizadas; 3 - Mensuração de ações efetivadas.	2023 - 2028	DPSD SEMUS OSC's SEMUDES	Plano Interno PPA/LOA
Ampliar e fortalecer a RAPS	1 - Fomentar o atendimento ambulatorial psicossocial ao dependente químico e sua família (com visita domiciliar) em articulação com a rede de grupos de apoio e outros serviços da rede; 2 - Ampliar a rede de apoio e acompanhamento psicológico nos serviços e setores de atendimento ao dependente químico no município; 3 - Fomentar grupos de apoio nos serviços de atendimento relacionados ao uso, abuso e dependência de drogas no município, inclusive nos serviços existentes (CTs, CAPSaD, abrigos e outros); 4 - Preparar a rede de atenção e cuidado para o aumento demográfico da população de saúde mental no município; 5 - Criar um serviço de encaminhamento para casos em que o paciente retorna sem ter ido ao serviço referenciado.	1 - Número de ações realizadas (visitas); 2 - Relatório de ampliação da rede de apoio e acompanhamento; 3 - Número de grupos criados; 4 - Relatório de ações desenvolvidas; 5 - Serviço de encaminhamento criado;	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno PPA/LOA
Fomentar e apoiar o trabalho dos Grupo de Apoio e Mútua Ajuda	1 - Fomentar e apoiar a criação de redes de grupos de apoio e mútua ajuda via WhatsApp ou outra mídia social (Online). 2 - Conscientizar e orientar a participação das famílias em grupos de apoio e mútua ajuda e em serviços de saúde que trabalham com as vulnerabilidades decorrentes do uso, abuso e dependência de álcool; 3- Ampliar a comunicação para as famílias sobre o tema codependência, criando a consciência coletiva sobre esta doença.	1 - Ações de fomentação realizadas; 2 - Ações de conscientização realizadas; 3 - Ações de comunicação efetivadas;	2023 - 2028	DPSD OSC's Semus Secom	Plano Interno

Dimensão Estratégica - Cuidado				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
	4 - Estimular os grupos de apoio a fazerem os encaminhamentos necessários para outros serviços existentes no município; 5 - Fomentar a criação de grupos de apoio e mútua ajuda em equipamentos de grande vulnerabilidade social, em empresas e em outras instituições comunitárias do município.	4 - Número de ações realizadas; 5 - Número de novos grupos de apoio no município.			
Desenvolver ações de divulgação dos serviços existentes no município	1 - Divulgar a existência e o endereço dos grupos de apoio e mútua ajuda do município, com a opção de georreferenciamento. 2 - Divulgar a rede de grupos de apoio em terminais de ônibus, nos próprios ônibus e outros locais de grande circulação de pessoas; 3 - Divulgar informações de atendimento, qualificar e capacitar trabalhadores da rede e população sobre os espaços de tratamento; 4 - Criar um fluxograma e divulgar os serviços já existentes no município;	1 - Divulgação dos grupos de apoio por georreferenciamento efetivada; 2 - Número de ações de divulgação em locais de grande circulação de pessoas; 3 - Fluxograma de divulgação criado; 4 - Relatórios periódicos das ações; 5 - Cursos de qualificação dos profissionais da rede de atenção psicossocial.	2023 - 2028	Secom DPSD OSC's Semus	Plano Interno
Fomentar a articulação e integração da rede	1 - Fomentar a integração da rede de apoio, serviços e outras instituições de apoio no município. 2 - Fomentar a prevenção às drogas no meio religioso.	1 - Número de ações de integração da rede; 2 - Número de ações de prevenção às drogas no meio religioso.	2023 - 2028	DPSD OSC's	Plano Interno
Realizar ações de prevenção ao Suicídio	1 - Trabalhar o cuidado com o horizonte de que o usuário de drogas e família podem ser potenciais suicidas.	1 - Número de ações de prevenção ao suicídio realizadas.	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno
Realizar ações de Capacitação da rede	1 - Capacitar equipes para atendimento das famílias; 2 - Realizar seminários anuais sobre a questão das drogas em Blumenau para a comunidade; 3 - Capacitar os jovens em relação a mercados de trabalho em polos e abrangentes do município, como TI (tecnologia da informação); 4 - Fomentar e ampliar propostas de formação com bolsa de estudos para oportunizar renda; 5 - Incentivo da capacitação na temática para todos os profissionais que não estejam nos serviços especializados; 6 - Preparar o corpo médico para a medicação alternativa.	1 - Número de capacitações realizadas; 2 - Número de seminários e outros eventos sobre drogas realizados; 3 - Ações de capacitação sobre TI para jovens realizadas; 4 - Número de bolsas de estudos efetivadas;	2023 - 2028	DPSD Semus OSC's	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica - Cuidado				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
		5 - Número de capacitações realizadas; 6 - Capacitação sobre medicina alternativa.			
Ampliar a abrangência dos Serviços de Emergência do município	1 - Ampliar e descentralizar os serviços de emergência.	1 - Ações de ampliação e descentralização dos serviços de emergência efetivados.	2023 - 2028	Semus	Plano Interno PPA/LOA

Fonte: elaboração própria

Figura 14 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Reinserção Social

Dimensão Estratégica – Reinserção Social				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Fomentar a rede a conhecer a rede	1 - Fomentar e ampliar a rede de apoio junto as igrejas e outros trabalhos desenvolvidos por estas.	1 – Número de ações efetuadas.	2023 - 2028	DPSD OSC's	Plano Interno
Proporcionar a Capacitação Continuada da Rede	1 - Capacitar equipes dos programas de tratamento para incluir os acolhidos, dependentes e seus familiares no cadastro junto aos programas sociais federais.	1 – Número capacitações realizadas.	2023 - 2028	DPSD OSC's	PPA/LOA
Fomentar a criação de Grupos de Apoio em empresas	1 – Fomentar a formação de grupos de apoio ou outros serviços de atenção a dependentes químicos e familiares nas empresas.	1 – Número de grupos de apoio criados nas empresas.	2023 – 2028	DPSD OSC's	Plano Interno
Promover a divulgação de ações de reinserção social no município	1 - Promover a divulgação de políticas públicas de reinserção social no município; 2 - Disponibilizar e divulgar Plataforma digital para doações da comunidade para projetos de inclusão social de dependentes químicos no município; 3 - Criar Plataforma digital com ofertas de serviços e empregos voltados para a inclusão social; 4 - Fomentar o cadastro das pessoas no CAD-ÚNICO (NIS) para acesso ao programa federal PROGREDIR, de capacitação e inclusão ao mercado de trabalho.	1 - Ações de divulgação realizadas; 2 - Divulgação Plataforma efetivada; 3 - Plataforma digital de oferta de serviços e empregos	2023 - 2028	Secom DPSD Semudes	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica – Reinserção Social				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
		criada para inclusão social criada; 4 - Ações de fomentação realizadas.			
Criar a Rede de Apoio para Adolescentes no município	1 - Criar programas que ocupem os adolescentes e os preparem para o trabalho; 2 - Buscar recursos para aquisição de materiais e equipamentos para as atividades. 3 - Fortalecer projetos que incentivem o trabalho – jovem aprendiz. 4 - Articular e criar pontes de diálogo e fortalecimento de vínculo com os familiares dos adolescentes; 5 - Integrar e fomentar a articulação com os serviços existentes, como PRO-FAMÍLIA e outros. 6 - Interlocução e articulação com órgãos e conselhos da política da criança e adolescente.	1 - Número de programas criados; 2 - Captação de recursos efetivada; 3 - Ações de fomentação do Jovem Aprendiz realizadas; 4 - Ações de fortalecimento de vínculos realizadas; 5 - Número de ações de integração realizadas; 6 - Número de ações realizadas.	2023 - 2028	DPSD Semudes PRO-FAMÍLIA	Plano Interno PPA/LOA
Criar Incentivos para empresas que contratam DQ	1 - Fomentar equipe multidisciplinar do município para atendimento e suporte nas empresas que contratam no pós-tratamento; 2 - Criar incentivos para instituições vinculadas a inserção ao mercado de trabalho; 3 - Criar algum benefício - tipo selo social (exemplo selo do FIA) ou recurso financeiro - para empresas que contratam dependentes químicos provenientes de tratamento nos serviços relacionados ao uso de álcool e outras drogas.	1 - Equipe multidisciplinar fazendo suporte às empresas que contratam DQ pós-tratamento; 2 - Incentivos efetivados; 3 - Selo Social para empresas que contratam DQ criado;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes Semus	Plano Interno
Criar uma Rede Municipal de inclusão social para o mercado de trabalho	1 - Criar uma rede de empresas que contrate dependentes químicos advindos de serviços relacionados ao uso de álcool e outras drogas; 2 - Ampliar cursos permanentes de qualificação profissional; 3 - Implantar projetos com ações que trabalhem a inteligência financeira – empreendedorismo (educação financeira) com a utilização dos serviços já disponibilizados pela rede privada e pública que trabalham nesta área; 4 - Oportunizar programas que oferecem o primeiro emprego, com parcerias com empresas; 5 - Fortalecer e manter reeducação financeira, empreendedorismo, cultura de valores/princípios e habilidades sociais nos serviços de atendimento ao dependente químico (CTs, CAPSad, Amblu, Centropop) e outros serviços da rede, com foco na prevenção; 6 - Fortalecer e divulgar os programas de combate à esmola nas sinaleiras; 7 - Fomentar o cumprimento da política de assistência social dos serviços tipificados na assistência social que atendem dependentes químicos, em especial, da ressocialização. 8 - Fomentar, ampliar e/ou criar cooperativa de trabalho, com almoço, para quem está no abrigo, sai do tratamento em Comunidade Terapêutica ou da reinserção, em articulação e execução com	1 - Rede criada; 2 - Número de cursos de qualificação realizados; 3 - Número de projetos implantados; 4 - Programas oferecidos; 5 - Número de ações realizadas; 6 - Ações de divulgação realizadas; 7 - Número de ações realizadas; 8 - Cooperativas de trabalho efetivadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes Semus OSC's Secom	Plano Interno PPA/LOA

Dimensão Estratégica – Reinserção Social				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
	serviços desta natureza existentes (cooperativas existentes) e outras oportunidades de ocupação e trabalho.				
Prover Recursos Humanos nos Serviços Públicos para fins de dirimir a demanda	1 - Desenvolver projetos de captação de recursos permanentes para ampliação de equipes multidisciplinares nos serviços de atendimento e reinserção social; 2 - Fomentar e formar parcerias com OSCs.	1 - Número de projetos desenvolvidos; 2 - Parcerias efetuadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes	Plano Interno
Desenvolver projetos de capacitação para o mercado de trabalho para dependentes químicos	1 - Fomentar ações e capacitações que trabalham habilidades sociais do público alvo; 2 - Fomentar, ampliar, oferecer programas de incentivo ao trabalho e estudos nas comunidades em situação de pobreza, de outras vulnerabilidades sociais; 3 - Fomentar e criar cursos sobre empreendedorismo e educação financeira para dependentes químicos em acolhimento; 4- Fomentar parcerias com entidades e empresas como SEBRAE e outros programas do sistema “S”; 5 - Fomentar e ampliar programas de qualificação profissional para dependentes químicos no período de tratamento - objetivando a reinserção social.	1 - Número de ações executadas; 2 - Número de programas de incentivo realizados; 3 - Número de cursos de empreendedorismo criados; 4 - Parcerias efetuadas; 5 - Número de programas de qualificação realizados;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes OSC's Semus	Plano Interno PPA/LOA
Criar projeto de Moradia Terapêutica no município - estimular o trabalho de “Instituições Residenciais de Apoio Provisório”	1 - Aprofundar o debate da reinserção social – moradia terapêutica por meio de seminários, grupos temáticos; 2 - Fomentar o desenvolvimento de projeto de Reinserção Social (Casa de Passagem, República, Moradia Terapêutica, Moradia Coletiva assistida) que atenda a população proveniente do tratamento na RAPS (Aplicar equipamentos/normativos já existentes em nível federal) em parceria com OSC's, não de forma exclusiva, para os casos que rompimento de vínculos familiares ou inserção no mercado de trabalho - com equipe multidisciplinar.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Número de projetos desenvolvidos.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD OSC's Semudes	Plano Interno PPA/LOA
Promover o estilo de vida sem drogas	1 - Fomentar programas de prevenção, de recaída, de reinserção Social e outras atividades/eventos com ações que promovam o estilo de vida sem drogas diferenciadas em parceria com instituições que atuam na área; 2 - Fomentar a cultura do não consumo. 3 - Prover recursos permanentes para formação de equipes multidisciplinares nos serviços de atendimento e reinserção social que ofereçam ações diferenciadas.	1 - Número de ações de fomentação do Programa de Prevenção de Recaída; 1 - Parcerias efetivadas; 2 - Ações de promoção de um estilo de vida sem drogas realizadas; 3 – Ações de Captação de recursos realizadas;	2023 – 2028	Semudes- Comen DPSD OSC's Semudes Semus	Plano Interno PPA/LOA

Fonte: elaboração própria

5.2.2.3 Síntese

Neste eixo, evidenciou-se a necessidade de ampliar a rede de tratamento, cuidado e reinserção social do município. Tratou-se recorrentemente da rede de suporte ou Rede Social de Apoio nos três eixos, tratamento, cuidado e reinserção.

Proposições quanto à capacitação e reconhecimento da rede na própria rede, parcerias com empresas para fortalecer a reinserção social pós-tratamento, incentivos para empresas que contratam foram recorrentes nos três eixos temáticos.

Sugeriu-se a criação de canais que unifiquem, conectem e interliguem os sistemas de atendimento nos três eixos supracitados. Uma rede integrada é primordial num município do porte de Blumenau e a necessidade ficou explícita tanto nas contribuições do setor técnico como nas do setor comunitário.

No entanto, uma rede de cuidado integrada e articulada demanda investimento. Ou seja, para estas ações são necessários recursos. Em nível nacional o CONAD cita a necessidade de Dotações Orçamentárias no Orçamento Geral da União para ações relacionadas à política sobre drogas. O mesmo vale para os outros níveis de gestão que devem prever recursos “para a área de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social, para estimular a responsabilidade compartilhada entre o governo e a sociedade” (Conad, 2021, p. 54). Em nível de município, a partir do Plano, evidencia-se de ampliar os recursos para tratamento, cuidado e reinserção no município.

As figuras a seguir explicitam um resumo dos problemas centrais encontrados na pesquisa empírica e as proposições do setor técnico e comunitário para a sua solução.

Figura 15 – Síntese Eixo Tratamento

Problema	Solução
1 Poucos serviços atenção psicossocial à Família	- Ampliar serviço à família - Capacitar família s/ codependência e SPA's - Estimular participação familiar em GA
2 Falta articulação/integração da Rede	- Sistema integrado triagem e encaminhamento - Unificação e integração da rede e processos - Banco de dados com rede integrada - Rede articulada
3 Necessidade de Capacitação Continuada da Rede de Serviços	- Capacitação Comunitária - Formação e Capacitação
4 Necessidade fortalecer as ações Tratamento, Cuidado e Reinserção	- Monitorar atendimento DQ p/ qualificar demanda - Serviço apoio pacientes sem rede e em surto - Busca ativa p/ paciente saúde mental - Protocolo de Intoxicação por SPA's - Protocolos de fluxo de atendimento - Divulgação - Reconhecer trabalho CT's - Atendimento sistêmico em DQ
5 Rede Social de Apoio	- Grupos de apoio p/ crianças, adolescentes e famílias - Fomentar participação em GA - Follow-up p/ adolescentes pós-tratamento - Follow-up p/ adultos pós-acolhimento - Grupos de homens, Rede Catarina, OAB por elas e similares - foco SPA - Ampliar Rede de suporte e apoio - Empresas em rede inclusão social - Empresas com grupos de apoio - Equipe multidisciplinar para apoio rede de inclusão social
6 População desconhece a Rede	- Divulgação - Informações corretas sobre locais de ajuda - Informações s/ Saúde Mental no aplicativo usuários - Divulgar o ECA
7 Reinserção Social c/ foco habitação, emprego e renda	- Reinserção social pós-tratamento na rede - Moradia provisória c/ monitoramento
8 Falta canal de atendimento anônimo com opção DQ	Número de telefone tipo 156 na opção DQ
9 Falta sensibilização para o tratamento de usuários SPA ilícita	Informar autoridades SP sobre a rede de atendimento
10 Políticas de cuidado à população de rua	- Ampliar políticas - Médicos equipes consultório na rua
11 Mapear e disponibilizar à população a rede de serviços	- Mapeamento dos serviços - Divulgação via tecnologias existentes
12 Adequação à PNAD	- Atuar conf. a PNAD - estratégias redução de riscos e danos sociais e à saúde e promoção da abstinência etc. - Promoção novo estilo de vida - Conscientizar a necessidade da abstinência p/ DQ; - Contemplar acesso à espiritualidade - princípios PNAD e CF (Art. 5º, VI e VII).
13 Internação involuntária e compulsória	- Garantir internação involuntária e compulsória conf. legislação - Metas com base na demanda - Aplicar a legislação independente da condição física e mental da pessoa
14 Calendário escolar temas	- Prev. Contínua e permanente ao suicídio - Calendário escolar com temas específicos
15 Falta unidades de desintoxicação no município	Criar unidades de desintoxicação – especialidade.

Fonte: elaboração própria

Figura 16 – Síntese Eixo Cuidado

Problema	Solução
1 Faltam Programas e Projetos de Prevenção no município	Prevenção primária, secundária e terciária
2 Necessidade de Reinserção Social pós-tratamento	Empresas com projetos de inclusão social p/ DQ
3 Necessidade ampliar a Rede de Apoio	Ampliar a rede social de apoio e os serviços de atenção e cuidado ao DQ Inserir a família do DQ na rede social de apoio
4 Políticas de Cuidado à População de na Rua e Egressos Sistema Prisional	Ações conf. Art. 16 da resolução 01/2015/CONAD Parcerias e rede integrada e articulada intersetorialmente Garantir direitos: estudo, habitação, emprego/renda, transporte, qualificação
5 RAPS	Ampliar a rede de apoio e acompanhamento psicológico nos serviços e setores de atendimento ao DQ
6 Falta apoio para Grupo de Apoio	GA via WhatsApp ou outra mídia social (Online). Capacitar s/ codependência GA encaminharem para outros serviços GA em equipamentos de grande vulnerabilidade social/empresas e outras instituições
7 Falta divulgação dos serviços existentes	Divulgar serviços com opção de georreferenciamento Divulgar aos trabalhadores da rede e em espaços públicos Fluxograma de divulgação dos serviços existentes Qualificar profissionais dos serviços para a divulgação
8 Falta articulação e integração da rede	Integração e articulação da rede de apoio Prev. também no meio religioso
9 Capacitação da rede	Equipes capacitadas para atendimento famílias Seminários comunitários anuais Capacitação p/ o mercado de trabalho em polos abrangentes como TI Formação c/ bolsa que oportunize renda Capacitação corpo médico para medicação alternativa

Fonte: elaboração própria

Figura 17 – Síntese Eixo Reinserção Social

Problema	Solução
1 A rede não conhece a rede	■ Divulgar a rede na rede promovendo a intersetorialidade
2 Necessidade Capacitação da Rede	■ Capacitação continuada da rede
3 Grupos de apoio em empresas p/ DQ pós-tratamento	■ Grupos de apoio a DQ e familiares nas empresas
4 Desconhecimento de rede de reinserção	■ Divulgação de políticas reinserção social no município ■ Plataforma digital doações comunitárias para inclusão social DQ ■ Plataforma digital ofertas trabalho p/ DQ ■ CAD-ÚNICO (NIS) - acesso ao PROGREDIR
5 Rede de Apoio e Cuidado para Adolescentes	■ Programas que ocupem e preparem p/ o trabalho ■ Captação de Recursos para materiais e equipamentos ■ Fortalecer projetos como o jovem aprendiz ■ Proj. fortalecimento vínc. Família/adolescentes ■ Articulação serviços existentes ■ Interlocução órgãos e conselhos
6 Falta Incentivo municipal para empresas que contratam DQ	■ Apoio multidisciplinar do município p/ empresas que contratam DQ ■ Incentivos municipais a ações de inserção ao mercado de trabalho ■ Benefício - selo social (ex: selo do FIA) p/ empresas que contratam DQ
7 Rede Municipal de inclusão social p/ mercado de trabalho	■ Rede de empresas que contratam DQ ■ Qualificação profissional permanente ■ Projetos área inteligência financeira – empreendedorismo ■ Programas 1º emprego - parcerias ■ Reeducação financeira ■ Combate à esmola nas sinalas ■ Cumprimento das diretrizes das políticas que atendem DQ ■ Cooperativas de trabalho - com almoço - para DQ
8 Recursos Humanos para diminuir demanda	■ Captação permanente de recursos para ampliação de equipes ■ Parcerias com OSC's
9 Capacitação para o mercado de trabalho	■ Capacitação e qualificação profissional permanente ■ Cursos empreendedorismo e educação financeira p/ DQ em acolhimento ■ Parcerias empresas, SEBRAE e outros programas do sistema "S"
10 Moradia Terapêutica no município	■ Aprofundar o debate da reinserção – moradia terapêutica ■ Novos Projetos de Reinserção Social na RAPS (Casa de Passagem, República, Moradia Terapêutica, Moradia Coletiva assistida) ■ Parcerias com OSC's, não de forma exclusiva. ■ "Instituições Residenciais de Apoio Provisório"
11 Perspectiva estilo de vida sem drogas	■ Programas que promovam o estilo de vida sem drogas ■ Fomentar a cultura do não consumo.

Fonte: elaboração própria

5.3 EIXO III – REDUÇÃO DA OFERTA

No que tange à conceituação, conforme estabelece o Planad em seu guia metodológico (2020), a redução de oferta consiste em ações de repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, além da regulação de substâncias controladas e ações de desenvolvimento sustentável.

A Redução de Oferta, é um dos grandes desafios dos governos e das sociedades em todos os níveis afirma a literatura especializada que alerta para o aumento e a prevalência mundial do consumo de substâncias psicoativas (Conad, 2021).

A redução de oferta é uma ação estratégica conforme expressa o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021 -2030), que traz como objetivos na Ação 05 – Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessa natureza (Brasil, 2022, p. 29).

Os responsáveis pela Redução da Oferta e pelas questões de segurança pública no Brasil são o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (CONAD). O Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) tem previsão de “recursos é voltada especialmente para ações de redução da oferta, redução da demanda, campanhas, estudos e capacitações relacionadas à temática drogas” (MJSP, 2021, *online*). Recursos esses que também são aplicados na própria gestão do FUNAD e na Secretaria Nacional Antidrogas que é a responsável pela gestão do Fundo. Para o Ministério da Justiça a Segurança Pública há diferença entre o que é a Redução da Oferta e o que é a Redução da Demanda. Conforme o MJSP (2021, *online*), a Redução da Oferta “consiste em projetos de reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão a uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados” (MJSP, 2021, *online*). A Redução da Demanda “está relacionada a programas de prevenção, atenção, cuidado, tratamento e reinserção social de usuários de drogas” (MJSP, 2021, *online*).

Diferenciar a Redução da Oferta da Redução da Demanda é importante pois permite compreender e entender o foco deste Eixo-Estratégico para o município de Blumenau. Segundo o Conad (2021), os altos índices de violência no país (inclusive contra a mulher) estão relacionados ao tráfico e isso também se aplica aos municípios. Portanto, a atuação cotidiana com ações de redução de crimes com relação ao tráfico de drogas faz-se urgente. Essas ações devem “proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas” 297 (Conad, 2021, p. 55). Significa que o controle e a repressão são necessários, “porém, para que haja verdadeiros

avanços, que seja acompanhado pela redução da demanda, com prevenção efetiva, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários” (MPPR, *s/d, online*).

O Conad (2021) definiu orientações também para o Eixo da Redução da Oferta. Essas tratam da “redução substancial dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas, ao uso de tais substâncias e ao uso de drogas lícitas, responsáveis pelo alto índice de violência no País, deve proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas” (Conad, 2021, p. 55). Já as “Ações contínuas de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e de gestão de ativos criminais vinculados ao narcotráfico serão consideradas as principais questões a serem alvo das ações de redução da oferta” (Conad, 2021, p. 55).

No que tange à Saúde a Política sobre drogas do Brasil, conforme o Conad (2021), também apresenta preocupação e prevê meios “à promoção da saúde e à preservação das condições de trabalho e da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, incluída a assistência jurídica, em especial pelo Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional – Sievap (Conad, 2021, p. 55).

Em nível municipal, o Sismad (Blumenau, 2012, Art. 12) prevê para o Eixo da Redução da Oferta

I – promover e apoiar ações contínuas de repressão para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso e proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas;

II – articular a coordenação, promoção e integração das ações governamentais responsáveis pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas ilícitas, orientando, aprimorando e facilitando o trabalho de todos os agentes apoiadores das atividades;

III – estimular a conscientização da importância da colaboração espontânea de pessoas e instituições encarregadas pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas, garantindo o sigilo dos procedimentos e respeito ético ao anonimato;

IV – estimular a integração intersetorial entre o Município e as Secretarias Nacional e Estadual de Segurança Pública, para o aperfeiçoamento das políticas e estratégias de combate ao narcotráfico e aos crimes conexos;

V – propor ações de intensificação à integração do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos profissionais da Segurança Pública, estimulando atividades especializadas de combate às drogas;

5.3.2 Árvore dos Problemas e Soluções

Dentro do Eixo da Redução de Oferta tratou-se do tema prevenção e da segurança pública dos espaços de lazer no município elencando-os como problema e ao mesmo tempo como solução. A promoção de Espaços Urbanos Seguros pode se dar de várias formas, e conforme a Política Nacional, isso pode ocorrer por meio do controle do número de cenas de uso, por meio da fiscalização efetiva de pontos ilegais de venda de bebida alcoólica, do ordenamento de grandes eventos, requalificação da iluminação pública, da promoção e requalificação de espaços públicos degradados ou subutilizados. Essas ações permitem a apropriação por parte da comunidade de parques e praças públicas. Conforme pressuposto da Política Nacional sobre Drogas, a corrupção e a lavagem de dinheiro devem ser alvo das ações repressivas e caminham paralelo às ações de prevenção, acolhimento e tratamento.

No que tange à Redução de Oferta, a pesquisa empírica apontou para a problemática do fácil acesso às drogas, o uso em lugares públicos, o tráfico e a violência no município, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade. Também apontou a necessidade de ações que avancem na dimensão preventiva e que contemplem atividades no contraturno escolar, o que remete mais uma vez ao Eixo de Prevenção. Constatou-se assim, que cada eixo, apesar de suas especificidades se encontra interligado ao outro, numa trama que forma a Rede de Apoio e serviços relacionados ao uso de álcool e outras drogas no município.

Discriminação com pobres, negros e tratamento diferenciado também foram citados como um desafio para as gestões futuras. A impunidade e a necessidade de reavaliar a política carcerária e as leis penais surgiu numa proposta que remete a necessidade de encaminhamento para outros níveis de gestão. Também as ações socioeducativas aos menores de 18 anos

A falta de segurança nos bairros e a necessidade de implantação de programas semelhantes ao Programa Vizinho Solidário, e ampliação destes, foi uma das solicitações, bem como, de policiais para realizar o trabalho de aproximação com a comunidade. A necessidade de infraestrutura física nos bairros, de iluminação, etc.

Apontou-se a necessidade de o Plano conter propostas para programas de prevenção de promoção à saúde (atividades lúdicas, socioeducativas, socioculturais e sociais) que reduzam o consumo e o tráfico, lugares seguros para estas práticas e capacitação para agentes de prevenção.

Pensando-se na redução do consumo, apontou-se para a maior taxação das drogas lícitas (a exemplo do tabaco) e à fiscalização dos espaços de exposição de drogas lícitas nos

estabelecimentos comerciais que permitem o acesso direto de crianças e adolescentes. Constatou-se a dificuldade na regulação e a dificuldade, também, em fiscalizar os estabelecimentos que infringem o que determina a lei.

Constatou-se o poder de cooptação de adolescentes e jovens pelo tráfico, a existência de áreas de tráfico de drogas sem monitoramento, a falta de instrumentalização e operacionalização das polícias e da inteligência, a necessidade do uso da tecnologia em favor das autoridades no combate à criminalidade.

A pesquisa empírica apontou questões importantes para se pensar ações de prevenção que reduzam o consumo de SPA's: o papel da família, a influência da mídia, a criminalidade, o uso de adolescentes no tráfico.

5.3.3 Estratégicos Eixo III – Redução da Oferta

Figura 18 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Redução da Oferta

Dimensão Estratégica – Redução da Oferta				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Combater o tráfico e violência em áreas de maior vulnerabilidade	1 – Realizar parcerias entre CONSEGs e COMEN, Conselho Tutelar etc. para realização de ações solidárias nas comunidades, envolvendo saúde, educação, assistência social, segurança, conselhos.	1 – Número de parcerias e ações solidárias efetivadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Conseg's Conselho Tutelar Semed Semus Semudes	Plano Interno
Fomentar ações que avancem na dimensão preventiva no município	1 - Oferecer atividades de formação com bolsa para adolescentes; 2 - Trabalhar a questão da cultura permissiva ao uso de drogas no município.	1 - Número de bolsas de atividades efetivadas; 2 - Número de ações preventivas que trabalhem a cultura permissiva ao álcool no município.	2023 - 2028	Semed Secom Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais	Plano Interno
Combater a discriminação com pobres, negros, migrantes e o tratamento diferenciado	1 - Criar mecanismos/instrumentos que agilizem transferência de paciente migrante em caso de necessidade.	1 - Mecanismos/instrumentos criados.	2023 - 2028	DPSD Semudes	Plano Interno
Valorizar o trabalho das polícias no combate ao tráfico	1 - Fortalecer a força policial existente e as parcerias em rede.	1 – Ações de valorização efetivadas.	2023 - 2028	Executivo Municipal Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Implantar programa similar ao Serviço Rede de Vizinhos	1 – Implantar programa semelhante ao serviço Rede de Vizinhos.	1 - Programa implantado.	2023 – 2028	Polícia Militar	Plano Interno
Monitorar permanentemente as áreas de tráfico de drogas no município	1 - Combater o uso de drogas em local público; 2 - Garantir efetivo e logística (FAEMA, Vigilância Sanitária, Bombeiros, Posturas); 3 - Investir no monitoramento – câmeras, OCR's (leitura de placas) etc.; 4 - Estimular a Rede de vizinhos; 5 - Desenvolver e reforçar operações de policiamento contínuo e em áreas de tráfico – com mapeamento das áreas e monitoramento tecnológico; 6 - Disponibilizar policiamento preventivo contínuo e permanente nas comunidades e bairros;	1 - Número de ações realizadas; 2 - Relatório de ações efetivadas; 3 - Número de câmeras OSR's adquiridas; 4 - Número de novas Redes implantadas;	2023 - 2028	Polícia Militar Polícia Civil Corregedoria PM	Plano Interno

Dimensão Estratégica – Redução da Oferta				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
	7 - Criar ações de vigilância digital e intercalamento de policiais nas áreas de maior risco para o tráfico; 8 - Investigar o envolvimento do policial e outros agentes/atores envolvidos; 9 - Mapear áreas de risco para uso de drogas e o tráfico em Blumenau, mantendo policiamento contínuo e investigando por que o tráfico continua ocorrendo nos mesmos lugares de sempre.	5 - Número de operações realizadas; 6 - Número de operações realizadas; 7 - Número de ações efetivadas; 8 - Número de ações de vigilância digital e intercalamento realizadas; 9 – Mapeamento e investigação efetivados.			
Criar Protocolo de encaminhamento	1 – Criar modelos de Protocolos de Encaminhamento para dependentes químicos.	1 – Protocolo de Encaminhamento criado	2023 - 2028	DPSD	Plano Interno
Divulgar cases de sucesso	1 – Divulgar políticas que funcionam;	1 - Número de cases de sucesso divulgados;	2023 - 2028	Secom	Plano Interno
Criar projetos no contraturno escolar para recreação e áreas de lazer	1 - Criar ações preventivas de iniciativa pública/privada; 2 - Abrir escolas para recreação (com as devidas características necessárias Áreas de lazer - reformar e implantar novas); 3 - Reduzir a presença do menor de idade na rua por meio de ações com artes, música, esportes e outras atividades que os adolescentes gostam; 4 - Oferecer atividades para adolescentes no contraturno.	1 - Número de ações criadas; 2 - Número de escolas criadas; 3 - Número de ações e de participantes nas ações; 4 - Número de ações desenvolvidas.	2023 - 2028	Semed Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais Secretaria Municipal de Esportes Secretaria Pro-Família DPSD	PPA/LOA Plano Interno
Agilizar a regularização fundiária no município	1 - Dar continuidade e agilidade aos processos de regularização fundiária no município; 2 - Adequar as leis para a realidade municipal.	1 - Processos de regularização fundiária efetivados; 2 - Ações de adequação de leis realizadas.	2023 - 2028	Diretoria de Habitação	Plano Interno
Fomentar a integração e a articulação entre os conselhos comunitários	1 – Fomentar a articulação dos Conség's e Aconsej com as autoridades municipais e estaduais para encontrar uma solução que promova essa integração.	1 - Número de ações realizadas;	2023 - 2028	Conseg's Aconsej DPSD	Plano Interno
Oferecer espaços de lazer na comunidade com monitoramento	1 - Oferecer atividades artísticas, esportes, lazer, cultura e socioeducativas na comunidade, utilizando os espaços já existentes na comunidade com monitoramento (Prevenção).	1 - Número de ações realizadas;	2023 - 2028	Semed Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais	Plano Interno

Dimensão Estratégica – Redução da Oferta				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
				Secretaria Municipal de Esportes Secretaria Pro-Família DPSD	
Criar Espaços Urbanos Seguros	1 - Exigir do poder público ações para melhorar a iluminação; 2 - Exigir dos responsáveis pelo espaço, a manutenção e melhoria desses espaços.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Ações de manutenção realizadas;	2023 - 2028	Secretaria de Obras	Plano Interno
Fomentar programas de prevenção	1 - Trabalhar a prevenção por meio de atividades lúdicas etc. para reduzir o consumo de forma contínua e permanente nas comunidades mais vulneráveis.	1 - Número de ações realizadas;	2023 - 2028	Semed Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais Secretaria Municipal de Esportes Secretaria Pro-Família DPSD	PPA/LOA Plano Interno
Combater a exposição de crianças e adolescentes às drogas lícitas	1 - Fiscalizar estabelecimentos que vendem bebidas e tabaco para crianças e adolescentes; 2 - Fomentar a comunicação entre a Polícia Civil e a Polícia Militar; 3 - Criar espaços restritos (para adultos) para a exposição de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência e supermercados.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Ações de comunicação realizadas; 3 - Ações efetivadas;	2023 - 2028	Vigilância Sanitária Praça do Cidadão	Plano Interno
Criar um número municipal de denúncia anônima	1 - Aumentar rondas; 2 - Divulgar canais de denúncia: 156, 190, 181,180; 3 – Criar e divulgar canal de denúncia anônima relativo à venda, distribuição e facilitação do uso de drogas ilícitas e uso irregular de drogas lícitas; 4 - Promover a divulgação do trabalho da corregedoria; 5 - Estimular, via divulgação, a denúncia anônima.	1 - Número de rondas realizadas; 2 - Canais de denúncia divulgados; 3 - Número de denúncia anônima criado e divulgado; 4 - Trabalho da corregedoria divulgado; 5 - Ações de divulgação de denúncia anônima realizadas.	2023 - 2028	Polícia Militar Corregedoria Secom	Plano Interno
Fortalecer o policiamento comunitário	1 - Fortalecer a filosofia de polícia comunitária; 2 - Investir em polícia comunitária e rede de vizinhos; 3 - Ampliar serviços nas áreas mais vulneráveis; 4 - Envolver a sociedade como um todo, (ter mais conscientização na comunidade).	1 - Número de ações realizadas; 2 - Número de ações realizadas;	2023 - 2028	Polícia Militar DPSD	PPA/LOA Plano Interno

Dimensão Estratégica – Redução da Oferta				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
		3 - Número de ampliações efetivadas; 4 - Número de ações de envolvimento realizadas.			
Promover a Integração/Intersetorialidade	1 - Promover a integração e a atuação intersetorial dos órgãos de segurança pública com os órgãos atuantes na política sobre drogas do município, inclusive do turismo; 2 - Prever reuniões intersetoriais/capacitações com diversos setores envolvidos.	1 - Número de ações de integração realizadas; 2 - Número de reuniões realizadas.	2023 - 2028	DPSD Polícia Militar	Plano Interno
Desnaturalizar o uso da cannabis	1 - Desnaturalizar o uso da cannabis no município por meio de campanhas de divulgação dos danos e prejuízos decorrentes de seu uso e conscientização de que seu uso não é terapêutico nem menos prejudicial.	1 - Número de ações realizadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidade	Plano Interno
Promover Fóruns e Seminários municipais sobre a relação das SPA's, o tráfico e a violência	1 - Fomentar Fóruns permanentes de discussão sobre a relação substâncias psicoativas, tráfico e violência no município.	1 – Número de fóruns criados.	2023 - 2028	DSPD	Plano Interno

Fonte: elaboração própria

5.3.4 Síntese

Na pesquisa empírica verificou-se a necessidade de o Plano conter propostas para programas de prevenção e promoção à saúde (atividades lúdicas, socioeducativas, socioculturais e sociais) que reduzam o consumo. No que tange redução do consumo, tanto o setor técnico como o comunitário acreditam que a solução seria uma maior taxação das drogas lícitas a exemplo do tabaco. A proposta não cabe no âmbito municipal, no entanto pode ser encaminhada ao nível de gestão ao qual pertence pelo Comen.

No que tange à exposição de crianças e adolescentes às drogas houveram inúmeras críticas ao problema do fácil acesso às drogas lícitas no comércio do município. Conforme o setor técnico e o setor comunitário o comércio que atua na venda de drogas lícitas deveria doar um percentual do lucro com a venda do produto (tabaco, álcool) para o Fundo Municipal de Políticas sobre drogas (Comen) – a exemplo do que hoje é feito pelos organizadores da Oktoberfest. Conforme o Conad (2021, p. 137), combater essas condutas ainda é um desafio, posto que há dificuldade de fiscalização por parte de autoridades policiais e conselhos tutelares, especialmente quando o ambiente de consumo é familiar (Conad, 2021, p. 137). Constata-se a dificuldade na regulação e a dificuldade também, em fiscalizar os estabelecimentos que infringem o que determina a lei, uma vez que somente as leis não garantem a eficácia da norma, mas também uma força tarefa é necessária na sua aplicação, com a devida fiscalização pelo órgão competente.

No que diz respeito às áreas de tráfico de drogas sem monitoramento foi destacada a necessidade do uso da tecnologia em favor das autoridades no combate à criminalidade. O setor técnico e comunitário reivindicou operações de policiamento contínuo e forte em áreas de tráfico – com mapeamento das áreas e monitoramento tecnológico.

A análise aponta a cooptação de adolescentes pelo tráfico. A pesquisa empírica apontou que a atração exercida pelo tráfico sobre os adolescentes tem relação intrínseca com a questão da pobreza e vulnerabilidade. Também tem relação com a influência de amigos e a necessidade de status social. Adolescentes sendo utilizados pelo tráfico para o setor técnico e comunitário não é questão de tratamento, é uma questão social que precisa ser tratada neste nível no município. A pobreza e a vulnerabilidade social têm relação intrínseca com o tráfico de drogas e com o consumo conforme a literatura.

Fazem-se necessárias ações de urbanização nas áreas de risco para o tráfico (casas abandonadas, matagais, pontes etc.). No quesito Segurança Pública propôs-se estimular a rede de vizinhos para todos os bairros, criar um número de denúncia anônima, bem como

instrumentalizar e operacionalizar as polícias e a inteligência de forma que possam trabalhar com qualidade e segurança.

Como medida de prevenção e redução da oferta em territórios adjacentes às escolas, citou-se a proposta de fortalecer o policiamento nestes territórios para coibir o uso de qualquer tipo de droga nestes espaços. Como modelo de policiamento diferenciado em frente à equipamentos de educação seria o *Peace Officer* (Polícia da Paz). Seria algo semelhante ao policiamento comunitário.

Na Redução de Oferta também entra a questão da segurança rodoviária. Não é uma questão municipal, mas cabe ao município solicitar do Estado maior efetivo para a Polícia Rodoviária Estadual e Federal posto que o monitoramento do uso de substâncias psicoativas pode diminuir o consumo de álcool no trânsito, o número de acidentes e de mortes. Também a repressão nas estradas federais retira substâncias ilícitas de circulação e traficantes “grandes” como chamados pelo setor técnico e comunitário. Traficantes que comercializam grandes quantidades de drogas ilícitas e, em geral, aliciam adolescentes e jovens para o tráfico.

A figura a seguir resume os problemas centrais e os tópicos das propostas de soluções elencadas pelo setor técnico e comunitário na pesquisa empírica.

Figura 19 – Síntese Eixo Redução da Oferta

Problema	Solução
1 Falta integração e articulação entre conselhos comunitários	Fomentar articulação dos Conseg's e Ac onseg com poder público municipal e estadual
2 Mais espaços de lazer comunitários com monitoramento de profissionais (prevenção)	Atividades artísticas, esportes, lazer, cultura e socioeducativas com monitoramento (prevenção) na comunidade
3 Necessidade de Espaços Urbanos Seguros	Manutenção e melhorias na infraestrutura dos espaços existentes
4 Necessidade de programas de prevenção para redução do consumo	Ações contínuas e permanentes de prevenção
5 Crianças e adolescentes continuam expostas às drogas lícitas	Fiscalização em estabelecimentos de venda e consumo Comunicação entre Polícia Civil e Polícia Militar Oferecer espaços restritos à adultos para a exposição de bebidas alcoólicas em lojas de conveniência e supermercados.
6 Ausência de um número municipal de denúncia anônima	Rondas e fiscalização Divulgar canais de denúncia existentes: 156, 190, 181, 180 Canal de denúncia anônima relativo à venda, distribuição e facilitação do uso de drogas ilícitas e uso irregular de drogas lícitas Canal de denúncia anônima para violação de direitos da criança e do adolescente na venda, distribuição, propaganda irregular, facilitação e uso de drogas lícitas e ilícitas Promover a divulgação do trabalho da corregedoria Estimular denúncia anônima
7 Necessidade de fortalecer o policiamento comunitário	Fortalecer a filosofia de polícia comunitária Investir em polícia comunitária e rede de vizinhos Ampliar serviços nas áreas mais vulneráveis Envolver a sociedade como um todo (conscientização)
8 Falta integração entre órgãos da Segurança Pública e órgãos atuantes na política sobre drogas	Integração e atuação intersetorial entre órgãos de segurança pública e órgãos atuantes na política sobre drogas do município Reuniões intersetoriais Capacitações setores envolvidos
9 Naturalização do uso da cannabis	Desnaturalização do uso da cannabis no município Campanhas sobre os danos e prejuízos decorrentes do uso da cannabis Desconstruir o mito de que o uso da maconha tem valores terapêuticos; Conscientizar da ilegalidade do uso da cannabis.
10 Falta de Fóruns e Seminários municipais sobre a relação das SPA's, o tráfico e a violência	Fóruns permanentes de discussão sobre a relação SPA's, tráfico e violência
11 Existência de tráfico e violência em áreas de maior vulnerabilidade	Parcerias CONSEGs e COMEN, CT para ações comunitárias solidárias (saúde, educação, assistência social, segurança, conselhos)
12 Necessidade de ações que avancem na dimensão preventiva	Oferecer atividades com bolsa para adolescentes Trabalhar a questão da cultura permissiva ao uso de drogas no município.
13 Necessidade de combater a discriminação com pobres, negros, migrantes e o tratamento diferenciado	Ações contínuas e permanentes de combate à discriminação e preconceito Mecanismos que agilizem transferência de paciente migrante em caso de necessidade
14 Necessidade de valorizar o trabalho das polícias no combate ao tráfico	Fortalecer a força policial existente e as parcerias em rede
15 Necessidade de implantar programa similar ao Programa Rede de Vizinhos	Implantar programa semelhante ao serviço Rede de Vizinhos.
16 Monitorar permanentemente as áreas de tráfico de drogas no município	Combater o uso de drogas em local público Garantir efetivo e logística (FAEMA, Vigilância Sanitária, Bombeiros, Posturas) Investir no monitoramento – câmeras, OCRs (leitura de placas) etc. Estimular a Rede de vizinhos Operações de policiamento preventivo contínuo e permanente Mapeamento das áreas de tráfico Mapear áreas de risco para o uso Monitoramento tecnológico Vigilância digital e intercalamento de policiais nas áreas de maior risco para o tráfico Verificar o envolvimento do policial e outros agentes/atores envolvidos Investigar porque o tráfico continua ocorrendo nos mesmos lugares de sempre
17 Não existe Protocolo de encaminhamento para DQ	Criar Protocolos de Encaminhamento
18 Desconhecimento de cases de sucesso (políticas, programas e projetos)	Divulgar políticas, programas e projetos que funcionam
19 Poucos projetos no contraturno escolar para a recreação, áreas de lazer	Criar ações de iniciativa pública/privada que sejam preventivas; Abrir escolas para recreação (com as devidas características necessárias Áreas de lazer - reformar e implantar novas); Reduzir a presença do menor de idade na rua por meio de ações com artes, música, esportes e outras atividades que os adolescentes gostam; Oferecer atividades para adolescentes no contraturno.
20 Necessidade de agilizar a regularização fundiária no município	Agilizar os processos de regularização fundiária no município Adequar as leis para a realidade municipal

Fonte: elaboração própria

5.4 EIXO DA PESQUISA E AVALIAÇÃO

Este eixo trata de Pesquisa e Avaliação no âmbito da política sobre drogas. A coleta de dados através de diferentes ferramentas ou instrumentos de pesquisa, seja individual ou coletiva, tem como objetivo reunir informações, dados, conteúdos importantes de interesse de grupos, instituição, empresa, ou do próprio Governo. Essa é uma prática fundamental para realizar análises de comportamento e preferências, o que permitirá entender melhor o público-alvo para posteriormente oferecer a este algum tipo de serviço, produto ou atender alguma necessidade. Para ter esse conhecimento, é essencial começar pela definição do público alvo, objeto da pesquisa, instrumentos e ferramentas que serão usadas na sua aplicação e, principalmente, no final a prática de uma avaliação para entender os resultados e as possibilidades de sua aplicação para o bem-estar do ser humano.

No que tange a prevenção, “Pesquisas acerca da efetividade das intervenções preventivas no Brasil são escassas, pouco valorizadas e descontínuas [...] ou circunstanciadas a programas localizados e sem alcance nacional” (Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020, p. 05).

A própria Lei nº 13.840 de 2019 preconiza a sistematização de dados estatísticos sobre a prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção e a colaboração mútua e parceria com instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais para a efetivação de ações conjuntas (Brasil, 2019; Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020). De acordo com o texto da Análise Executiva da questão de drogas no Brasil, o eixo da “pesquisa e avaliação engloba as ações de expansão do conhecimento científico, desenvolvimento de indicadores, estatísticas e avaliação de políticas, programas e projetos” (Conad, 2021, p. 14). Para atuar na prevenção e redução da demanda são necessárias pesquisas. Para isso são necessárias parcerias com universidades e/ou institutos que atuam nesta área.

O Conad (2021) ao tratar do Eixo da Redução de Oferta, orienta “estimular as universidades e outras instituições de pesquisa, públicas ou privadas, a pesquisar novas drogas, em relação à sua composição, potencial de ação, potencial tóxico, agravos à saúde e dependência química, entre outros” (Conad, 2021, 57). Também orienta garantir recursos para a realização de pesquisas, “análises e avaliações sobre as práticas das intervenções públicas e privadas, nas áreas de prevenção do uso, do uso indevido e da dependência de drogas, repressão, tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, capacitação e formação e redução da oferta” (Conad, 2021, p. 58). E coloca que os resultados dessas pesquisas devem servir de orientação para a continuidade ou reformulação dessas práticas.

A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (Trevisan; Bellen, 2008). Destarte a necessidade de “Garantir a realização de estudos e pesquisas com vistas à inovação de métodos e programas de redução de demanda e de oferta” (Conad, 2021, p. 49). Conforme Trevisan e Bellen (2008, p. 546), “Diante dos diversos objetivos de uma avaliação de política pública, podem-se distinguir três modalidades de avaliação: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto”.

A avaliação de metas tem a ver com os indicadores. E tem como propósito mensurar o grau de êxito que um programa alcança. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele decorrem, como por exemplo, número de pessoas atendidas em centros de saúde, número de horas de aula, número de leitos hospitalares). Já a avaliação de impacto, conforme Carvalho (2003, p. 86 citado por Trevisão e Bellen, 2008, p. 546), “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”.

Busca-se nessa avaliação detectar as mudanças que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada. De acordo com a autora, dois pressupostos orientam a avaliação do impacto: o primeiro reconhece propósitos de mudança social na política em análise e, dessa forma, faz sentido configurar a investigação para mensurar seus impactos; o segundo pressuposto é o que estrutura a análise com base em uma relação causal entre o programa e a mudança social provocada (Trevisan; Bellen, 2008, p. 546-547, grifo no original). Trevisan e Bellen (2008) apontam para a importância da análise e da avaliação das políticas, programas, projetos etc. e que esta esteja fundamentada em levantamentos e pesquisas.

O Conad (2021, 2022) elencou diretrizes para este eixo. Também a PNAD traça parâmetros e destaca a necessidade do embasamento científico para as ações em todos os eixos propostos pelo CONAD para a elaboração de Planos em todos os níveis de gestão.

Em nível municipal, o Sismad (Blumenau, 2012, *online*), coloca que cabe à pesquisa e avaliação,

I - buscar realizar regularmente o levantamento sistemático sobre consumo de drogas lícitas e ilícitas, incentivando pesquisas básicas, epidemiológicas, qualitativas e tecnológicas sobre os determinantes e condicionantes de riscos, bem como sobre conhecimento das drogas, extensão do consumo, evolução, repressão, tratamento, reabilitação, reinserção social e ocupacional, disseminando amplamente os resultados;

II - promover, por meio de pesquisas, a identificação de princípios norteadores de programas preventivos sobre drogas;

III - estimular estudos e avaliações sobre violência, aspectos socioeconômicos e culturais, redução de oferta, impactos sociais e custo social e sanitário resultante do uso indevido ou abusivo de drogas;

IV - estimular a divulgação de pesquisas sobre a relação custo/benefício das ações públicas vigentes, subsidiando a gestão e o controle social da Política Municipal sobre Drogas;

V - buscar a divulgação, estabelecendo os respectivos critérios, de financiamento para estudos, pesquisas e avaliações.

5.4.2 Árvore dos Problemas e Soluções

Os resultados da pesquisa empírica apontaram uma importante lacuna no que tange à política sobre drogas no município e que tem ligação direta com este eixo. A ausência quase que total de pesquisas e avaliações foi recorrente nas Rodas de Conversa e se explicita na matriz da dimensão estratégica que compõe este eixo onde se encontram listadas inúmeras proposições de pesquisas.

Tratou-se, também, da necessidade de investimento do poder público na realização de pesquisas, de forma urgente. E não só a sua realização, mas também o compartilhamento público de seus resultados. Igualmente, a necessidade de investimento na avaliação das informações coletadas objetivando torná-las úteis na melhoria e construção de uma sociedade mais saudável, sem drogas.

Blumenau possui a Universidade Regional com um instituto de pesquisa e com diversos programas de pós-graduação. Salientou-se a urgência em se buscar parcerias município/universidade para fins de realização de pesquisas e divulgação de resultados.

5.4.3 Objetivos Estratégicos Eixo IV – Pesquisa e Avaliação

Figura 20 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Pesquisa e Avaliação

Dimensão Estratégica – Pesquisa e Avaliação				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Realizar pesquisas sobre o uso, abuso e dependência de SPA's	1 - Realizar pesquisas em parceria com universidades sobre o uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município; 2 - Realizar pesquisas que apontem os tipos de drogas mais usadas em Blumenau; 3 - Traduzir e comunicar os resultados das pesquisas para a linguagem (não tão técnica) dos adolescentes e dos pais; 4 - Realizar pesquisas sobre o primeiro contato com as drogas, motivação e fatores determinantes e de risco para o uso de drogas; 5 - Pesquisas sobre os fatores de uso de drogas pelos jovens - ouvir os jovens – investigar os fatores que levam ao uso; 6 - Pesquisas sobre o perfil do usuário de SPA's no município, por tipo de substâncias.	1 - Número de pesquisas realizadas; 2 - Número de pesquisas realizadas; 3 - Ações efetivadas; 4 - Número de pesquisas realizadas; 5 - Número de pesquisas realizadas; 6 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Fomentar pesquisa referente a Participação Social – processos decisórios sobre drogas	1 - Realizar pesquisas comunitárias sobre a importância da participação social nos processos decisórios da política sobre drogas no município.	1 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Promover o financiamento de pesquisas	1 - Buscar recursos de emendas parlamentares ou outra fonte, de parcerias para custeio de pesquisas; 2 - Abrir Editais de financiamento de pesquisas em parceria com universidades no município; 3 - Buscar apoio e parceria para realização de pesquisas, estudos e avaliações (Ver item 7.2.1 e 7.2.2 da PNAD – Contemplar riscos e agravos).	1 - Número de pesquisas realizadas; 2 - Número de Editais abertos; 3 - Número de ações de captação de recursos.	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Fomentar pesquisas sobre a efetividade da Rede Não Governamental	1 - Vincular pesquisas sobre efetividade das instituições financiadas pelo convênio municipal (FREMAD, FMAS) e dos equipamentos governamentais que atuam na área;	1 – Pesquisas efetivadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Pesquisar a territorialização do Tráfico	1 - Mapear [necessidade de mais dados] as zonas de grande vulnerabilidade para o tráfico em Blumenau; 2 - Realizar pesquisas em parceria com universidades que forneçam um mapeamento das áreas de risco para uso de drogas e sobre a territorialização do tráfico no município; 3 - Realizar pesquisa sobre a dinâmica do consumo e tráfico de drogas no município.	1 - Mapeamento realizado; 2 - Número de pesquisas realizadas; 3 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno

Dimensão Estratégica – Pesquisa e Avaliação				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Fazer levantamentos sobre a relação existente entre Álcool, Trânsito e Violências	1 - Fazer levantamentos e publicar estatísticas dos acidentes envolvendo uso de bebidas alcoólicas/drogas; 2 - Realizar pesquisas semestrais sobre uso e abuso de álcool (embriaguez) no trânsito bem como sobre acidentes e outras ocorrências relacionadas ao uso de álcool e outras drogas; 3 - Pesquisar danos e prejuízos provocados por usuários de substâncias psicoativas no município – relação com trânsito e violências.	1 - Número de levantamentos realizados; 2 - Número de pesquisas realizadas; 3 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Realizar pesquisas sobre Epidemiologia e Saúde	1 - Criar um instrumento que permita realizar diagnósticos sobre a saúde epidemiológica na área da dependência química; 2 - Implementar campos de pesquisas para que na hora da notificação se identifique o uso de substâncias psicoativas; 3 - Realizar pesquisas em parceria com Universidade, para levantar dados nos prontuários de óbitos, a relação do consumo de substâncias e a causa mortis; 4 - Realizar pesquisas sobre as fragilidades, funcionalidades dos pacientes pós-tratamento – qualidade de vida para fins de subsidiar políticas públicas; 5 - Realizar diagnóstico da relação entre suicídio e uso de substâncias psicoativas.	1 - Instrumento criado e em funcionamento; 2 - Campo de pesquisa implementado no sistema; 3 - Número de pesquisas realizadas; 4 - Número de pesquisas realizadas; 5 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Realizar pesquisas sobre a relação entre Drogas e Violências	1 - Pesquisar a violência relacionada ao uso de substâncias psicoativas no município.	1 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Investigar a Produção científica na área dependência química	1 - Investigar a produção científica na área do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em Blumenau; 2 - Fazer levantamento sobre publicações de relatórios referente programas e projetos na área da dependência química no município; 3 - Estimular as universidades a realizar pesquisa e produzir material científico (referencial teórico) sobre a questão das drogas no município; 4 - Realizar diagnósticos da realidade regional para fins de subsidiar políticas públicas; 5 - Realizar pesquisas que mensuram e quantifiquem (por amostragem) a questão das drogas em Blumenau; 6 - Fazer levantamento dos dados e informações existentes nos serviços públicos e privados do município.	1 - Número de pesquisas realizadas; 2 – Levantamento realizado; 3 - Ações de estímulo realizadas; 4 - Número de diagnósticos realizados; 5 - Número de pesquisas realizadas; 6 - Número de levantamentos realizados.	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Fomentar Pesquisas sobre Drogas e DST's	1 - Efetivar parcerias com universidades para pesquisar a relação do uso de substâncias psicoativas e as DST's; 2 - Pesquisar a relação entre os portadores de sífilis e o fato de os pais serem positivados para a doença e usuários de substâncias psicoativas.	1 - Número de parcerias e pesquisas realizadas; 2 - - Número de pesquisas realizadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Realizar Pesquisas na área da prevenção	1 – Realizar pesquisa e avaliação sobre a efetividade da Prevenção no município em vários períodos – curto, médio e longo prazo.	1 - Número de pesquisas realizadas;	2023 - 2028		Plano Interno

Dimensão Estratégica – Pesquisa e Avaliação				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Levantar Dados sobre uso de drogas na Rede Pública e Privada de Ensino	1 - Pesquisar a realidade escolar (rede municipal, rede estadual e rede privada) em relação ao uso abusivo de drogas; 2 - Coletar dados sobre a evasão escolar que pode estar associada ao uso de substâncias psicoativas e/ou tráfico; 3 - Pesquisas epidemiológicas na rede de ensino para identificar o problema no município.	1 - Número de pesquisas realizadas; 2 - Número de pesquisas realizadas; 3 – Número de pesquisas realizadas;	2023 – 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno
Divulgar resultados de pesquisas na área da dependência química	1 - Divulgar instrumentos que possam ajudar a compreender a realidade social sobre as drogas no município; 2 - Centralizar estas informações e mapeamento junto segurança pública e da rede de serviços (saúde e AS), na divulgação das mesmas, e estratégias de ações de redução da oferta, demanda e prevenção. 3 - Integrar as informações dos órgãos de segurança pública a partir da territorialização da AS, articulado com os conselhos de políticas públicas (saúde, AS e educação) e Conselho Tutelar.	1 - Ações de divulgação efetuadas; 2 - Relatório com número de ações realizadas; 3 - Relatório de ações efetuadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen Universidades	Plano Interno

Fonte: elaboração própria

5.4.4 Síntese

Como síntese desse Eixo a constatação de um longo caminho a ser percorrido pelo município de Blumenau na busca e implementação de parcerias para a realização de pesquisas na área da política sobre drogas. As diretrizes para este Eixo apontam para a promoção e realização periódica e regular, por meio de instituições públicas (universidades, institutos de pesquisa) e privadas sem fins lucrativos, de levantamentos abrangentes e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como, a realização de pesquisas com a sociedade considerando-se o território e as características regionais, culturais e sociais e populações específicas.

A figura a seguir explicita de forma sintética os problemas centrais e suas propostas de soluções elencados pelo setor técnico e comunitário na pesquisa empírica.

Figura 21 – Síntese Eixo Pesquisa e Avaliação

Problema	Solução
1 Ausência de pesquisas sobre o uso, abuso e dependência de SPA's no município	■ Pesquisas uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas ■ Pesquisas tipos de drogas mais usadas em Blumenau ■ Resultados de pesquisas em linguagem acessível ■ Pesquisas primeiro contato com SPA's, motivação/fatores determinantes e de risco p/ o uso ■ Pesquisas fatores de uso pelos jovens ■ Pesquisas perfil do usuário de SPA's
2 Faltam pesquisas referente a Participação Social - processos decisões sobre drogas no município	■ Pesquisas s/ participação social nos processos decisórios da política sobre drogas
3 Falta de financiamento municipal para pesquisas	■ Captação de recursos de emendas parlamentares ou outras fontes ■ Editais municipais de financiamento de pesquisas ■ Pesquisas, estudos e avaliações (Ver item 7.2.1 e 7.2.2 da PNAD – Contemplar riscos e agravos)
4 Ausência de pesquisas sobre a efetividade da Rede Governamental e Não Governamental de serviços	■ Pesquisas s/ efetividade das instituições financiadas pelo municipal (FREMAD, FMAS) ■ Pesquisas s/ efetividade dos equipamentos governamentais que atuam na área ■ Pesquisas s/ a efetividade das CT's ■ Pesquisas s/ a efetividade dos diferentes serviços da Rede
5 Ausência de pesquisas que apontem a territorialização do tráfico no município	■ Mapear zonas de grande vulnerabilidade p/ o tráfico ■ Pesquisas s/ a territorialização do tráfico ■ Pesquisa s/ a dinâmica do consumo e tráfico
6 Faltam levantamentos sobre a relação existente entre Álcool, Trânsito e Violências no município	■ Levantamentos e estatísticas acidentes envolvendo uso de SPA's ■ Pesquisas s/ uso e abuso de álcool (embriaguez) no trânsito ■ Pesquisas s/ danos e prejuízos provocados por usuários de SPA's – relação trânsito e violências.
7 Faltam pesquisas sobre Epidemiologia e Saúde e a relação com as SPA's para subsidiar políticas públicas no município	■ Instrumento que permita diagnósticos s/ a saúde epidemiológica na área da DQ ■ Implementar campos de pesquisas nos instrumentais p/ notificação que identifique o uso de SPA's ■ Instrumento de coleta de dados nos prontuários de óbitos - relação SPA's e causa mortis ■ Pesquisas s/ fragilidades, funcionalidades dos pacientes pós-tratamento ■ Diagnósticos da relação entre suicídio e uso de SPA's
8 Ausência de pesquisas sobre a relação entre Drogas e Violências no município	■ Pesquisar a violência relacionada ao uso de SPA's no município
9 Não há produção científica na área da dependência química no município	■ Investigar a produção científica na área DQ em Blumenau ■ Levantamento de relatórios referente programas e projetos na área da DQ ■ Estimular universidades a pesquisar e produzir material científico (referencial teórico) sobre a questão ■ Diagnósticos da realidade regional (SPA's) para fins de subsidiar políticas públicas ■ Pesquisas que mensuram e quantifiquem (por amostragem) a questão das drogas em Blumenau ■ Levantamento dos dados existentes nos serviços públicos e privados do município
10 Faltam Pesquisas sobre Drogas e DST's no município	■ Pesquisas sobre a relação do uso de SPA's e as DST's;
11 Necessidade de Pesquisas na área da prevenção no município	■ Pesquisa e avaliação sobre a efetividade da Prevenção no curto, médio e longo prazo
12 Faltam dados sobre uso de drogas na Rede Pública e Privada de Ensino do município	■ Pesquisas epidemiológicas na rede municipal, estadual e privada de Ensino ■ Pesquisas da evasão escolar e relação c/ uso de SPA's e/ou tráfico
13 Se há pesquisas na área da DQ no município não são divulgadas	■ Divulgar para compreender a realidade social sobre as drogas no município ■ Mapeamento junto SP e rede de serviços ■ Divulgar resultados de estratégias de redução da oferta, demanda e prevenção ■ Integrar informações órgãos de SP a partir da territorialização da AS - articulação c/ Conselhos afins

Fonte: elaboração própria

5.5 EIXO DA GOVERNANÇA, GESTÃO E INTEGRAÇÃO

O Eixo da Governança, Gestão e Integração trata dos objetivos comuns da Política sobre drogas que devem ser compartilhados e ancorados nas iniciativas ou ações organizadas pelo município para fins de interesses coletivos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo de diferentes atores sociais, econômicos e institucionais (Silva *et al.*, 2020).

Nas estruturas de governança pública as relações [...] repousam sobre consenso e cooperação. O processo de criação de consenso é penoso e frágil, porque, ao contrário da negociação, não repousa sobre um equilíbrio de forças, mas sobre “armas de luta iguais” (mesmo para atores politicamente desiguais) (Kissler; Heidemann, 2006, p. 492). Conforme Kissler e Heidemann (2006, p. 492), “vale o princípio da reciprocidade e da confiança mútua entre os parceiros”. No entanto, “Uma cultura de confiança não se cria por si só; ela resulta de longos anos de desenvolvimento de confiança e de um processo de aprendizagem entre os participantes [...] de condução, ou coordenação [...] autocomprometimento [...] avaliação” (Kissler; Heidemann, 2006, p. 492-493).

Governança também é compreendida como um conjunto de estratégias para governar que considere “mecanismos e padrões de articulação entre os atores sociais, que podem ser estatais e não estatais” (Souza; Machado, 2018, p. 3.190). Conforme os autores, “Assume-se que a formulação e gestão de políticas públicas não deve se limitar ao Estado, mas envolver a participação de atores sociais interessados e implicados com determinada política” (Souza; Machado, 2018, p. 3.190). Fala-se de diálogo entre a rede, ou seja, destaca-se uma abordagem relacional em que redes sociais/comunidade se configuram como parte integrante das estruturas de construção de políticas públicas.

Trata-se, essencialmente, de mecanismos de liderança, estratégia e controle. Estes mecanismos visam avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a forma como são conduzidas as políticas públicas e como é implementada a prestação de serviços de interesse da sociedade (Brasil, 2017). “Em essência, a boa governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público” (Brasil, 2014, p. 21).

Neste sentido, a importância de relações de complementaridade Estado e Sociedade Civil para fins de apoio e suporte para a elaboração e implementação de políticas públicas efetivas. Da mesma forma, tais relações permitem e impulsionam a ação organizada no sentido de ampliar a capacidade de monitoramento e fiscalização de metas e resultados, o que contribui

significativamente para ampliar tanto o grau de *accountability* da gestão quanto a eficiência da ação estatal (Fleury *et al.*, 2010, p. 453).

No que tange à gestão, esta diz respeito “ao funcionamento do dia a dia de programas e de organizações no contexto de estratégias, políticas, processos e procedimentos que foram estabelecidos pelo órgão”. A gestão “preocupa-se com a eficácia (cumprir as ações priorizadas) e a eficiência das ações (realizar as ações da melhor forma possível, em termos de custo-benefício)” (Brasil, 2014, p. 32).

Importante citar que há uma diferença entre gestão e governança. Conforme o Tribunal de Contas da União em documento intitulado Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria, de 2014, “a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais e é responsável pelo planejamento, execução, controle e ação”. Ou seja, é responsável pelo “manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos”. Já “a governança provê o direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas” (Brasil, 2014, p. 32). A figura a seguir, explicita essa diferença entre governança e gestão.

Figura 22 – Diferença entre Governança e Gestão



Fonte: Brasil (2014, p. 32)

A governança tem como foco a qualidade do processo decisório e sua efetividade. A gestão entende que já há um direcionamento superior e importa que os agentes públicos garantam sua execução com qualidade. Aqui torna-se importante a participação social nos processos decisórios e de construção de políticas para um município, órgão ou instituição. A participação social garante a atuação sistêmica das instâncias coletivas de representação social

e de discussão dos assuntos pertinentes ao ambiente social. Ou seja, a participação social traz dinamismo e novas sinergias entre esses espaços e a comunidade local. A participação social permite o controle social. Ou seja, é uma forma de a comunidade monitorar ou influenciar na organização da sociedade tanto em nível local como regional e global.

Conforme Benelli (2016), um dos espaços de exercício da participação são os conselhos municipais que “são espaços públicos de participação, institucionalizados pelo Estado, com o objetivo de promover a participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas” (Benelli, 2016, p. 61). Ou seja, os conselhos municipais “são uma inovação política no cenário nacional e representam uma forma de democracia direta, indicando que pessoas, grupos e instituições têm capacidade de conduzir os rumos do próprio destino e também do país” (Benelli, 2016, p. 60).

A participação social exige compreensão ampliada da sociedade civil. Significa que a participação social “passa a significar não simplesmente participação em políticas e instituições sociais já dadas – sejam instituições políticas, do trabalho, familiares, ou educacionais - mas em participação com impacto” (Kauchakje, 2002, p. 165), mas que “os atores sociais envolvidos possam reconstruir coletivamente, e reconfigurar os espaços e instituições” e espaços dos quais fazem parte (Kauchakje, 2002, p. 165). Estas instituições e espaços são denominados “espaços públicos de se fazer política”.

Já a integração tem relação intrínseca com a intersetorialidade. Para que haja integração entre os serviços da rede no âmbito deste Plano faz-se necessário o caráter intersistêmico, intersetorial, interdisciplinar e transversal de sua construção. “A intersetorialidade na política sobre drogas não se restringe apenas aos setores de segurança pública, saúde e assistência social, deve considerar e incluir abordagens que incorporem diferentes perspectivas e tecnologias de maneira articulada” (Azevedo, Oliveira. 2020, p. 11). “O exercício da intersetorialidade denota um movimento de superação da visão e das práticas fragmentadas, sendo, ainda, uma estratégia de produção crescente de articulações entre diferentes segmentos, tanto no plano interno quanto no externo” (Dias *et al.*, 2014, p. 4372).

Significa que, para que se alcançar objetivos, precisa-se ir além de ações isoladas e descontextualizadas, e que “a intersetorialidade implica em reciprocidades dos atores que atuam no contexto da saúde coletiva, o que sugere a ideia de partilhamentos de: significados, conhecimentos, compromissos, valores, afetos, responsabilidades e ações” (Dias *et al.*, 2014, p. 4372). Segundo Nascimento (2010, p. 96), “a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil”. Ou seja, “as

políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que podem ou não oferecer” (Nascimento, 2010, p. 96-97).

Em nível de município, cabe ao Comen, tendo como instrumento o Sismad, “organizar, articular, integrar e coordenar atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas” (Blumenau, 2012, Art. 17). Entre os objetivos do Sismad consta o de implementar a integração de uma rede operativa no que diz respeito à política sobre drogas.

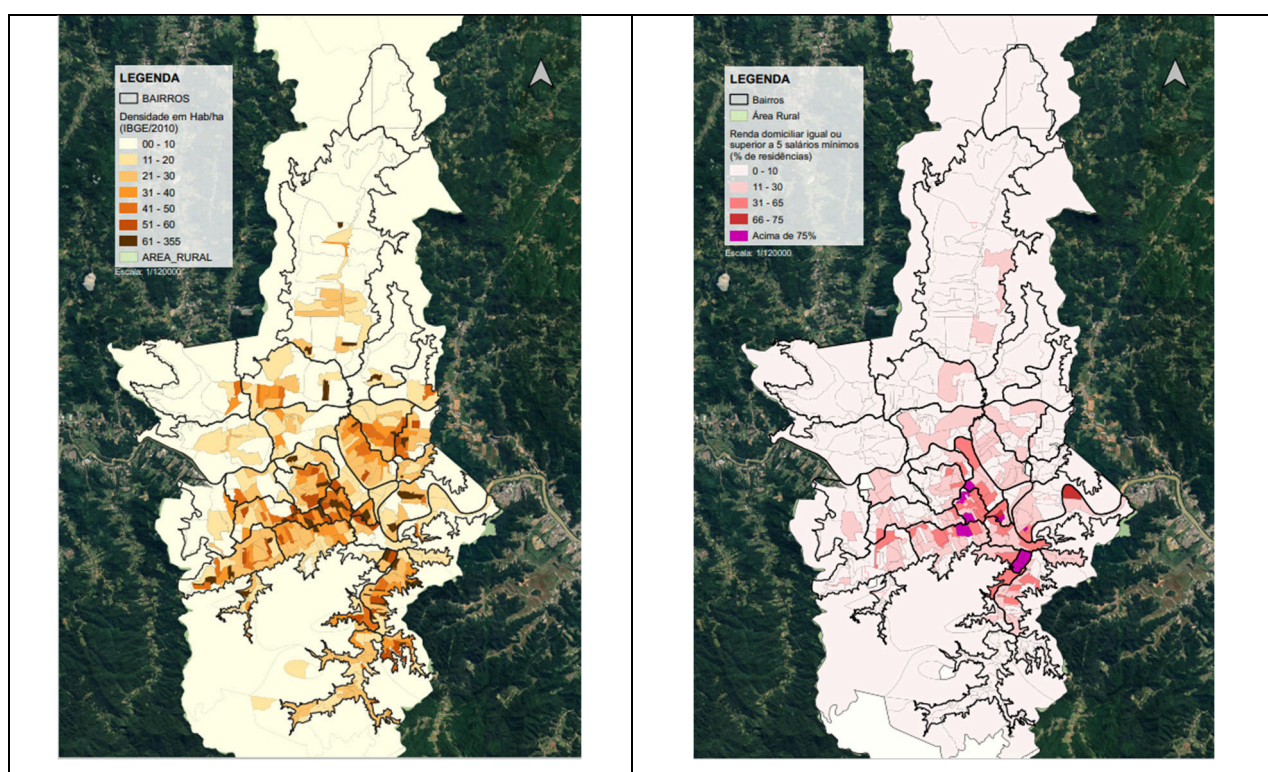
5.5.2 Árvore dos Problemas e Soluções

No Eixo da Governança, tanto o setor técnico como o comunitário da pesquisa empírica concluiu que não há participação da sociedade civil nos espaços democráticos de deliberação das políticas públicas. E entendem ser necessário o Plano garantir a participação social nos processos decisórios da política sobre drogas do município, descentralizar as reuniões e divulgar reuniões dos conselhos. Problematicou-se a intersetorialidade, ratificando-se a necessidade de seu fortalecimento.

Constatou-se a necessidade de capacitação da rede, de criar Protocolos de Fluxos de Atendimento no município com o objetivo de atuação integrada. Discutiu-se a necessidade urgente de ampliação da equipe da Diretoria de Políticas sobre drogas e dinamizar sua atuação por meio da injeção de recursos para ações e do trabalho sistêmico. Constatou-se a quase ausência de fóruns, seminários e outros eventos que discutam a temática no município e permitam a participação social.

Em termos de prevenção e tratamento, mas pensando na integração da rede em termos de conhecimento citou-se como proposta utilizar as orientações da UNODC e das diretrizes da PNAD. Também na área da segurança pública, a Polícia Militar vê necessidade de resolver primeiro o problema de moradia para a população em grande vulnerabilidade, posto que parte da população de Blumenau residem em áreas de grande vulnerabilidade social. Os mapas a seguir explicitam a densidade populacional e a o mapa da renda média dos blumenauenses, conforme o IBGE (2010).

Figura 23 – Mapas densidade populacional e renda média blumenauenses



Fonte: IBGE (2010)

O mapa explicita a desigualdade social e a concentração de renda em áreas centrais do município. A desigualdade social acentua a problemática das drogas no município e sugere-se criar um espaço de debate da questão relacional para fins de se elaborar estratégias efetivas para dirimir a problemática.

Em termos de integração dos sistemas há uma lacuna. É urgente integrar o sistema para que a informação esteja disponível aos serviços e que a referência e a contrarreferência funcionem no município.

A questão da notificação da causa mortis foi abordada na gestão hospitalar. Hoje não há a possibilidade de se fazer a notificação se a causa mortis teve alguma relação com o uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Apontou-se para a necessidade de se trabalhar a Gestão de Risco e criar um Plano de Contingência para a área, Plano de contingência para múltiplas vítimas e um Plano para catástrofes. Aqui a preocupação se amplia para situações de desastres, situações que envolvam processos que interagem – quais são os riscos, quais as chances de falhas, com que frequência ocorrem. A gestão de risco do sistema público é precária. A gestão de qualidade atua na prevenção. Qualidade e segurança do paciente – gestão de risco.

O objetivo é reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência. “O que significa que as pessoas são o centro da tomada de decisão e implementação de atividades de gestão de riscos.

O envolvimento dos grupos sociais mais vulneráveis é considerado aspecto primordial neste movimento” (UFSC, 2015, p. 27).

A questão de um sistema integrado é urgente e ficou latente a preocupação da equipe técnica Vigilância Epidemiológica pelo fato de não haver agravo para notificação do uso de substâncias relacionado à violência, suicídio, mortes por questões hepáticas. Diante dessa realidade é papel da gestão sugerir a possibilidade da notificação do uso de substâncias psicoativas relacionado à violência, suicídio, mortes por questões hepáticas.

No que tange a integração, muito embora os profissionais dialogam entre si, as políticas não e neste sentido foi proposto realizar encontros entre a rede para estimular a integração e o diálogo além de promover a intersetorialidade com o já abordado no diagnóstico comunitário e no técnico.

A rede terciária de atendimento não funciona articulada para o usuário de substâncias psicoativas. Sugeriu-se criar Protocolo de Fluxo de Atendimento ao dependente químico para que todos os serviços saibam o que fazer, para onde encaminhar, dependendo da condição e demanda do paciente. O suporte da rede é fundamental para a rapidez no atendimento. Várias questões apontaram para a fragilidade e a fragmentação da rede. O sistema é muito frágil.

Há necessidade de preparar/dinamizar as equipes de atendimento dos serviços que são portas de entrada para a população por meio de capacitação/qualificação. Outro objetivo também deve ser aumentar as equipes de atendimento nas portas de entrada dos serviços que atendem dependentes químicos e familiares.

É recomendável as gestões setoriais buscarem a resolutividade do atendimento ao usuário e não sua manutenção permanente na rede. Aqui entra a questão da autonomia e da emancipação. Entram ações de reinserção social. Ações que promovam essa autonomia do sujeito. Em termos de avaliação, propõem-se fazer o monitoramento da rede, ou seja, realizar pesquisas permanentes de análise da rede.

O tema já foi tratado em cada produto que compõe o compêndio de documentos do Plamiped, mas por ser comumente abordado evidencia sua importância e necessidade quando se pensa na construção de um plano municipal de política sobre drogas articulador da intersetorialidade, da transversalidade, da transintersetorialidade e da completude no enfrentamento da questão das drogas no município.

5.5.3 Objetivos Estratégicos Eixo V – Governança, Gestão e Integração

Figura 24 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Governança

Dimensão Estratégica - Governança				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Propiciar a participação da sociedade civil nos espaços decisórios da política sobre drogas	1 - Fomentar a participação social e comunitária nos processos decisórios da política sobre drogas do município motivando participação por segmento (como CONSEGs, CRAS da região), regiões; 2 - Oportunizar reuniões em horários que a comunidade possa participar; 3 - Descentralizar reuniões, fóruns e outros eventos do Comen para os bairros – democratizar o acesso; 4 - Divulgar reuniões via redes sociais e estimular a manutenção e a criação de canais de divulgação e participação, via associação de moradores Conseg's, rede de vizinhos e outros.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Número de reuniões realizadas; 3 - Número de reuniões descentralizadas executadas; 4 - Número de ações de divulgação efetuadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Tornar conhecido o Comen entre as crianças e adolescentes	1- Fomentar a participação da Câmara de vereadores mirim nas reuniões do Comen - representante com voz e fala; 2 - Estimular as crianças e adolescentes a partir dos CRAS e outros coletivos a participar das reuniões.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Número de ações realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen Secom	Plano Interno
Capacitar a comunidade sobre o Comen e fortalecer o Conselho	1 - Capacitar a comunidade local sobre o Comen.	1 - Número de capacitações realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen	Plano Interno
Promover a Governança e a Intersetorialidade no município	1 - Fortalecer a Diretoria de Políticas sobre drogas.	1 - Ações de fortalecimento realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD Semudes	Plano Interno
Integrar a rede municipal	1 - Articular e criar um fórum permanente sobre drogas entre as diversas políticas com articulação e coordenação pelo COMEN.	1 – Fórum criado;	2023 - 2028	Semudes- Comen	Plano Interno
Criar a cultura da Prevenção na Escola	1 - Criar cultura de prevenção com crianças e adolescentes, como agente multiplicador de prevenção nos coletivos existentes (escolas e outras); 2 - Criar grupos de crianças e a adolescentes nas escolas com monitoramento (adultos), dentro de programas de prevenção, como saúde na escola.	1 - Número de ações com crianças e adolescentes 2 - Número de grupos para crianças e adolescentes criados.	2023 - 2028	Semed Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais Semudes- Comen	Plano Interno

Fonte: elaboração própria

Figura 25 – Dimensão Estratégica Tática e Operacional Eixo Gestão

Dimensão Estratégica - Gestão				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Promover o Estilo de vida sem drogas	1 Criar ações sociais voltadas à comunidade em nível municipal que também abordem a prevenção e promovam o estilo de vida sem drogas.	1 - Número de ações sociais criadas.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Ampliar programas de reinserção social no município	1 - Fortalecer e ampliar programas de estímulo à aprendizagem, acesso ao mundo do trabalho, emprego.	1 - Número de ações de aprendizagem desenvolvidas.	2023 - 2028	Semudes	Plano Interno
Capacitar em dependência química	1 - Criar planos de capacitação e desenvolvimento setoriais e aplicá-los.	1 – Número de planos criados;	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Capacitar a rede regional	1 - Promover a capacitação e formação da rede por meio de seminários, oficinas, grupos de discussão, etc sobre SPA, inclusive em nível regional.	1 – Número de capacitações realizadas;	2023 - 2028	Executivo Municipal	Plano Interno
Promover reuniões do Comen com conselhos de políticas sobre drogas de outros municípios	1 - Promover reuniões do Comen com conselhos de outros municípios.	1 – Número de reuniões realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen	Plano Interno
Desenvolver ações de urbanização, luz, pintura, muro, quadra esportiva	1 - Fortalecer e ampliar a implantação de praças e espaços de uso coletivo na comunidade, bairros; 2 - Desenvolver ações similares ao case Botuverá – urbanização, luz, pintura, muro, quadra esportiva. Start: união de vontade dos moradores contando com a figura jurídica do condomínio.	1 - Número de novas praças implantadas nos bairros; 2 - Número de ações realizadas.	2023 - 2028	Secretaria de Obras	Plano Interno
Revitalizar espaços abandonados e utilizados pelo tráfico	1 - Fomentar ações intersetoriais de revitalização de residências populares e outros coletivos, com setor de habitação, através de parcerias.	1 - Número de ações realizadas	2023 - 2028	Secretaria de Obras	Plano Interno

Dimensão Estratégica - Gestão				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Buscar diminuir a desigualdade social que acentua a problemática das drogas	1 - Criar mecanismos de divulgação da informação que diminuam o estigma da população sobre a questão; OBS: Articular com o programa Saúde na Família.	1 - Número de ações de divulgação ocorridas.	2023 - 2028	Secom Semus DPSD	Plano Interno
Desenvolver projeto de moradia definitiva para atendimento de alguns pacientes nos hospitais	1 - Criar serviço similar a moradia definitiva para atendimento de pacientes; 2 - Ampliar parcerias e a rede para acolher as pessoas com comorbidades graves em decorrência da dependência de SPA com moradia específica, de longa duração, de forma regional.	1 - Serviço de Moradia definitiva criado; 2 - Número de parcerias efetivadas.	2023 - 2028	Diretoria de Habitação	Plano Interno
Atuar com foco na Gestão de Risco	1 - Atuar na gestão de risco e não na gestão da emergência (prevenção).	1 – Ações de Gestão de Risco implementadas.	2023 - 2028	Executivo Municipal	Plano Interno
Ampliar os Planos de Contingência do município	1 - Contemplar nos planos de contingência do município, de forma específica os problemas (uso e consumo) relacionados a política sobre drogas.	1 – Inserção efetivada.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Contemplar nos Plano de contingência para múltiplas vítimas;	1 - Contemplar de forma específica o que afeta os problemas (uso e consumo) relacionados a política sobre drogas.	1 – Inserção efetivada.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Contemplar no Plano para catástrofes	1 - Contemplar de forma específica o que afeta os problemas (uso e consumo) relacionados a política sobre drogas.	1 – Inserção efetivada.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Criar Protocolos de Atendimento	1 - Protocolo de atendimento para pessoas que usam, abusam e são dependentes de substâncias psicoativas.	1 - Protocolo criado.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno

Dimensão Estratégica - Gestão				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Integrar o Sistema - notificação agravo, causa mortis	1 - Possibilitar a notificação do uso de substâncias psicoativas relacionado à violência, suicídio, mortes por questões hepáticas. 2 - Liberar o acesso ao PRONTO para os hospitais; 3 - Incluir o agravo no sistema – possibilidade de notificação da relação com uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas para CID que não tem relação; 4 - Articular com as instâncias responsáveis, com a notificação dos problemas relacionados ao consumo de SPA, como violência, suicídio, mortes e acidentes.	1 - Inserção do agravo no sistema; 2 - Sistema liberado para os hospitais; 3 - Agravo incluso no sistema; 4 - Ações de articulação para inclusão efetivadas.	2023 - 2028	Semus Semed DPSD Semudes	Plano Interno
Adequar os serviços de atenção e atendimento à PNAD	1 - Adequar os serviços de atendimento governamentais à Política Nacional sobre drogas que considera, além da redução de danos, a abstinência, com a redução de riscos; 2 - Promover e fortalecer o trabalho em rede, numa visão sistêmica e holística do ser humano.	1 - Ações de adequação efetivadas; 2 - Ações de fortalecimento realizadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen	Plano Interno
Promover a Intersetorialidade	1 - Trabalhar a intersetorialidade entre as políticas no município; 2 - Articular a rede, criar, fortalecer e implementar (executar) os protocolos de Fluxos de Atendimento no município; 3 - Trabalhar a intersetorialidade no município.	1 - Número de ações realizadas; 2 - Número de ações realizadas; 3 - Número de ações de fortalecimento da intersetorialidade realizadas.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Prover Recursos por meio de Leis	1 - Criar lei de destinação de 1% da venda da bebida alcoólica para aplicação da prevenção e acolhimento, tratamento.	1 - Lei criada e implementada;	2023 - 2028	Câmarablu	Plano Interno
Criar novos CRAS	1 - Criar Centro de Referência Especializado em bairros onde ainda não existem.	1 - Número de novos CRAS.	2023 - 2028	Semudes	Plano Interno

Fonte: elaboração própria

Figura 26 – Dimensão Estratégica, Tática e Operacional Eixo Integração

Dimensão Estratégica - Integração				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
Fomentar a Intersetorialidade e a integração dos serviços relacionados à política sobre drogas do município	1 - Fomentar a intersetorialidade estimulando o diálogo e a comunicação por meio de encontros intersetoriais evidenciando a integração, a completude e a transintersectorialidade, a referência e a contrarreferência; 2 - Integrar os serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município por meio de encontros e diálogos intersetoriais fortalecendo a rede e a tornando conhecida entre os atores da própria rede; 3 - Atuar pela resolutividade do atendimento ao usuário e não sua manutenção permanente na rede; 4 - Fortalecer a ampliar as ações de matriciamento da saúde com a rede de atendimento; 5 - Efetivar a referência e a contrarreferência no município.	1 - Número de ações efetivadas; 2 - Número de reuniões e encontros realizados; 3 - Ações de resolutividade realizadas; 4 - Número de ações ampliadas; 5 - Número de ações realizadas para este fim.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Integrar o sistema de atendimento do município	1 - Integrar e divulgar a rede de políticas sobre drogas para a rede (Considerar a intersetorialidade transversalidade, integralidade e a comunicação com orientação entre a rede em caso de encaminhamento; 2 - Trabalhar para que rede dialogue, integre e unifique os programas e o sistema de atenção e atendimento ao usuário no município; 3 - Integrar a rede terciária no sistema de atenção primária do município.	1 - Número de ações de integração realizadas; 2 - Número de reuniões de diálogo realizadas; 3 - Rede terciária integrada no sistema.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD	Plano Interno
Integrar e divulgar a rede para a rede	1 - Aplicar programas que já existem no município para integrar a rede, estimulando o conhecimento dos serviços da rede por meio de encontros entre os serviços priorizando a informação e o repasse de saberes; 2 - Trabalhar com resolutividade para sanar as fragilidades da rede.	1 - Número de ações efetivadas; 2 - Número de ações realizadas para fins de sanar a fragilidade da rede.	2023 - 2028	Executivo Municipal Secretarias que possuem serviços relacionados a políticas sobre drogas Semudes- Comen DPSD Secom	Plano Interno
Possibilitar Formação e Capacitação da Rede	1 - Preparar/dinamizar as equipes de atendimento dos serviços que são portas de entrada para a população por meio de capacitação/qualificação; 2 - Aumentar as equipes de atendimento nas portas de entrada dos serviços que atendem dependentes químicos e familiares; 3 - Fomentar formação continuada; 4 - Estimular as universidades para ações de formação específica da área da política sobre drogas.	1 - Número de capacitação realizadas; 2 - Número de ampliações efetuadas; 3 - Número de ações de formação continuada realizadas;	2023 - 2028	Semudes- Comen DPSD	Plano Interno

Dimensão Estratégica - Integração				Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Ação	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromissos	Recursos Procedência
		2 – Número de ações de estímulo de formação específica em DQ.			
Criar aplicativo que integre os serviços e permita o mapeamento das demandas (recorrentes e emergentes)	1 - Elaborar mapeamento das demandas recorrentes que ainda não tem cobertura dos serviços existentes; 2 - Criar serviços que deem conta das demandas emergentes e das recorrentes que ainda não são contempladas com serviço na rede.	1 - Mapeamento realizado; 2 - Serviço criado.	2023 - 2028	DPSD Semus	Plano Interno
Criar planos e consórcios regionais de redução de demanda e oferta	1 - Ampliar vagas para a pessoa dependente de SPA em leitos de psiquiatria, contemplando também crianças e adolescentes.	1 - Número de ampliações efetivadas.	2023 - 2028	Executivo Municipal Semus	Plano Interno
Criar Protocolos de Fluxo de Atendimento	1 - Criar Protocolo de Fluxo de Atendimento para pacientes dependentes químicos em Blumenau.	1 - Protocolo criado.	2023 – 2028	Semus	Plano Interno
Efetivar o Monitoramento, avaliação e acompanhamento Plamiped	1 - Monitorar, avaliar e acompanhar o Plamiped pelo COMEN; 2 - COMEN fomentar o monitoramento e avaliação dos serviços da rede com critérios de resolutividade pré-definidos, com possibilidade de certificação; 3 - Divulgar a implementação do Plamiped através de informativos periódicos do COMEN; 4 - Estimular, fomentar e divulgar boas práticas de ações da política sobre drogas.	1 - Número de ações de monitoramento e avaliação realizadas; 2 - Número de ações de fomento realizadas; 3 - Número de periódicos efetivados; 4 - Número de ações de divulgação realizadas.	2023 - 2028	Semudes- Comen	Plano Interno

Fonte: elaboração própria

5.5.4 Síntese

O Eixo da Governança, Gestão e Integração “contempla as ações de coordenação e integração, além da promoção da transparência e da realização da prestação de contas da política sobre drogas para a sociedade” (Guia, 2020, p. 15). Conforme o Conad (2021), a governança e a integração de uma política pública exigem comunicação e interação entre os diversos atores envolvidos no processo.

Uma das preocupações da governança é a qualidade do processo decisório e sua efetividade. Já a gestão entende que já há um direcionamento superior, importa que os agentes públicos garantam sua execução com qualidade. Neste sentido, faz-se importante garantir a participação social nos processos decisórios e de construção de políticas para o município. A participação social garante a Integração e a atuação sistêmica das instâncias coletivas de representação social e de discussão dos assuntos pertinentes ao ambiente social.

A participação social traz dinamismo e novas sinergias na relação entre esses espaços e a comunidade local. É uma forma de a comunidade monitorar (exercer o controle social) ou influenciar na organização de uma sociedade, seja em nível local, regional ou global. Embora a própria construção da CF 1988 garantiu a participação social no país, foi na década de 1990, com a Lei Federal no 8.142, que a participação social passou a ser assegurada por meio de um parâmetro legal.

Esse eixo trouxe a preocupação com a intersetorialidade, a integração e articulação entre os serviços relacionados à política sobre drogas do município.

Trouxe propostas concretas para a área da gestão que contemplam a necessidade da participação social nos processos decisórios da política.

Propôs mudanças e trouxe proposições de programas e projetos que apontam para a efetividade das ações, a integralidade, intersetorialidade com vistas à transformação social.

As figuras a seguir explicitam os problemas centrais e suas propostas de soluções elencados pelos participantes, tanto do setor técnico como do setor comunitário, na pesquisa empírica realizada para fins de construção deste Plano no período de fevereiro a julho de 2023 em Blumenau.

Figura 27 – Síntese Eixo Governança

Problema	Solução
1 Não há participação da sociedade civil nos espaços decisórios da política sobre drogas do município	■ Fomentar a participação social ■ Reuniões em horários que a comunidade possa participar ■ Descentralizar reuniões, fóruns e outros eventos ■ Divulgar reuniões via redes sociais
2 O Comen não é conhecido entre as crianças e adolescentes do município	■ Participação Câmara de vereadores mirim em reuniões Comen ■ Estimular a participação nos CRAS e outros coletivos
3 A comunidade não conhece o Comen	■ Capacitar a comunidade local sobre o Comen ■ Fortalecer o Comen no município
4 A Governança e a Intersetorialidade são frágeis na área da DQ no município	■ Fortalecer a Diretoria de Políticas sobre drogas
5 Integrar a rede municipal	■ Fórum permanente sobre drogas
6 Ainda não há a cultura da Prevenção na Escola	■ Criar cultura de prevenção na Escola ■ Programa de agente multiplicador de prevenção (criança e adolescente) ■ Grupos p/ crianças/adolescentes nas escolas com monitoramento

Fonte: elaboração própria

Figura 28 – Síntese Eixo Gestão

Problema	Solução
1 Necessidade de promoção de um Estilo de vida sem drogas	Gestão acompanhar ações de prevenção realizadas no município Ações sociais à comunidade que abordem a prevenção
2 Necessidade de ampliar programas de reinserção social no município	Programas de estímulo à aprendizagem, acesso ao mundo do trabalho, emprego
3 Necessidade de capacitação setorial em DQ	Desenvolvimento e aplicação de Planos de capacitação setoriais
4 Necessidade de capacitar a rede regional	Seminários, oficinas, grupos de discussão sobre SPA em nível municipal e regional
5 Falta articulação do Comen com conselhos de políticas sobre drogas de outros municípios	Reuniões Comen com conselhos de outros municípios
6 Necessidade de ações de urbanização, luz, pintura, muro, quadra esportiva	Mais praças e espaços de uso coletivo no município Ações de urbanização e melhorias em espaços públicos União dos moradores em prol de ações de melhoria urbana
7 Há muitos espaços abandonados e utilizados pelo tráfico no município	Revitalização de residências populares e outros coletivos, Parcerias coletivos populares com setor de habitação e obras
8 A desigualdade social acentua a problemática das drogas	Divulgação da informação p/ fins de diminuir o estigma e o preconceito Articulação Programa Saúde na Família
9 Falta um projeto de moradia definitiva para atendimento de alguns pacientes nos hospitais do município	Serviço similar a moradia definitiva para atendimento de pacientes Moradia específica, de longa duração - regional - para comorbidades graves em decorrência das SPA's Parcerias intermunicipal
10 Necessidade de se atuar com foco na Gestão de Risco	Atuação em gestão de risco
11 Planos de Contingência do município não contemplam a questão das SPA's	Planos de contingência do município contemplar de forma específica problemas relacionados às SPA's
12 Plano de contingência para múltiplas vítimas não contempla a questão das SPA's	Plano de Contingência para múltiplas vítimas contemplar de forma específica problemas relacionados às SPA's
13 Necessidade de Plano para catástrofes contemplar a questão das SPA's	Plano para catástrofe contemplar de forma específica problemas relacionados às SPA's
14 Necessidade de criar Protocolos de Atendimento ao DQ	Protocolo de Atendimento
15 Necessidade de integrar o Sistema - notificação agravo, causa mortis – no município	Possibilitar notificação uso SPA relacionado à violência, suicídio, mortes por questões hepáticas e incluir para CID que não tem relação Liberar o acesso ao PRONTO para os hospitais do município Articular notificação dos problemas relacionados ao consumo de SPA, como violência, suicídio, mortes e acidentes
16 Necessidade de adequar os serviços de atenção e atendimento à PNAD	Adequar os serviços de atendimento governamentais à PNAD (redução de danos, a abstinência, com a redução de riscos) Fortalecer o trabalho em rede, numa visão sistêmica e holística do ser humano
17 Intersetorialidade é frágil no município	Trabalhar a intersectorialidade entre as políticas no município; Articular a rede Protocolos de Fluxos de Atendimento no município
18 Faltam Recursos por meio de Leis para a área	Lei de destinação de 1% da venda da bebida alcoólica para aplicação na prevenção, acolhimento/tratamento
19 Mais CRAS no município	Criar CRAS em bairros onde não há

Fonte: elaboração própria

Figura 29 – Síntese Eixo Integração

Problema	Solução
1 Necessidade de fomentar a Intersetorialidade e a integração dos serviços relacionados à política sobre drogas do município	■ Encontros intersetoriais com vistas à integração, completude, transintersectorialidade ■ Integrar os serviços relacionados ■ Atuar pela resolutividade, a referência e a contrarreferência do atendimento ao usuário e não sua manutenção permanente na rede ■ Ações de matriciamento da saúde com a rede de atendimento
2 Necessidade de integrar o sistema de atendimento do município	■ Integração e unificação de programas e sistema de atenção e atendimento ■ Diálogos intersetoriais ■ Integrar a rede terciária no sistema de atenção primária do município
3 Necessidade de integrar e divulgar a rede para a rede	■ Aplicar programas que já existem no município para integrar a rede, ■ Estimular partilha de conhecimento e saberes entre os atores da rede ■ Trabalhar com resolutividade para sanar as fragilidades da rede
4 Necessidade de Formação e Capacitação da Rede em DQ	■ Capacitar/qualificar equipes de atendimento dos serviços que são portas de entrada usuários ■ Aumentar as equipes de atendimento nas portas de entrada dos serviços que atendem DQ e familiares ■ Formação continuada ■ Estimular as universidades para formação específica na área
5 Necessidade de aplicativo que integre os serviços e permita o mapeamento das demandas (recorrentes e emergentes)	■ Mapeamento das demandas recorrentes sem cobertura dos serviços existentes. ■ Criar serviços para demandas emergentes e recorrentes ainda não contempladas
6 Necessidade de planos e consórcios regionais de redução de demanda e oferta	■ Ampliar leitos para DQ em psiquiatria ■ Contemplar crianças e adolescentes
7 Necessidade de Protocolos de Fluxo de Atendimento	■ Protocolo de Fluxo de Atendimento para pacientes DQ em Blumenau
8 Necessidade de Monitoramento, avaliação e acompanhamento do Plamiped	■ Comen monitorar, avaliar e acompanhar o Plamiped ■ Monitoramento e avaliação dos serviços da rede com critérios de resolutividade pré-definidos ■ Possibilidade de certificação por resolutividade serviço ■ Divulgar Ações Plano em informativos periódicos do Comen ■ Estimular, fomentar e divulgar boas práticas de ações da política sobre drogas

Fonte: elaboração própria

REFERÊNCIAS

- ALARCON, S. **Drogas Psicoativas**: classificação e bulário das principais drogas de abuso. In: ALARCON, S., JORGE, M. A. S., comps. *Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 103-129. ISBN: 978-85-7541-539-9. <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0006>.
- AVILA, M. R. R. **Panorama da situação do uso de álcool e outras drogas no município de Gaspar, SC**: diagnóstico técnico e comunitário. Gaspar, SC: Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMAD, jun./2022. 350 p.
- AVILA, M. R. R. **Diagnóstico Técnico Revisado e Atualizado e Análise Executiva da questão das drogas em Blumenau, SC**. Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMEN). Blumenau, SC, 2023. Não publicado.
- AZEVEDO, M.; OLIVEIRA, N. **Guia sobre Política de drogas para municípios**: um convite à inclusão em tempos de proibição. Editora: Disparo Comunicação e Educação – IBCCRIM – PBPD. São Paulo, 2020.
- BENELLI, S. J. **Participando de conselhos municipais**: inserção institucional no campo de análise. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 57-91. ISBN 978-85-6833-475-1. DOI: 10.7476/9788568334751
- BLUMENAU. **Lei Complementar nº 856 de 26 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Sismad, e dá outras providências. Blumenau, SC: Câmara Municipal de Vereadores, 2012, *online*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2012/86/856/lei-complementar-n-856-2012-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-politicas-publicas-sobre-drogas-sismad-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 11.343, de 26 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 24 de agosto de 2006, *online*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75 Acesso em: 03 out. 2022.
- BRASIL. **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Trabalho. **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017**. Institui o Comitê Gestor Interministerial para atuar no desenvolvimento de programas e

ações voltados à prevenção, à formação, à pesquisa, ao cuidado e à reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Trabalho. **Diário Oficial da União** e Boletim de Serviço (BS), 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1286090 Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.886, de 17 de outubro de 2019. Altera as Leis nºs 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.343, de 23 de agosto de 2006, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas. Brasília, DF: Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União**, de 18 de outubro de 2019. Disponível em: [L13886 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/leis/L13886) Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2006-2020**: tabagismo e consumo abusivo de álcool. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de tabagismo e consumo abusivo de álcool nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2020 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 64 p.

CONAD. Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas. **Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil**. Gustavo Camilo Baptista Hugo Torres do Val Yana de Faria (Orgs). Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Brasília, DF: 2021.

CONAD. **Plano Nacional de Políticas sobre drogas 2022-2027**. SISNAD, Brasília, DF, 2022. 81 p.

DIAS, M. S. de A.; PARENE, J. R. F.; VASCONCELOS, M. I. O.; DIAS, F. A. C. Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? **Ciênc. saúde coletiva** 19 (11) • Nov 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.11442014>

FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. L. M.; KRONENBERGER, T. S.; ZANI, F. B. Governança local no sistema descentralizado de saúde no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 28(6), 2010;pp. 446–455.

GUIA metodológico: **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação** / organização Hugo Torres do Val ... [et al.] - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), 2020. 56 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Brasileiro de 2010**. Blumenau, 2023 *online*, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama> Acesso em 27 mar. 2023.

KAUCHAKJE, S. Participação social no Brasil diante da desestruturação das políticas sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Emancipação**, 2(1): pp. 159-176, 2002.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP** Rio de Janeiro 40(3): pp. 479-99, Maio/Jun. 2006

MINSAUDE: Linhas de Cuidado. **Rede de atenção psicossocial (RAPS)**, Brasília, DF. s/d online. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/tabagismo/rede-atencao-psicossocial/>. Acesso em, 22 de junho de 2023.

MJSP. A Política Nacional Sobre Drogas: quando tudo começou. Governo Federal. **Ministério da Justiça** e Segurança Pública. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas#:~:text=Quando%20tudo%20come%C3%A7ou&text=Assim%2C%20a%20primeira%20norma%20legal,foi%20alterado%20pela%20Lei%20n.> Acesso em: 03 out. 2022.

MPPR. **Texto Guia** – Redução da Oferta e Enfrentamento às Drogas. MPPR, s/d, online. Disponível em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Mobilizacao/TextoGuiaReducaodaOfertaEnfrentamentoDrogas.doc>. Acesso em: 04 jul. 2022.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

OLIVEIRA, C. C.; REIS, A. Questões epistemológicas e bioéticas da prevenção quaternária. *Temas Livres*, **Physis**, 22 (4), 2012 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000400012>

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 25, n. 2, jun. 2009.

REIS, T. R. Empoderamento e Grupos de Mútua Ajuda. In: ALARCON, S., JORGE, M. A. S., comps. **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 191-209. ISBN: 978-85-7541-539-9. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0010>

SILVA, R. C. F.; SANTOS, E. R. R. dos; MARTELLI, P. J. de L.; SOBRINHO, J. E. L.; SOUTO, C. da C. L. A governança e o planejamento na perspectiva regional da saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(3), 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300331>

SOUZA, M. S. e. MACHADO, C. V. Governança, intersectorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciênc. saúde colet.** 23 (10), out. 2018, DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.14112018>.

TATMATSU, D. I. B.; SIQUEIRA, C. E.; DEL PRETTE, Z. A. P. Políticas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos. **Cad. Saúde Pública** 2020; 36(1): e00040218 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DKQZ4hMm7V3zCKMBXwqvPms/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TREVISAN, A. P. BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP** – Rio de Janeiro 42(3): pp. 529-50,

maio/jun.2008.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres/** [Organização Janaína Rocha Furtado]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2015. 86 p.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). **Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas**. 2013.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2018: crise de opióides, abuso de medicamentos sob prescrição, cocaína e ópio atingem níveis recordes**. UNODC, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/06/relatorio-mundial-drogas-2018>. Acesso em: 11 maio 2022.

WARPECHOWSKI, M. B.; DE CONTI, L. Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. **Estilos clin.** vol.23 no.2 São Paulo maio/ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p322-343>

7 EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Políticas Públicas Intersetoriais sobre Drogas (Plamiped), foi elaborado, no período de dezembro de 2021 a setembro de 2022, pela Cruz Azul no Brasil⁸ em consonância com a atual Política Nacional sobre drogas e com objetivos e finalidades do Sismad de Blumenau, bem como seguindo orientações do Guia Metodológico para elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre drogas (Planad) do Conselho Nacional de Políticas sobre drogas (CONAD, 2020).

O Plamiped tem como Eixos-Estratégicos a Prevenção, Tratamento, Cuidado e Reinserção Social, Redução da Oferta, Pesquisa e Avaliação, Governança, Gestão e Integração. Vem a ser o primeiro Plano Municipal de Políticas Públicas Intersetoriais sobre drogas do município de Blumenau.

Após sua elaboração e aprovação pelo Comen, na reunião do dia o Plamiped permaneceu em consulta pública pelo período de dias no site oficial do Conselho no endereço eletrônico..... Uma consulta pública é um mecanismo de participação social, de caráter consultivo, aberto a qualquer pessoa interessada, com prazo definido que visa receber contribuições sobre determinado assunto⁹. Dessa forma, a população teve a possibilidade de participar com propostas e contribuições de melhorias. Passado este período, houveram (ou não) sugestões de alteração, inserção ou exclusão, ficando assim, o mesmo aprovado pelos dois citados colegiados (A confirmar).

No dia..... o Comen aprovou a versão final do Plano Municipal de Políticas Públicas intersetoriais sobre drogas do município de Blumenau por meio de parecer, para fins de evidenciar o trâmite da consulta pública e da aprovação do referido Plano

Fica a gestão municipal a responsável pelo processo de implementação do Plamiped e o Comen o responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano. Neste sentido, torna-se imprescindível avaliar a agenda, a eficiência das ações, os resultados e o impacto, o processo de tomada de decisão, o processo de implementação do Plano que tem a ver com a produção e oferta das ações e serviços, previstos neste documento, ao município.

⁸ Empresa contratada para sua elaboração.

⁹ **Disponível em:** <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas>
Acesso em: 31 jul. 2023.

7.1 SUGESTÃO ENCAMINHAMENTO

No processo de pesquisa empírica foram levantadas diversas propostas que se ampliam ao âmbito Federal e Estadual. A Comissão Intersetorial, em suas reuniões ampliadas (Encontros/Seminários) decidiu por manter as proposições e o compromisso de que o Comen faça os encaminhamentos aos âmbitos inerentes.

Figura 30 – Propostas Plamiped para encaminhamento

Propostas Plamiped para encaminhamento
- Intensificar a prevenção às substâncias psicoativas nas autoescolas (âmbito estadual);
- Investimento na estrutura, capacitação e equipamentos da polícia (âmbito estadual);
- Aumentar efetivo policial para policiamento preventivo (âmbito estadual);
- Serviço policial focado (específico) na prevenção às drogas (a exemplo da rede catarina) (âmbito estadual);
- Instaurar policiamento preventivo com treinamento e qualidade em todos os bairros do município (âmbito estadual);
- Alterar, ou implementar legislação que penalize o estabelecimento (Legislativo e Poder Judiciário) infrator que vendeu ou ofertou drogas para crianças e adolescentes (âmbito federal);
- Aumentar o efetivo da Polícia Civil e proporcionar estrutura adequada com recursos (âmbito estadual);
- Fomentar e desenvolver políticas de isenção fiscal para estimular empresas a contratarem dependentes químicos no pós-tratamento; (âmbito federal);
- Direcionar casos de TC para Grupos de Apoio e outras ações/serviços da rede – âmbito do Judiciário encaminhar;
- “Precisaria de uma ONG (OSC) para fazer essa limpeza (nos presídios) porque o Estado, os deputados etc. também está envolvido”. Encaminhar proposta para Política Segurança Pública, conselhos da comunidade. Passar esta informação de forma oficial pelo COMEN para Segurança Pública do Estado. Envolver o estadual e federal (âmbito estadual);
- A saúde mental não está contemplada nos cadernos de Atenção Primária à Saúde – CAPS é entendido como suporte (âmbito federal, Ministério da Saúde);
- Incentivo fiscal para as empresas que empregam dependentes químicos (âmbito federal);
- Buscar recursos em nível nacional e internacional para a política sobre drogas (âmbito federal);
- Oferta de serviços de atendimento ao dependente químico pelos planos de saúde (âmbito federal – Congresso Nacional);
- Fomentar disponibilização de bolsas de capacitação e trabalho (âmbito federal);
- Criar bolsa de estudos para estudante ter uma renda (não só para pagar os estudos) (âmbito federal);
- Adequar o efetivo de acordo com a população (âmbito estadual);
- Desenvolver um plano de carreira atrativo (âmbito estadual);
- Aumentar o efetivo, aperfeiçoar e instrumentalizar o policial (âmbito estadual);
- Aumentar a taxa sobre a venda de bebida alcoólica (âmbito federal);
- Articular no âmbito federal e estadual o aparelhamento e instrumentalização, o aumento da força policial e dos equipamentos de inteligência da polícia atuante no município de Blumenau;
- Baixos salários policiais;
- Buscar mecanismos de lei para proibir a propaganda de bebidas alcoólicas em horários inadequados em todas as mídias sociais.
- Mudar a forma de tratamento ao usuário de substâncias psicoativas na abordagem policial
- Encaminhar usuários que cometem crimes para tratamento e não para a cadeia (medidas alternativas);
- Reavaliar a Política carcerária
- Trabalhar para que as drogas não entrem nos presídios
- Reavaliação das leis penais
- Criar leis justas e mais severas
- Aumentar o rigor com o usuário de drogas ilícitas
- Aumentar o efetivo policial no município (Citar os diagnósticos que trouxeram esta necessidade de forma recorrente).
- Combater de forma permanente e contínua os crimes relacionados ao uso;
- Realizar policiamento preventivo em todos os bairros do município
- Garantir efetivo e logística as instituições de monitoramento;
- Valorizar o profissional policial;
- Reavaliar o contingente de pessoal;
- Melhorar o equipamento de proteção individual do policial;
- Investir em trabalho integrado e de inteligência;
- Descentralizar para otimizar o efetivo, revitalizar bases existentes;
- Compartilhar informações entre os órgãos;
- Desenvolver operações gigantescas, acampar dentro das bocas de tráfico;
- Capilarizar as ações do governo no combate ao crime;
- Realizar ações contínuas e permanentes contra o tráfico no município;
- Fortalecer o policiamento preventivo nas escolas;

- Aumentar a vigilância e o policiamento nas comunidades e praças;
- Capacitar/preparar/instrumentar a Polícia (serviço de inteligência) para atuar na redução da oferta de drogas;
- Investir em recursos para diminuir as mortes pelo tráfico;
- Mudar o sistema para diminuir as mortes e a impunidade. Trabalhar com a inteligência para punir o traficante (Desafio);
- Investir recursos no combate ao tráfico no município.

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ratifica-se a importância de um Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas no município como instrumento norteador, operacionalizador e executor dos resultados das construções coletivas nos diversos espaços de discussão e construção comunitária como Oficinas municipais e comunitárias, Encontros/Seminários, e Reuniões de colegiados que ocorreram no município. Esses instrumentos plurais e democráticos originaram a preocupação dos gestores, técnicos e da sociedade/comunidade em geral para com as práticas e ações na área do uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas e a construção de propostas a serem executadas no período de 2023 a 2028 no município. A construção do Plano Municipal de Políticas Públicas Intersetoriais Sobre Drogas de Blumenau (Plamiped) que agora se efetiva, é resultado das reflexões, deliberações, proposições e encaminhamentos destes fóruns e espaços plurais de discussão e participação social e, espera-se, instrumento balizador da política pública sobre drogas junto a rede de suporte e apoio no município de Blumenau, SC.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN

COMISSÃO INTERSETORIAL DO PLAMIPED.

